



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 16
Horta, Quarta-Feira, 04 de Abril de 2001

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*
Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10 horas e 15 minutos.

Período da Ordem do Dia:

Debate sobre as **Propostas de Decreto Legislativo Regional, relativas ao Plano de Médio Prazo 2001/2004, Plano para 2001 e Orçamento para 2001.**

Após a apresentação das Propostas, feita pelo Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto Amaral*, intervieram no debate os Srs. Deputados Berta Cabral (*PSD*), Cabral Vieira (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Andreia Cardoso (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Francisco Barros (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Francisco Oliveira (*PS*), Mark Marques (*PSD*), António Gomes (*PS*), Manuel Silveira (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Luís Sequeira de Medeiros (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Lopes (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), bem como o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus, *Carlos Corvelo* e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, *Ricardo Rodrigues*.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 5 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Peço ao Sr. Secretário o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Dionísio Mendes de **Sousa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**
João António Ferreira **Ponte**
José António **Cabral** **Vieira**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José **Humberto** Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarde Manuel **Machado**
Manuel **Avelar** da Cunha Santos
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel **Soares** da **Silveira**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Menezes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
José **Manuel** Cabral **Bolieiro** **Dias**
José **Manuel** Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark **Silveira** **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**
Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq** **Mota**
Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público

Vamos dar início ao debate das Propostas do PMP 2001/2004, Plano para 2001 e Orçamento da Região para o ano de 2001.

Para fazer a apresentação destas Propostas, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, Dr. Roberto Amaral.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano e Orçamento para 2001 e de P.M.P. para o período 2001/2004 são as primeiras que o VIII Governo Regional dos Açores saído das eleições de Outubro de 2000 apresenta a esta Assembleia.

Estas propostas ficam a assinalar uma nova fase do ciclo da "Nova Autonomia" iniciado nos Açores pelo VII Governo Regional.

Nova fase que será, simultaneamente, mais exigente e responsabilizante que a anterior e mais transparente e clarificadora do quadro global de investimentos e respectivos financiamentos para os próximos quatro anos. Só agora é que isto é possível porque também somente agora é que veremos aprovado o nosso P.M.P., Plano que servirá de referência e de guia para todos os agentes económicos, públicos e privados, da nossa economia.

O valor do investimento da responsabilidade directa do Governo Regional, a realizar no quadriénio 2001/2004, ascenderá a 225,5 M.c., o que representa um investimento médio anual de 56,4 M.c..

Relativamente ao quadriénio imediatamente anterior, que coincidiu com o mandato do VII Governo Regional dos Açores, este valor de 56,4 M.c. de investimento projectado representa um acréscimo de 35% ao valor médio do investimento realizado no período anterior, que foi de 41,7 M.c..

Se a comparação for feita com o quadriénio 1993/1996, constata-se então que o investimento que agora se projecta efectuar é o dobro do então realizado (27,7 M.c.).

Estes elevados níveis de investimento que agora se projectam são alcançáveis num padrão de consolidação orçamental também diferente dos conseguidos anteriormente. Assim, enquanto que no período de vigência do P.M.P. 2001/2004 se prevê que o financiamento dos investimentos do Plano seja feito com apenas 8,9% de endividamento (20 milhões de contos), no período de 1997/2000 o financiamento do Plano foi feito com 25,4% de novos empréstimos (42,4 milhões de contos) e no período 1993/1996 com 52,5% de endividamento, ou seja, com 58,2 milhões de contos de novos empréstimos.

As diferenças são notórias e flagrantes e dispensam mais comentários!!!

Este novo padrão de consolidação orçamental que agora se consegue só foi possível alcançar após a grande reforma das finanças públicas regionais operada pela Lei de Finanças para as Regiões Autónomas, reforma esta que veio, igualmente, abrir novas perspectivas ao desenvolvimento económico dos Açores e reforçar o nosso posicionamento na União Europeia, agora, também, em processo acelerado de alargamento e de transformação.

Este considerável reforço das finanças públicas regionais veio aumentar, em muito, as defesas da Região contra crises externas e situações conjunturais internacionais menos favoráveis, como parece ser o caso presente.

Na realidade, o quadro internacional no qual vamos executar o orçamento de 2001, está caracterizado por sinais evidentes de abrandamento do crescimento económico da economia dos E.U.A e dos países da sua área de influência, da persistência continuada da crise Japonesa e por um crescimento muito mais lento das economias que integram a União Europeia, muito em especial da economia nacional que apresenta taxas de crescimento ainda mais modestas do que as suas congéneres europeias .

No que se refere à União Europeia as grandes orientações da política económica apontam no sentido da estabilidade das políticas macro-económicas e do crescimento económico bem como do reforço do mercado único e do Euro.

Com estas grandes linhas de orientação pretende-se tornar a Europa menos vulnerável a choques externos desfavoráveis e fazer dela um importante centro de crescimento da economia mundial. Para o efeito, é indispensável que as políticas orçamentais continuem a orientar-se por forma a que as finanças públicas se situem perto do equilíbrio ou se tornem mesmo excedentárias, assim incentivando o prosseguimento do crescimento económico, a contenção da inflação e a criação de novos empregos.

Nesta mesma linha segue o Plano de Estabilidade e Crescimento para o nosso país no período 2001/2004, que tem, precisamente, como objectivo central a eliminação do défice orçamental em 2004. Conta-se que este objectivo seja alcançado através de um controle mais apertado da despesa pública corrente de forma a libertar recursos que sustentem o desenvolvimento e a convergência real do país.

Foram também estes, os objectivos que orientaram toda a nossa actuação ao longo do mandato do VII Governo Regional e que agora, no presente mandato, pretendemos prosseguir e reforçar.

Na realidade, é perfeitamente visível ao longo do último quadriénio o êxito do modelo de consolidação orçamental por nós adoptado, que se traduz na tendência para ser sempre crescente o peso das despesas de funcionamento que são financiadas pelas receitas próprias da Região. Esta tendência, que expressa bem a melhoria da nossa real autonomia financeira, apenas registou uma inflexão no ano de 2000, inflexão esta que foi induzida pelo efeito da baixa dos impostos sobre o rendimento e pela assunção de novos e avultados encargos de funcionamento decorrentes dos diplomas aprovados por esta Assembleia relativos à remuneração complementar e aos complementos de pensões, que fixaram valores muito superiores aos propostos pelo Governo Regional, assim desequilibrando as nossas finanças públicas muito para além dos limites por nós inicialmente admitidos.

Esta tendência, porém, foi já retomada, prevendo-se que no final do quadriénio, em 2004, as receitas próprias da Região sejam quase suficientes para cobrirem as despesas de funcionamento. Em 1999 elas excederam as despesas de funcionamento em 2,2%, em 2004 representarão 98,7% das despesas de funcionamento e a partir de 2005 prevê-se que sejam novamente excedentárias, se bem que em valores reduzidos.

Por seu turno, os indicadores económicos disponíveis apontam, também, claramente, para o êxito desta política que temos vindo a prosseguir.

E, na realidade, a própria União Europeia que, ao divulgar que o P.I.B. per capita da Região Autónoma dos Açores representava, em 1998, 52% do P.I.B. per capita da União Europeia (mais 2 p.p. que anteriormente), está a dizer que os Açores estão a caminhar no sentido da convergência.

De facto, com os valores do P.I.B. da Região agora divulgados pelo EUROSTAT, constata-se que, em 1998, o crescimento do P.I.B. nos Açores foi de 7,3% enquanto que no todo nacional foi de 4% e na União Europeia de apenas 2,7%.

As projecções que fazemos para os próximos anos, apontam para um abrandamento de todas estas taxas, mas com a Região a ter taxas de crescimento do P.I.B. sempre superiores às taxas nacionais e europeias, o que evidencia, pois, que a convergência real continuará a realizar-se nos próximos anos, se as mesmas condições se mantiverem.

Foi com este grande objectivo central sempre em mente que elaborámos os documentos agora aqui em apreciação e que serão devidamente pormenorizados ao longo do debate dos próximos três dias.

Sr. Presidente Srs. Deputados, Sr. Presidente. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Orçamento para o corrente ano de 2001 ultrapassa, pela 1ª vez, a barreira dos 200 M.c., atingindo, mais precisamente, o valor de 201,8 M.c., dos quais 39,6 M.c. respeitam a Contas de Ordem.

Esta proposta de Orçamento ainda reflecte os efeitos negativos das reduções fiscais aprovadas pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores em 1999 e em 2000, pelo que as receitas do I.R.S. e do I.R.C. foram estimadas com base em taxas de crescimento inferiores às observadas para o Orçamento de Estado. Espera-se, no entanto, que os acertos negativos que, necessariamente, serão efectuados pela Administração Fiscal no corrente ano, relativos ao próprio ano e a anos anteriores, sejam parcialmente compensados com um alargamento da base tributária, principalmente em sede de I.R.C..

As receitas próprias da Região atingirão, em 2001, o valor de 89,1 M.c. o que representa 23,2% do P.I.B. estimado para este ano. Comparativamente a 1997, o 1º ano do mandato do VII Governo Regional, verifica-se uma evolução positiva deste indicador de 4,1 p.p., o que reflecte o esforço desenvolvido no sentido de aumentar as nossas receitas próprias, seja pelo muito maior dinamismo que temos vindo a imprimir na actividade económica regional, seja pela maior eficiência da administração fiscal, seja, ainda, pelo maior rigor na determinação das receitas que efectivamente

cabem à Região conseguidos na sequência dos protocolos de colaboração que estabelecemos com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais.

O endividamento líquido previsto para 2001 é de apenas 6 M.c., montante este que é inferior às dotações previstas para fazer face às obras de reconstrução do sismo de 1998 (6.084 mil contos) e que não leva, portanto, em linha de conta outras dotações para acorrer a outras calamidades, que serão financiadas com outros recursos que não o do endividamento.

Este défice de 6 M.c. que estamos a propor para 2001, representa apenas 1,57% do valor do P.I.B. estimado para o mesmo ano. Este rácio evidencia uma nítida melhoria comparativamente ao valor verificado no início do mandato do VII Governo Regional, que foi de 5,13%.

O valor agora conseguido está dentro dos valores preconizados nos Programas de Estabilidade e Crescimento elaborados pelos diversos Estados Membros da União Europeia, sendo nosso objectivo prosseguir no caminho da convergência até conseguirmos elaborar orçamentos equilibrados sem o recurso sistemático ao crédito.

O stock da dívida pública regional atingirá no final de 2001 o valor de 55,6 M.c. o que representa apenas 14,5% do P.I.B..

Também neste indicador se regista uma significativa melhoria relativamente ao 1º ano do mandato do VII Governo Regional em que o stock da dívida atingiu o valor de 132,7 M.c., representando 43,9% do valor do P.I.B. da Região.

Quanto às despesas previstas no Orçamento, verifica-se que, em 2001, as despesas de investimento do Plano crescem muito mais significativamente do que as despesas de funcionamento orçamentadas no ano anterior (7,9% para as despesas de investimento contra apenas 6,8% para as despesas de funcionamento).

Dentro das despesas de funcionamento, verifica-se que são as despesas que têm um menor grau de rigidez, nomeadamente, as "aquisições de bens e serviços correntes" e as "aquisições de bens de capital", aquelas em que se regista um maior esforço de contenção.

Este esforço de contenção e de rigor foi desenvolvido ao longo de todo o mandato do VII Governo Regional, mas é particularmente notório neste exercício de início de novo mandato, em que se observam taxas de crescimento negativas de -1,8% para as "aquisições de bens e serviços correntes" e de -9,8% para as "aquisições de bens de capital".

Muito mais haveria ainda a dizer, mas o tempo de que dispomos para esta intervenção inicial é muito reduzido e creio que já foi mesmo excedido, prosseguiremos no entanto no debate.

À guisa de conclusão direi apenas que a aprovação dos documentos que aqui agora o Governo Regional apresenta, será um importante e decisivo passo no caminho do desenvolvimento, do progresso e do processo de convergência real da nossa Região com o país e com a União Europeia que todos nós também estamos a ajudar a construir.

O nível elevado de confiança que, generalizadamente, se vive nos Açores e os valores dos principais indicadores económicos e financeiros, deixam antever que o crescimento económico continuará bastante forte ao longo do corrente ano e, certamente que também ao longo de todo o quadriénio 2001-2004.

Estamos confiantes de que assim sucederá!

Estou certo de que saberemos, todos, corresponder a esta oportunidade e a este desafio.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, ouvi-o com atenção e sobre a sua intervenção tenho uma referência a fazer e para já duas ou três perguntas, mas queria que o Sr. Presidente me dissesse se podemos fazer intervenções ou apenas pedidos de esclarecimento.

Presidente: Sra. Deputada, conforme ficou acordado na Conferência de Líderes, nesta fase faziam-se pedidos de esclarecimento e posteriormente as intervenções.

A Oradora: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A primeira referência, Sr. Secretário, é de que se o Sr., fosse o único a falar nesta Casa e só o ouvíssemos a si, ficaríamos aqui com a ideia de que estávamos no melhor dos mundos, na melhor das confianças e que os próximos 4 anos seriam, com certeza, melhor ainda. O certo é que os parceiros sociais não são da sua opinião, o certo é que os parceiros sociais não compartilham desse optimismo e este Plano pode mesmo considerar-se o Plano da desconcertação e do desconcerto.

É da desconcertação, porque a verdade é que concertação social reuniu apenas uma vez para apreciar este Plano, 10 dias antes. Deram os pareceres dentro do prazo e com a oportunidade que lhes foi possível e esses pareceres são todos negativos e o Governo teve em conta uma única proposta dos parceiros sociais.

É do desconcerto, porque, de facto, o Plano não tem correspondência entre os objectivos e as dotações. Não tem correspondência entre as orientações estratégicas escritas no Plano e as acções previstas nesse mesmo Plano.

Paras além disso, é um Plano que já tem passado, porque grande parte das verbas nele inscritas são para satisfazer compromissos com o passado.

Abstenho-me de muitos exemplos, porque tenho muito pouco tempo, mas a verdade é que os incentivos são um caso desses, a agricultura é outro, as obras do matadouro industrial de S. Miguel é outro e muitos outros. Se quiséssemos podíamos até ir à Expo, até a Hannover é outro, e podíamos ir por aí fora, mas o tempo não nos permite.

Enferma depois de falta de credibilidade, porque avança já com desorçamentação, uma coisa que não é habitual na nossa Região e que se vai importar práticas muito em voga a nível nacional e que desejaríamos muito que não viessem parar aos Açores para não onerar as gerações futuras.

Projectos sub-dotados. Dívidas da saúde não transparecidas em qualquer um destes documentos a não ser de forma muito encapotada nos fundos e serviços autónomos e ainda, se quisermos, alguma falta de rigor ou pelo menos de fundamentação nos pressupostos que conduziram à elaboração destes documentos e é aí que se põe as perguntas.

Pergunto, Sr. Secretário Regional, porque é que desde 1997 não há cálculo de contas regionais?

As últimas contas regionais oficiais elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística são as que constam do documento. Em 1995 é o último ano. Em 1996 é uma estimativa. Em 1997 é uma estimativa e a partir daí nem contas nem estimativas. Mesmo assim em 96 cresceu-se 4% em termos reais, quando há bocado referia, provavelmente, termos nominais. Em 1997 cresceu-se 1,6% em termos reais e perdeu-se poder de compra nos Açores, entre 95 e 97, de acordo com os dados do Serviço Regional de Estatística.

Gostaria, portanto, que me dissesse em que pé é que se encontra o projecto de cálculo e de determinação das contas regionais? Também por que é que a situação sócio-económica produzida no DREPA ainda está no ano de 1998?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

Também dedico muito interesse e atenção, aliás, como sempre, às suas intervenções e às suas questões, mas desta vez deu-me a ideia de que V. Exa. não estava no momento presente, não está a viver os nossos dias, não está nos nossos tempos. Parece-me que, depois de ouvir o seu discurso, estamos na crise de 1992 aqui na Região Autónoma dos Açores. Felizmente tal não é o caso.

Apesar de todos os esforços que V. Exas. certamente farão para denegrir este Plano, para denegrir os documentos que agora apresentamos aqui a esta Assembleia, por mais esforços que farão, não o conseguirão, porque a realidade é tão boa, tão boa, comparada, obviamente, com a do passado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É um oásis!

O Orador: Gostaríamos que ainda fosse melhor e lutaremos para que o seja...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador:... e agora temos mais condições para o fazer, porque não vamos cometer erros como fomos obrigados a cometer no nosso último mandato.

Deputada Berta Cabral (PSD): Cometeu? Ainda bem que admite!

O Orador: Sim, porque tudo o que foi aprovado, para além daquilo que nós propusemos, nós consideramos que foi um erro, porque aquilo que nós apresentamos é que consideramos como certo. No fundo, V. Exa. apenas me põe uma questão que é a das contas regionais. O resto foram considerações a denegrir o Plano, como, aliás, creio que é da vossa obrigação fazê-lo. Infelizmente que quanto melhor forem os nossos planos menos sucesso terão V. Exas. nesse esforço.

Quanto às contas regionais, elas neste momento já não dependem do meu departamento, mas sei o que é que se passa, concretamente, com as contas regionais: nós estamos a tentar fazer contas regionais aqui nos Açores, mas não autonomamente, porquanto se todas as contas regionais que fossem feitas aqui e não fossem reconhecidas pelas autoridades estatísticas nacionais e europeias não teriam qualquer valor, daí que estejamos a desenvolver esforços e já temos muitos passos conseguidos neste sentido, ou seja, no sentido de fazer as contas regionais aqui nos nossos Serviços Regionais de Estatística em íntima articulação com o INE e com o EUROSTAT. Nós prevíamos que já pudéssemos elaborar contas relativamente a 2000 e depois fazer a sua conciliação com as contas dos anos anteriores. Certamente de 2000 já não será possível, mas no corrente ano 2001 será já possível desenvolver os trabalhos para apurar as próprias contas do ano 2000 e que são disponibilizadas certamente mais tarde e com o tempo necessário e suficiente para haver uma articulação e uma fusão, digamos assim, com as contas elaboradas com outros métodos que não os actuais.

Quanto aos atrasos das contas, a responsabilidade deve ser pedida ao INE porque é entidade que neste momento as faz. Como sabe a série estatística que foi produzida aqui no SREA não teve continuidade. Iniciou-se uma nova série estatística compilada e calculada pelo INE, sempre com métodos indirectos e é precisamente devido à existência desses métodos serem indirectos, e quanto a nós pouco fiáveis, é que desenvolvemos todos os esforços no sentido de que as contas passassem a ser elaboradas aqui na Região, mas em íntima articulação com as autoridades estatísticas nacionais e europeias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Comecei por dizer, nestas considerações que acabei de fazer ao Plano, que todos os parceiros sociais eram unânimes. Sobre isto estamos entendidos, ao menos que o Sr. queira ser o protagonista daquela história do batalhão em marcha e que é o único que leva o passo certo.

(Voz inaudível do Secretário Regional da Finanças)

A Oradora: Quer que eu insista em que todos os parceiros sociais são contra este Plano? É preciso dizer mais uma vez para perceberem e ouvirem?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não são. Está enganada.

A Oradora: Não têm os documentos? Não foram distribuídos por todos? Não os leram como era vossa obrigação?

Deputado Francisco Sousa (PS): Lemos. A Sra. é que não os leu.

Deputado Clélio Menezes (PSD): Agora têm maioria, já não interessa.

A Oradora: Os Srs. estão tão admirados com as minhas considerações que sou levada a crer que provavelmente não leram os documentos que vos foram distribuídos, o que é muito grave.

Se quiser que continuamos a falar disto, continuamos, mas a questão é que o tempo é pouco e como é pouco quero passar à frente. Agora, quero que fique registado: os parceiros sociais são todos contra este Plano. O Sr. Secretário Regional é o único que leva o passo certo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O povo dos Açores é que nos deu essa garantia.

A Oradora: Se quiser em repito.

(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Se foram instrumentalizados para fazer com que eu não diga aqui tudo aquilo que eu tenho para dizer, estão muito enganados.

Presidente: Srs. Deputados, deixem a Sra. Deputada continuar a sua intervenção.

A Oradora: Apenas peço ao Sr. Presidente de Mesa que imponha disciplina na Câmara.

Voz dum Sr. Deputado: Era só o que faltava!

A Oradora: Não sei se faltava ou não, o Sr. Presidente dirá se pode ou não pode, se deve ou não deve. Eu sei que deve.

Quanto às contas regionais e aos atrasos do INE, Sr. Secretário Regional, a ligação entre o INE é feita pelo Governo Regional, não é feita pela oposição, não é feita pela Assembleia Legislativa Regional, não é feita por mais ninguém senão pela entidade que tem a responsabilidade de ter estatísticas fiáveis nos Açores. Sem estatísticas fiáveis não se chega a lado nenhum; sem estatísticas fiáveis não se tiram conclusões; sem estatísticas fiáveis não se pode desenvolver uma estratégia de desenvolvimento desta Região; sem estatísticas fiáveis não se pode fazer, como os Srs. fizeram, previsões de crescimento do produto interno bruto da ordem dos 4 a 4,5%. São previsões que são o vosso desejo, a vossa vontade, que eu espero que, para bem dos Açores, se confirme, mas que não tem qualquer fundamento do ponto de vista oficial; não tem fundamento fiável.

Portanto, estas são as questões que eu não vi respondidas e também não vi respondida o que é que se passa com as contas da situação sócio-económica que, apesar de tudo, era a única publicação geral e abrangente existente nos Açores, feita pela Direcção Regional de Estudos e Planeamento e que a partir de 1998 nunca mais foi publicada.

Quanto à credibilidade e à vontade que o Sr. tem, naturalmente, de que tudo isto corra muito bem, eu queria lembrar-lhe que em 1999, quando aqui discutimos o Orçamento e que os Srs. pediram ao Ministro da Finanças o endividamento de 15 milhões de contos, que não foi autorizado, empolaram 5 milhões nos fundos comunitários e empolaram 5 milhões nas transferências do Orçamento de Estado. Desses 5 milhões levou os fundos comunitários de 17 para 22 milhões e as transferências de 31 para 36. Sabe o que é que aconteceu, Sr. Secretário Regional, na conta de 99?

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Lembrem-me!

A Oradora: Vou lembrar-lhe.

Os fundos comunitários nem foram 17, nem foram 22; foram 9,5 milhões e as transferências do Orçamento de Estado, não foram os 32 nem os 36, mas sim 30,3 milhões, para ser mais precisa. Portanto não foram nem os 32 nem os 36.

Isto é só para dizer que não seja tão auto-convencido nas suas afirmações, porque a verdade é que depois vamos ler o Diário das Sessões e se quiser em lembro-lhe, quando eu lhe perguntei aqui várias vezes e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também, se isso se confirmaria, se acreditava nisso e o Sr. acabou por dizer: “Olhe, é só para lhe dizer que acredito, sim senhor”. Pois veja lá no que acreditou e veja lá no que tivemos que ter na conta de 99, em termos de execução orçamental da receita.

Deputados Mark Marques e Joaquim Machado (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu também ouvi com muita atenção a intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral e queria-lhe pedir também um esclarecimento.

Em determinada altura a Sra. Deputada disse que este Plano onerava ou punha em causa o bem-estar - se não foi assim corrija-me, mas penso que isto é suficiente para perceber o que eu pretendo transmitir - das gerações futuras ou que não tinha em consideração as gerações futuras. Estava a falar em questões relativamente à desorçamentação.

Mais recentemente a Sra. Deputada fez uma referência à Conta de 1999, relativamente às transferências que teriam sido, digamos assim, inflacionadas, gostaria de dizer, sem ter os números

neste momento, mas posso confirmá-los daqui a pouco, que a receita é uma previsão e também pode haver atrasos no próprio processo de transferências e tem um erro associado.

Relativamente ainda a esse ano eu gostava de lembrar à Sra. Deputada o seguinte:

Em termos reais, ainda voltando ao Plano de 99, deve exceder, a preços de 99, o Plano de 96 em 75%. Portanto, eu penso que o ano de 99 não é necessariamente um ano negro no que diz respeito à execução orçamental.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Berta Cabral, eu julgava que estávamos a discutir o futuro. Afinal já estamos a apreciar a Conta de 1999.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A sua intervenção é de 92. O Sr. é que recuou no tempo!

Deputado Clélio Meneses (PSD): A verdade é que de 92 para 99 mudou pouco!

O Orador: Não se excite tanto, porque vai ter muita oportunidade para falar ao longo deste debate. Quanto aos fundos comunitários, efectivamente eu confirmo tudo aquilo que a Sra. Deputada referiu e que está no Diário das Sessões e posso-lhe até dizer, uma a uma, quais eram as previsões que nós então tínhamos feito: nós tencionávamos receber um primeiro adiantamento de 99 de 8,1 milhões de contos; um segundo adiantamento de 99 no valor de 5,4 milhões de contos, portanto adiantamentos referentes ao próprio ano, com receitas do próprio ano. Contávamos receber 0,4 milhões de contos do REGIS, do porto da Horta. Tínhamos fundos retidos em Lisboa de 6,6 milhões de contos. REGIS/Sismo, 1 milhão de contos, somando tudo isto os tais 21,5 milhões de contos.

Portanto, previsões são previsões e ainda mais quando se está a prever em variáveis que não se controla e que, como V. Exa. sabe, os fundos comunitários nestes anos andaram sempre atrasados e por isso nós acabamos por ter uma concretização nesta rubrica de receita muito inferior àquela que estava projectada.

No entanto, lembro a V. Exa. que o ano de 1999 foi o ano em que aqui, em toda a história autonómica na Região Autónoma dos Açores, se atingiu a taxa de execução mais alta de sempre com 94,5%. A mais alta de sempre, apesar destes constrangimentos todos a que nos vimos forçados a enfrentar ao longo do exercício de 1999.

Voltando agora ao presente e ao futuro, apresenta V. Exa. os parceiros sociais como sendo todos eles contra este Plano.

A ideia com que eu fiquei da sua leitura dos parceiros sociais, é que todos eles queriam mais para os sectores que representam e que defendem, mas isto é normal, Sra. Deputada. O Governo também queria mais meios, mais fundos para fazer mais ainda pelo desenvolvimento dos Açores, mas tal não é possível. Aqui é que entra a política de fazer selecção, de fazer hierarquização de objectivos, de afectação de meios a esses objectivos. Aqui é que está a política e o que estamos aqui a fazer é discutir os meios que temos, e são muitos relativamente ao passado, são sempre crescentes relativamente aos anos anteriores, no sentido de fazer a sua afectação da melhor maneira e não vir aqui embandeirar em arco, porque os parceiros querem mais para si. É evidente que sim. Se eu fosse parceiro social também reclamava mais para um sector que tivesse a representar, assim como nós também Governo, dentro destas linhas de orientação que nós temos e dentro daquilo que conseguimos, queremos sempre mais para o futuro. Lutaremos por isso e enquanto isto suceder, creio que estamos a fazer um bom papel relativamente ao progresso dos Açores.

Quanto às projecções do PIB, Sra. Deputada, as projecções do PIB que eu falo são baseadas em factos efectivos passados e em projecções feitas com rigor científico para o futuro. São essas que nós temos e são essas que, para nós, são as oficiais deste Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cabral Vieira:

Muito rapidamente, porque o tempo é pouco e tenho que orientar os meus pedidos de esclarecimento e dar também esclarecimentos ao Governo.

De qualquer forma, quando eu referi isso, referi em relação ao projecto finance, o que significa onerar as gerações futuras. Se não concorda diga-me?

Plano de 96 e plano de 99, a única resposta rápida e concisa é a seguinte: o PIB em 96 cresceu 4%, o PIB em 97 cresceu 1,6%. Não é por se investir muito que se cresce muito. Não é por se investir muito que se desenvolve necessariamente a Região Autónoma dos Açores.

É preciso investir bem, ter as opções certas, ter as prioridades correctas.

Sr. Secretário Regional, a política de desconcerto é grande e não é, como diz, que todos querem mais para si. Há declarações, designadamente da Câmara do Comércio, que eu podia citar, mas não tenho tempo para o fazer, mas recorde-lhe uma frase que diz: “As orientações estratégicas e o modelo de desenvolvimento não está correcto”. Portanto, os Srs. procuram na parte teórica do documento ir ao encontro dos sectores produtivos. Na parte quantitativa do documento abrem as frentes todas para agradar a todos e acabam por não agradar a ninguém.

Esta é que é a questão e o ponto fraco deste documento. Não tenha dúvida nenhuma. Por mais que ande às voltas, é isso que os parceiros sociais dizem.

A própria Quercus, que nem sequer é um organismo que se dedica ao desenvolvimento da Região, fala de que não há um modelo de desenvolvimento para a Região, de que não há uma estratégia concertada de desenvolvimento, quanto mais a Federação Agrícola, a Câmara do Comércio e todos os outros parceiros que têm preocupações de natureza macro-económica e estratégia. Esses são unânimes em dizer que aqui o que se põe é uma questão de desenvolvimento, de orientação estratégica, de consonância entre os objectivos do programa, as metas, as ambições e as orientações que pretendiam, de facto, ir ao encontro dos sectores produtivos e que depois na prática e na quantificação não foram.

Isto é que é a questão essencial e em relação à qual não há resposta, porque isto é um Plano, acima de tudo, eleitoralista que pretende abrir as frentes todas, que pretende agradar a todos os sectores, a todas as ilhas, dando pouco a cada um e depois dando execuções do Plano efectivamente elevadas, mas só depois de fazerem uma série de transferências de verbas de uns programas para os outros de forma a concentrá-los e poder executar alguma coisa. Esta é que é a verdade.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Francisco Sousa (PS): Nós é que fazemos os programas para os outros. Nós é que fazemos as transferências.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é para fazer duas rectificações.

A primeira é para me confessar que há pouco avancei um número de 75% e devia ser 52%. Portanto a execução seria os 75% se eu comparasse o que está previsto para 2004 com a de 96. Se comparar a de 99 com a de 96, são 52%. Portanto, fica aqui a rectificação, pois tinha aqui os dois números e é normal que me engane e tenho humildade suficiente para reconhecer, mas são 52% o que é muito bom.

A segunda rectificação que eu queria fazer é a seguinte: eu não falei em taxas de crescimento do PIB, embora a Sra. Deputada me tenha respondido a isso, mas também queria fazer aí uma rectificação: é que eu não acredito naquele valor que me colocou para 97. Sobre aquele valor, apesar de já ter saído dois artigos em determinada altura em que refere esse valor, penso que a Sra. Deputada está errada.

Deputada Berta Cabral (PSD): Então o Plano está errado.

O Orador: Pode ir ver ao Plano, mas digo-lhe que está errada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para, à guisa também de conclusão, dizer que por mais esforços que façam não conseguem iludir a realidade que é boa.

Já sabemos, depois da intervenção da Deputada Berta Cabral, qual vai ser a intenção de voto da sua bancada. Não esperávamos outra coisa. Já contávamos que ia ser contrária e iriam votar contra o Plano.

De qualquer das maneiras e para que não reste qualquer dúvida quanto ao bom clima e à boa situação económica que estamos a viver nos Açores, queria apenas apontar muito rapidamente os seguintes dados:

Nos Açores o crescimento do PIB em 98 foi 7,3%. Em Portugal Continental, ou seja, no todo nacional, foi de 4%.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Em termos reais ou em termos nominais?

O Orador: Em termos nominais, Sra. Deputada, mas a inflação neste ano foi de 3,1%.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Está a brincar comigo?!

O Orador: Não estou. A inflação neste ano foi de 3,1%. Faça a dedução.

A taxa de desemprego aqui nos Açores que em 1998 era de 4%, passou para 2,7% em 1999 e para 2,5% em 2000.

A inflação nos Açores que sistematicamente apresentava sempre índices indicadores superiores aos nacionais, passou a ser inferior. No ano 2000, 1,9% contra 2,8% a nível nacional.

Sra. Deputada, estes tempos que nós estamos a viver são os tempos do ano 2000. São estes tempos que nós ainda vamos melhorar relativamente ao futuro.

Não voltaremos nunca mais às crises de 1992 que vivemos aqui na Região.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): *Muito bem!*

Deputada Berta Cabral (*PSD*): É preciso é ter fê.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cabral Vieira:

Recomendo-lhe a página 1-11 do Plano, onde tem Região Autónoma dos Açores, verá que o PIB em 95, foi de 279.3, em 96, 288.5, em 98 302.1. Se se fizer a diferença em termos reais, não nominais como o Sr. Secretário quer pôr ali, porque se a gente fosse aqui em termos nominais, provavelmente a Irlanda podia estar a apresentar neste momento 15 ou 20% de crescimento e o Sr. está aí muito contente com 7% nominais. Por isso é que eu digo que está a brincar.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): A inflação foi de 3,1. Faça as contas.

A Oradora: Desde quando é que os crescimentos do PIB se calculam a preços nominais. Ó Sr. Secretário Regional, essa só mesmo a brincar! Nem o Pina Moura diz isso.

Os crescimentos do PIB calculam-se a preços reais, como é óbvio, para as coisas serem comparáveis e terem a sua razão de ser, porque senão não há comparação possível, uma vez que a inflação dum ano para o outro varia.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Faça as contas. Faça um leve esforçozinho!

A Oradora: Não pode fazer essa comparação. Se eu posso fazer, o Sr. também pode. Portanto, faça e diga aqui em termos reais, porque isso é que é correcto e é assim que deve ser feito.

Em relação aos outros cálculos que fez, continuam a ser cálculos privados, cálculos do Governo, cálculos que não estão acessíveis a todas as pessoas.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): São oficiais!

A Oradora: A verdade é que o Governo deixou que as contas da Região ficassem em 1995 devidamente calculadas e em 1997 em termos de estimativa. Esta é que é a realidade.

O INE faz aquilo que o Governo Regional lhe proporciona fazer.

O que está visto é que o protocolo existia, o trabalho estava a decorrer, foi interrompido e neste momento nós caminhamos à deriva, navegamos à vista. Esta é que é a questão.

Vozes dos Srs. Deputados Manuel Azevedo e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os documentos do Plano de Médio Prazo 2001/2004 e do Plano Regional para 2001 cujo debate se inicia hoje nesta Assembleia Legislativa Regional decorrem em primeiro lugar, e tem uma história de elaboração, das orientações de política económica e social contidas no programa do VIII Governo Regional dos Açores, aprovado nesta Assembleia em 6 de Dezembro de 2000 e da estratégia delineada e dos objectivos aprovados no âmbito do Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), que constituem uma das suas principais fontes de financiamento.

Estas duas referências nucleares aos documentos que agora analisamos foram precedidas de um amplo processo de participação, seja a nível político-partidário e aberto à sociedade, às Conferências sobre a Nova Autonomia, seja na ampla participação que os parceiros económicos e sociais tiveram da elaboração do PRODESA e cujas contestações não foram tão evidentes como se faz às vezes fazer crer.

Para além disso, e já no quadro da preparação dos documentos, procedeu-se à audição prévia dos partidos políticos e de mais de uma dezena de parceiros económicos e sociais, tendo sido solicitados, no quadro dos prazos legais estabelecidos na orgânica do planeamento aprovada em 91, pareceres ao Conselho Regional de Concertação Social e aos Conselhos de Ilha já constituídos.

Esta ampla participação da sociedade açoriana foi, como não poderia deixar de ser, acompanhada pelo trabalho empenhado a nível político e técnico de todos os departamentos do Governo e de outras entidades com tutela pública.

Assim, em nosso entender, e com base na ampla participação conseguida, ambos os documentos, com horizontes temporais e de execução diferenciados, relevam a intervenção da Administração Pública Regional no sentido de dar uma resposta eficaz ao desafio histórico, complexo e difícil de modernização da economia e da sociedade açoriana, criando e consolidando dinâmicas geradoras de um futuro melhor para as próximas gerações.

A nossa preocupação fundamental é pois, garantir ao longo dos próximos quatro anos, as melhores condições possíveis de **sustentabilidade global do processo de desenvolvimento da Região**, seja no que respeita aos níveis de fruição e utilização dos recursos disponíveis e da afirmação do nosso potencial económico, seja ainda na garantia de melhores condições de vida para as nossas populações, designadamente contribuindo para a dignificação dos mais necessitados.

Quer o Plano para 2001, quer o PMP 2001-2004 que, relativamente ao anterior evidenciam crescimentos reais da ordem dos 22,4% e 21,7% respectivamente, exigem ainda algumas considerações específicas para que se torne visível, transparente e compreensiva a verdadeira dimensão da intervenção da administração pública regional no esforço de desenvolvimento a implementar nos próximos 4 anos.

A primeira dessas considerações diz respeito à leitura minimalista que muitas vezes se faz do Plano, principalmente alguns partidos da oposição o fazem.

O Plano evidencia no Capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, mas a intervenção pública regional ultrapassa esse Capítulo 40 em termos que vem explícitos no Mapa 9 do Orçamento e em Anexo aos Planos que foram entregues.

Para além da contribuição do Orçamento da Região e dos fundos comunitários que integram esse Capítulo 40, evidencia uma rubrica designada por Outros Fundos e que não vem englobada no Capítulo 40.

Esses Outros Fundos representam a contribuição do Orçamento de Segurança Social Nacional para o esforço de desenvolvimento da Região, representam a contribuição do PIDDAC para o desenvolvimento regional, designadamente naquilo que diz respeito e neste caso específico com grandes valores para a modernização das pescas e integram outros fundos comunitários tais como o FSE associado à formação profissional, o FEOGA à Agricultura e o IFOP às Pescas cuja expressão no Capítulo 40 do Orçamento apenas vem referida a comparticipação regional.

Portanto, assim podemos considerar que o investimento público, e este esforço de intervenção pública ainda pode ser acrescida do investimento realizado, seja pelas empresas públicas, seja ainda pelas Juntas Autónomas dos Portos, ascendem a mais de 40 milhões de contos no Plano 2001/2004 e a mais 15 milhões de contos no Plano de 2001.

Isto significa que o valor nominal global efectivo do investimento público no período de programação ascende a mais de 330 milhões de contos e não apenas aos 225 da leitura minimalista do Plano de Médio Prazo.

Uma segunda referência que quero fazer diz respeito à falsa ideia que muitas vezes se pretende transmitir relativamente à dicotomia entre o investimento público e o investimento privado.

O apoio público concedido ao investimento privado, que regista no Plano de Médio Prazo um acréscimo real de 75,4%, cerca de 15 milhões de contos, é complementado ainda com mais 26,4 milhões de contos de fundos estruturais do Programa Operacional da Economia, e ao qual os empresários açorianos se podem candidatar, sendo as condições mais adversas dessa candidatura colmatadas por um dos sistemas de incentivos, regulamentado e aprovado no último Conselho do Governo Regional.

É claro que este investimento é da exclusiva responsabilidade das empresas e empresários, contribui para a efectiva melhoria do tecido empresarial, aumenta o seu nível de qualidade e competitividade, melhora as suas instalações e colmata, pelas taxas de comparticipação que têm, os riscos acrescidos da insularidade e ultraperifericidade que caracterizam o nosso tecido empresarial.

Contudo, menos certo não é o facto de que os investimento públicos constantes do Plano e da intervenção regional não afectam negativamente mas, antes beneficiam, na sua quase totalidade, e de forma directa, os agentes económicos privados.

Quem constrói as estradas, os portos, os aeroportos, as estruturas de saúde e o parque habitacional são as empresas privadas; quem beneficia dos matadouros, dos caminhos rurais e agrícolas, da compra de gruas e rebocadores, da promoção turística e de uma melhor e mais eficiente rede eléctrica são os agentes económicos privados; quem utiliza as acções de formação, o parque tecnológico e informático, a rede de cuidados de saúde e educacional, as indemnizações compensatórias da SATA e os transportes marítimos são a população no seu conjunto.

Portanto, o designado investimento público, tantas vezes erradamente considerado perverso por alguns partidos da oposição, mais não significa do que a criação de mais emprego e das condições objectivas para o aumento e garantia da competitividade regional e da sobrevivência da iniciativa privada.

Estar contra este investimento público é estar contra as empresas privadas, contra os agentes económicos privados e mesmo contra a população.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Em terceiro lugar, uma breve referência à desagregação espacial das verbas inscritas nos documentos em discussão.

Para nós, o ideal seria afectarmos mais recursos a todos os sectores, a todas as ilhas, a todos os interesses e a todos os parceiros, como já disse o Sr. Secretário.

Contudo, apesar da limitação de recursos com que nos confrontamos não permitir a concretização dessa afectação máxima que desejaríamos, julgamos que ela foi o mais eficiente possível e que

completamente cumprida a transparência deste Plano, pois as verbas não desagregadas espacialmente atingem neste Plano 21,7% do total contra 22,6% no anterior PMP e imaginem, contra 30% do PMP de 1993-1996, antes do PS formar governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano de Médio Prazo que agora trazemos à vossa consideração contempla cinco grandes linhas de orientação estratégica associadas ao **fomento e diversificação da actividade produtiva regional, à modernização das redes de estruturação territorial e ao reforço da nossa posição geoestratégica, à melhoria da qualificação dos recursos humanos e dos níveis de solidariedade e protecção social, à promoção do desenvolvimento sustentado (strictu sensu) e à melhoria dos níveis de eficiência e parceria na gestão pública e institucional.**

Todos estes grandes objectivos estratégicos registam aumentos reais significativos relativos à proposta do PMP anterior que, apesar de não ter sido aprovada nesta Assembleia Legislativa, foi efectivamente executado em todas as suas grandes linhas de orientação, conforme o demonstram os resultados das últimas eleições legislativas regionais, em que a população açoriana o sufragou amplamente.

A primeira das grandes linhas traduz-se no objectivo de **dinamização do crescimento e da competitividade da economia regional** que assenta no reajustamento da base económica e na diversificação do sistema produtivo, cujos elementos essenciais são o acréscimo dos níveis de produtividade, a ascensão da cadeia de valor da actividade turística, o acréscimo da capacidade técnica e tecnológica e a fixação da massa crítica, assim como a melhoria do nosso potencial exportador direccionando o esforço de marketing para núcleos e segmentos qualificados de mercado.

A segunda grande linha, **associada à rede de estruturação do território**, implica a modernização e o aumento da eficiência dos equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento, melhorando a eficácia e a funcionalidade das redes de transporte, energia e comunicações e promovendo a inserção da Região na sociedade de informação e do conhecimento, potenciando a investigação científica e tecnológica.

No âmbito da **Qualificação dos Recursos Humanos e do aumento dos níveis de protecção da sociedade**, procura-se, no essencial, a melhor qualificação dos activos, a manutenção dos níveis de emprego, uma maior flexibilidade e eficiência no mercado de trabalho, o combate à inactividade voluntária e a obtenção de melhores níveis de sanidade e protecção social.

Assim, procurar-se-á, nesta medida, incrementar a articulação dos subsistemas de educação e formação profissional, qualificar os desempregados e o emprego em segmentos que se encontram em reestruturação, incrementar a entrada qualificada do segmento feminino no mercado de trabalho e intervir decisivamente nos sectores sociais, promovendo a equidade de acesso, a prevenção e promoção da saúde e a redução da pobreza com a dignificação dos mais necessitados.

Quanto à promoção da **sustentabilidade e do desenvolvimento e da qualidade de vida**, as principais intervenções centram-se na valorização e protecção dos ecossistemas insulares, na melhoria das condições de habitação e na melhor utilização e fruição dos bens culturais. Aqui as nossas preocupações vão fundamentalmente para as questões do ordenamento do território, dos recursos hídricos bem como, na qualidade ambiental, designadamente intervindo sobre as áreas protegidas e a Rede Natura.

Na habitação, procura-se implementar uma política que viabilize uma maior racionalização na aquisição e produção do solo urbanizável, assim como na produção e promoção de habitação social.

No que respeita à cultura, continuar-se-á o processo de inventariação e recuperação do património cultural e proteger-se-á a criação artística nas vertentes erudita, urbana, rural e de raiz tradicional.

No que concerne à última grande **melhoria dos níveis de eficiência e parceria estratégica na gestão pública e institucional**, as intervenções centram-se numa maior visibilidade e afirmação da Região no plano externo, numa aproximação da administração pública ao cidadão, numa mais eficiente colaboração e cooperação com a administração local e na continuação do esforço de reestruturação do sector público empresarial.

Neste quadro, os esforços irão no sentido da defesa dos interesses regionais, na utilização do espaço regional por entidades estrangeiras, designadamente a negociação da Base das Lajes e na gestão da

ZEE, no aprofundamento das relações com a União Europeia, que atingiu níveis que nunca tinha atingido anteriormente, na preservação da nossa identidade cultural e económica nas comunidades emigradas e numa melhor articulação da administração regional com as autarquias locais tornando mais eficiente o exercício das respectivas atribuições e competências.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o facto de sabermos que muitas vezes mais dinheiro não significa maior eficiência ou eficácia, levou-nos a elaborar internamente um exercício prospectivo de avaliação ex-ante deste PMP onde procuramos analisar, por um lado, a adequabilidade dos diferentes programas às condições objectivas de evolução, aos pontos fortes e pontos fracos da sociedade açoriana e desses programas aos objectivos e às grandes linhas estratégicas.

Da avaliação integrada destas análises determinámos a coerência global do Plano e concluímos que os programas que maior impacto geram registaram taxas de crescimento reais significativas e se evidenciam-se como os que maiores sinergias e complementaridades geram no Plano.

De entre eles destacamos, o do Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica, o Desenvolvimento do Turismo, a Qualidade Ambiental, a Juventude e Emprego, os Sistemas de Incentivos, o Apoio à Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e a Diversificação Agrícola.

Como vemos, projectos de intervenção pública e de intervenção privada, ambos aqueles que geram maiores complementaridades e sinergias.

Apesar deste ser um teste interno, podemos afirmar que o Plano de Médio Prazo, que integra o Plano para 2001 é o melhor e aquele que, desde sempre, maiores recursos financeiros envolve para a Região permitindo atingir as metas propostas e os objectivos definidos, contribuindo assim para a continuação do processo de convergência real da economia açoriana com a nacional e comunitária.

Este facto decorre do último relatório do EUROSTAT em que os Açores em 1998 atingiram já 52% do PIB per capita médio da União Europeia, quando até 1996 com apenas 50% desse PIB, eram a região mais atrasada da Europa, integrando a partir desse altura, 96, 97, 98, o conjunto das 74 regiões que, no total das 211 regiões existentes na UE, registaram aumentos de crescimento real no seu conjunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estes documentos que agora pomos à vossa consideração e relativamente aos quais esperamos, antes de mais, um contributo para a sua melhoria são, estamos certos, os Planos da concertação, da participação, do rigor e da eficácia com que os açorianos poderão contar nos próximos 4 anos.

Muito Obrigado.

Deputados Francisco Sousa e Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Subsecretário, atenção essa, aliás, que não era muito necessária, dado o tom comicieiro de parte da intervenção e, digamos, acentuadamente apologético que não era de esperar nesta circunstância, mas o que me move agora é o pedido de esclarecimento que queria fazer, e é muito preciso e muito objectivo.

Este Grupo Parlamentar, tal como os restantes, recebeu, assinado pelo Sr. Subsecretário, cópia dum officio em que diz que foram detectados erros de processamentos informáticos extremamente volumosos.

Eu penso que era devida a esta Câmara uma explicação rigorosa sobre isto.

Muito obrigado.

Deputados Manuel Azevedo e Humberto Melo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Ainda bem que os descobrimos a tempo e os enviámos.

Quando o tratamento da base de dados em que registam as fichas por acção do Plano e em que a componente de desagregação espacial é bastante complexa na inscrição nessas fichas, ao fazermos as desagregações, seja a nível para as diferentes acções, seja tornarmos essa agregação visível a nível de projectos, que é um outro nível de agregação, houve efectivamente alguns erros de processamento informático.

Há casos muito claros que são aqueles em que foram usados alguns critérios indirectos para desagregar verbas, outros em que houve efectivamente saltos de verbas de uma rubrica para outra.

Daí que, numa observação minuciosa que fizemos a nível da Direcção Regional dos Estudos e Planeamento, permitiu-nos ainda na véspera mandar as verbas desagregadas e como o Plano só hoje é que se começa a discutir, nós pensamos que essa desagregação ainda chegou a tempo de ser reflectida e discutida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário Regional:

Devo reconhecer o esforço que fez para tentar aqui justificar a repartição de verbas entre investimento público e investimento privado e para tentar dar uma resposta a todos os parceiros sociais que exactamente convergem nessa crítica a este documento.

Mas penso que essa questão foi suficientemente debatida e não vamos, dada a escassez de tempo, continuar a discuti-las, porque há unanimidade entre todas as pessoas que apreciaram este Plano, relativamente a essa questão.

Continuamos a ter um enorme grau de intervencionismo na sociedade açoriana. Isso é indiscutível, isso é indesmentível e isso levaria muito tempo para estarmos aqui a justificar e o Sr. sabe muito bem que é assim e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a perder muito tempo.

Quanto à desagregação espacial e aos documentos que nos foram entregues ontem, eu queria perguntar ao Sr. Subsecretário Regional que vírus foi esse...

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Não foi vírus.

A Oradora: ... tão esquisito, se é que ele tem nome, e que aparece sobretudo depois do último Conselho do Governo, em que a promoção turística aumenta 1,5 milhões de contos em S. Miguel, 400 mil contos na Terceira e perde 400 mil contos em Santa Maria, 361 na Graciosa, 200 mil em S. Jorge, perde 330 no Pico, perde 393 no Faial, perde 233 nas Flores e perde 3.671 contos no Corvo.

Deputado Mark Marques (PSD): Maldito vírus!

A Oradora: Isto foi um vírus muito esquisito e sobretudo gostaria de saber se ele tem nome e se pratica alguma modalidade especial.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Deputado João Cunha (PSD): Afinal o vírus não tem nome. O pior é se anda mais algum por aí!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nome do vírus é o nome dos critérios da desagregação espacial.

Deputado João Cunha (PSD): Não foi baptizado!

O Orador: É o vírus do critério que eu há bocado referi e que não permitiu, digamos, na agregação das verbas uma operação informática correcta.

Presidente: Srs. Deputados, parece não haver mais pedidos de esclarecimento, vamos fazer um intervalo, com todo o rigor, de 15 minutos.

(Eram 11 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Prosseguindo o debate e as intervenções, tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional de Médio Prazo incorpora grandes medidas e linhas de acção alicerçadas no âmbito de uma estratégia de crescimento e de desenvolvimento. Assim sendo, tal documento reveste-se de particular importância e constitui um elemento de referência e de apoio à tomada de decisão por parte dos restantes agentes económicos e sociais.

Tal não significa que o papel dos poderes públicos se substitua ao da iniciativa privada, nem sequer pressupõe existência de qualquer forma de paternalismo ou de subserviência entre o público e o privado. Numa economia de mercado, o ónus do crescimento e do desenvolvimento assenta, acima de tudo, na iniciativa privada. Aos poderes públicos cabe a criação de condições ou, simplesmente, a desobstrução de impedimentos ao desenvolvimento e ao funcionamento do mercado. O Plano é, portanto, no que respeita ao sector privado, um instrumento indicativo.

Ao Governo, na procura do bem-estar económico e social dos cidadãos, cumpre, além do desenvolvimento de muitas funções de natureza social, a prestação de apoio indirecto ao funcionamento da actividade económica mediante a melhoria das acessibilidades, a valorização dos recursos humanos, a divulgação de informação e o desenvolvimento de actividades científicas e tecnológicas, entre outras. Estas são actividades geradoras de externalidades positivas que, na ausência de intervenção pública, ficariam sempre aquém do nível socialmente óptimo.

O apoio directo à actividade produtiva constitui, também hoje, na maioria das sociedades, uma área de intervenção dos poderes públicos no sentido de influenciar e orientar as decisões dos agentes económicos. O apoio ao investimento privado constitui a forma mais visível deste modo de actuação.

A expansão da capacidade produtiva da economia e a melhoria das condições de vida das populações são objectivos que figuram no cerne de qualquer Plano. O Plano Regional de Médio Prazo 2001-2004 não foge a esta regra. A modernização e a diversificação da actividade produtiva regional, o desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos colectivos, a valorização dos recursos humanos, a valorização da ciência e da tecnologia, a valorização da qualidade ambiental e a aposta no turismo, constituem opções válidas, assentes, certamente, numa estratégia de crescimento e de desenvolvimento.

A Proposta de Plano de Médio Prazo não mistura crescimento e estabilização económica, não mistura curto e longo prazo. É um documento com uma visão estratégica. É um documento dirigido à expansão da oferta agregada. É um documento virado para o futuro, um documento que aposta e faz-nos acreditar no desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O indicador mais utilizado para medir o nível de bem-estar das populações é, apesar de conter imensas limitações, o Produto Interno Bruto por habitante. Tal como é reconhecido no texto de enquadramento da Proposta de Plano de Médio Prazo, o valor deste indicador situa-se nos Açores em 70% da média nacional. A aproximação à média nacional requer que a nossa taxa de crescimento seja superior à verificada para o resto país. Embora não tenhamos qualquer influência sobre o crescimento dos outros espaços económicos, a Proposta, ao apostar no emprego e na produtividade, abraça aquele objectivo e, sobretudo, abraça a melhoria das condições de vida da população residente nos Açores.

O facto do Produto Interno Bruto por habitante ser inferior ao montante verificado para a média nacional decorre essencialmente de dois factores. Por um lado, tal como é indicado na Proposta de Plano, a produtividade média do trabalho atinge na Região cerca de 84% do valor verificado para a média do país. Por outro lado, a taxa de participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a taxa de emprego da população potencialmente activa é menor nos Açores. Facilmente se conclui que o crescimento económico da Região, ou seja do seu Produto Interno Bruto por habitante, exige o crescimento destes indicadores (basta pensar que o Produto Interno Bruto por habitante é igual à multiplicação da produtividade média do trabalho pelo rácio entre a população empregada e a população total).

O aumento da produtividade do trabalho resulta da qualificação dos recursos humanos, da adopção de novas tecnologias e da modernização do tecido produtivo. Foi assim em todos os espaços que se

desenvolveram! A Proposta de Plano de Médio Prazo 2001-2004 incorpora e reconhece a importância daqueles grandes vectores, que funcionam como autênticas molas do processo de desenvolvimento e de crescimento económico.

O aumento da taxa de emprego da população potencialmente activa requer a diversificação da actividade produtiva. Ao contrário do que se verificou no continente, com um processo de industrialização virado para a exportação iniciado na década de 60 do século passado, as oportunidades de emprego, sobretudo para a mão de obra feminina, foram sempre bastante limitadas nos Açores (exceptuando as que resultaram da expansão dos serviços públicos, incluindo a educação e a saúde, na sequência das mudanças políticas verificadas no país e na região depois de 1974). Em grande parte devido a isso, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho ascende a 28%, situando-se abaixo dos 44% registados para a economia portuguesa. É por isso que a diversificação da actividade produtiva, nomeadamente através do desenvolvimento do turismo, pode contribuir para aumentar a utilização dos nossos recursos e, conseqüentemente, para elevar o bem-estar da população. Constitui, aliás, um alargamento da nossa base económica de exportação e, portanto, do sector básico da economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Plano de Médio Prazo 2001-2004 ascende a 225,5 milhões de contos, traduzindo-se numa média anual de 56,3 milhões de contos. No que respeita à sua distribuição, 27.8% destinam-se à dinamização da economia regional, 22.7% ao desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos, 17.9% a valorizar e aumentar os níveis de protecção da sociedade açoriana, 13.8% a promover a sustentabilidade do desenvolvimento e da qualidade de vida, 5.6% a aumentar a eficiência da gestão pública e institucional e, finalmente, 12.2% destinam-se a recuperar estragos provocados pelas calamidades.

O montante financeiro incluído nesta Proposta de Plano é bastante elevado, se comparado com o valor médio executado no quadriénio 1997-2000 e, sobretudo, quando comparado com os valores médios executados nos quadriénios 1989-1992 e 1993-1996, embora nestes casos a análise em termos reais seja sempre mais conveniente e reveladora.

A preços de 1999, o investimento público ascendeu, de acordo com as execuções orçamentais, a uma média anual de 38,7 milhões de contos no período 1989-1992, a 31,5 milhões de contos no período 1993-1996, a 42,7 milhões de contos entre 1996 e 2000 e, assumindo uma taxa de inflação anual de 2.5%, prevê-se que ascenda a 51,9 milhões de contos no quadriénio 2001-2004.

Ou seja, o Plano de investimentos decresceu, em termos reais 19% de 1989-1992 para 1993-1996, e aumentou 34% no período 1997-2000 e, pelo exposto, prevê-se que continue a aumentar significativamente no quadriénio 2001-2004. Aliás, o investimento público decresceu, em termos reais, de forma abrupta e contínua desde início da década de 90 até 1996. O valor real dispendido no Plano de 1996 ascendeu a 67% do valor dispendido em 1989, traduzindo-se, assim, numa quebra de 33%. Esta descida originou, como todos sabemos, uma séria crise económica na Região. Os anos posteriores a 1996 foram, indiscutivelmente, melhores. A situação financeira da Região transformou-se radicalmente. Uma simples análise de origem e aplicação de fundos não deixa qualquer margem para dúvida. Os fundos ao dispor da Região aumentaram substancialmente no período 1997-2000. Uma parte desse aumento teve origem na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, quer através do aumento das transferências do Estado para Região, quer através da redução dos encargos com a dívida, na sequência da transferência de 110 milhões de contos da dívida para o Governo da República. Relativamente a este indicador, importa referir que entre 1990 e 1996 foram pagos 30,0 milhões de contos de juros da dívida, os quais ascendem, a preços do ano 2000, a 38,0 milhões de contos. Uma outra fonte de origem de fundos decorreu dum melhor apuramento das receitas próprias da Região.

Este processo de aumento de fundos permitiu assegurar o aumento da despesa corrente e, além disso, veja-se, libertar um montante significativo de recursos financeiros destinado a Plano de investimentos. Em termos reais, o Plano de 1999 ultrapassou o de 1996 em 52%. O de 2004 pode ultrapassar em 75%.

A Proposta de Plano de Médio Prazo 2001-2004, pressupõe a manutenção de condições favoráveis no que respeita às origens de fundos, nomeadamente as provenientes de Transferências do

Orçamento do Estado. Tal facto, conjugado com o vultoso envelope financeiro habilmente negociado no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (o PRODESA), assegura a manutenção dum elevado investimento público nos próximos anos, sem que daí resulte qualquer esforço adicional sobre o contribuinte (é bom que se entenda isto!). Bem pelo contrário, com a adaptação fiscal o esforço sobre os contribuintes decresceu. Basta olhar para os elementos estatísticos incluídos na Proposta de Orçamento para 2001, para perceber o efeito daquela medida sobre a receita fiscal da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Plano Regional de Médio Prazo 2001-2004 reflecte as orientações de política económica e social incluídas no Programa do VIII Governo Regional dos Açores, aprovado nesta Câmara, assim como as linhas de orientação estratégica, os objectivos de desenvolvimento e os eixos prioritários aprovados no âmbito do Programa Operacional para o Desenvolvimento dos Açores (PRODESA), através da Decisão da Comissão Europeia C(2000) 1784, de 28 de Julho de 2000, como a melhoria da competitividade regional, a modernização da base produtiva tradicional, a promoção do desenvolvimento sustentado e o fortalecimento do tecido empresarial regional.

Os montantes envolvidos e a existência duma estratégia de crescimento e de desenvolvimento constituem, na leitura que faço do documento, motivos mais do que suficientes para acreditar que este Plano vai, conjuntamente com a iniciativa dos restantes agentes económicos, continuar a contribuir para o progresso e para o desenvolvimento dos Açores. É, afinal, isso, penso eu, o que todos nós pretendemos.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

“Nada de Novo”

“Um documento estruturalmente muito semelhante aos que são apresentados há mais de duas décadas”

“Objectivos macro-económicos fixados ad-hoc, sem fundamentação adequada, aparecendo mais como um rol de desejos do que estimativas de impactos”.

“Convergência real ao sabor do acaso”

“O PMP deveria reflectir uma abordagem mais agressiva que a tradicional que, podendo ter sido a indicada num determinado período, (para recuperar o atraso secular ditado pelo abandono e isolamento dos Açores), não terá actualmente tanta justificação...”

“O PMP deveria apresentar um novo modelo de desenvolvimento que possibilitasse aos Açores aproximarem-se de níveis de bem-estar mais elevados e descerem no ranking das regiões mais pobres no seio da União Europeia”

“Os Açores precisam de mais”

Estas são afirmações públicas de diferentes especialistas convidados a pronunciarem-se publicamente sobre o Plano de Médio Prazo e o Plano de 2001, agora em discussão nesta Assembleia.

Declarações com as quais concordamos.

Receios que partilhamos.

Preocupações que os principais parceiros sociais, (Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Federação Agrícola dos Açores e Quercus, entre outros) transmitiram também de forma objectiva.

Segundo a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e passo a citar: “A presente proposta de PMP não constitui, como seria legítimo esperar, um instrumento relevante na definição e na prossecução de uma política de desenvolvimento sustentada, numa perspectiva de dinamização e fortalecimento das empresas regionais.

A desejada aposta na economia e nas empresas não se encontra materializada na nova proposta, a não ser em termos de definição estratégica, não se registando, uma vez mais, correspondência entre

as políticas e as dotações adequadas e necessárias para os sectores reprodutivos assumirem o papel decisivo que devem ter numa economia forte, geradora de riqueza e capaz de promover o desenvolvimento da nossa região de uma forma sustentada.” Fim de citação.

Palavras duras, mas fundamentadas e autorizadas, da principal instituição representativa do empresariado regional.

Aliás, dos parceiros sociais com assento no Conselho de Concertação Social não recebemos um único parecer favorável e dos muitos outros contactos que fizemos, ao longo das últimas semanas, também não encontramos quem avalizasse as propostas em causa.

Facilmente se conclui que o PMP e por arrastamento o plano para 2001, não agrada a ninguém senão ao próprio governo.

Numa Região como a nossa, onde o sector público tem um peso excessivo na economia e na sociedade em geral, os documentos em apreciação assumem uma importância acrescida na medida em que condicionam toda a actividade económica.

Pela mesma razão, são também instrumentos incontornáveis na mudança deste estado de coisas, onde as orientações estratégicas e a afectação dos recursos públicos são decisivas para que se caminhe no sentido de uma maior ou menor governamentalização da sociedade.

Perante a escassez de recursos disponíveis, é fundamental saber estabelecer prioridades e fazer as opções correctas em função dos objectivos que se pretende atingir.

O desejado e necessário equilíbrio entre o sector público e o sector privado no processo de desenvolvimento sustentado da nossa economia passa por uma orientação diferente e consequentemente por políticas e acções distintas das consubstanciadas nestes documentos.

Infelizmente não é nesta legislatura nem com este Governo que se irá alterar a política intervencionista que tem caracterizado a sua acção.

O modelo de desenvolvimento tradicional, tão criticado pelos actuais responsáveis, no tempo em que era inevitável apostar nas infraestruturas, mantém-se bem patente neste PMP, sem que se dê sinais claros de querer apostar num modelo inovador e potenciador da iniciativa privada como principal motor da actividade económica.

A injeção de dinheiro na economia pela via da despesa pública directa não proporciona o crescimento económico desejado e sobretudo não garante sustentabilidade desse crescimento.

A Região Autónoma dos Açores, uma das mais pobres da Europa, com um Produto Interno Bruto per capita equivalente a 51% da média europeia tem um longo caminho a percorrer no processo de aproximação aos níveis médios europeus.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): 52%!

A Oradora: Não é por o Governo investir muito que a economia cresce muito.

Basta analisar o crescimento do PIB entre 1995 e 1997 (último ano disponível), para se ver que assim é.

O que é necessário é potenciar os efeitos multiplicadores do investimento e isso só é possível com a participação activa e directa dos cidadãos através das suas organizações empresariais e produtivas.

Os documentos em apreço, e com particular destaque para o PMP, não estão orientados neste sentido e não configuram uma estratégia global de valorização dos nossos recursos endógenos e de desenvolvimento económico e social sustentado.

Quando se esperava que em 2001-2004 se apostasse claramente nos sectores produtivos, verifica-se exactamente o oposto.

Os programas relacionados com a actividade produtiva da Região representam apenas 14,6% deste Plano.

As verbas afectas às Estruturas de Apoio à Actividade de Pesca (-58%), à Modernização da pescas, (-61%), ao Desenvolvimento Industrial (-24%) e ao Desenvolvimento do Comércio (-8%), relativamente aos 4 anos do período anterior.

Quanto ao volume de recursos afectos aos sistemas de incentivos, manda a verdade que se diga que se regista neste PMP um acréscimo considerável relativamente ao período anterior.

Contudo, e também em abono da verdade, temos de sublinhar que uma boa parte destas verbas (cerca de 90%, isto é, 4 milhões de contos dos 4,5 que estão previstos para 2001), são para fazer face a compromissos de anos anteriores.

Para além disso, este programa tem um peso estrutural de apenas 7,1%, o que revela a pouca importância que lhe é atribuída no contexto do investimento total, sobretudo se comparado com outros programas, designadamente o ligado à Ciência e Tecnologia que só por si tem uma dotação financeira de 7,4 milhões de contos, superior ao “Desenvolvimento do Turismo” que tem apenas 6,6..

Por melhores que sejam as intenções, temos de convir que as verbas afectas ao Turismo, para 2001-2004, não traduzem a aposta que o Governo diz querer fazer neste sector tendo em vista o desenvolvimento e a diversificação da economia regional.

Em matéria de privatizações nada de novo ou de significativo se acrescentou desde 1996, a não ser o insucesso registado na venda de direitos de subscrição do capital do BCA, comprometendo o prestígio da Instituição por incapacidade e falta de visão do governo.

Do mesmo modo, nada se fez para reduzir a intervenção directa da Região em domínios que podem e devem ser entregues à iniciativa privada.

Só a título de exemplo, refira-se que continuam previstos investimentos em “Equipamento para o Parque de Máquinas” da Secretaria Regional de obras públicas no valor de 570.000 contos.

Quem não se recorda dos compromissos assumidos pelo PS, em finais de 1996, sobre esta matéria, para que o PP aprovasse o programa e o primeiro orçamento do Governo anterior?

Deputada Alvarino Pinheiro (PP): Fomos bem enganados.

A Oradora: Quem não se recorda dos propósitos solenemente assumidos pelo mesmo Governo, em 1997, para reduzir os gastos com viaturas e instalações públicas?

Também nesta matéria, e mais uma vez a título de exemplo, saliente-se que estão orçamentadas mais verbas para edifícios públicos (1.810 mil contos) do que para o somatório dos programas relativos ao desenvolvimento industrial, desenvolvimento comercial e apoio às exportações o que é um absurdo.

Se a tudo isto acrescentarmos que para a feira de Hannover (unanimemente reconhecida como um fracasso)...

Secretário Regional da Habitação (José Contente): Só nas vossas cabeças.

A Oradora: ... aliás, deve-se dizer que a muitos quilómetros daquela cidade, estão ainda previstos 100.000 contos, a somar aos 220.000 dos anos anteriores, perfazendo a módica quantia de 320.000 contos, tudo isto sem contar com deslocações, inaugurações e outras mordomias), então o absurdo ganha dimensões de escândalo.

Tal como a expo - 2000 de Hannover, há no Plano verbas para projectos que já deviam ter terminado e há outros que deviam ter dotação orçamental e não têm ou estão insuficientemente dotados.

A construção da via alternativa de acesso à Ribeira Quente o Centro de Congressos de Ponta Delgada, o Pavilhão de Exposições, a Escola Hoteleira, o Parque de Combustíveis da Praia da Vitória e muito outros são exemplos de projectos que se arrastam de promessa em promessa e de plano em plano sem verbas suficientes e sem qualquer execução material.

Na agricultura, as dificuldades não param de surgir, conduzindo este sector a uma acentuada descapitalização.

Os agricultores aguardam o pagamento de vários subsídios em atraso, reclamam mais verbas para a sanidade animal e também para a criação de melhores condições de abastecimento de água, de electricidade e de acesso às suas explorações.

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, deixem a Sra. Deputada prosseguir com a sua intervenção.

A Oradora: Estão a ficar incomodados, Sr. Presidente.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Alguns mais do que outros.

A Oradora: Por incrível que pareça, a electrificação agrícola conta, em 2001, com 30 mil contos, veja bem Sr. ex-Secretário da Agricultura, o equivalente a metade da verba afectada à construção de um edifício para jardineiros no Palácio de Sant'Ana, orçado em 60 mil contos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Que escândalo!!!

A Oradora: Em matéria de educação a situação é preocupante.

Apenas um terço das escolas previstas na Carta Escolar, estão programadas para o próximo quadriénio e mesmo assim com enormes atrasos e dotações inferiores ao necessário.

Também as verbas destinadas à formação de professores são consideradas insuficientes por todos os representantes do sector.

Na Saúde o panorama não é melhor.

O Plano de Médio Prazo apresenta um decréscimo de 5% , relativamente ao período anterior, deixando antever uma quebra de investimento num sector que atravessa grandes dificuldades de toda a ordem.

As urgências nos hospitais estão cada vez mais sobrecarregadas e a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada continua adiada desde 1999.

Com uma reconhecida falta de recursos humanos e materiais associada ao crescimento exponencial do respectivo défice corrente, a saúde nos Açores está em situação de pré-rotura.

A par de tudo isto existem no PMP cerca de 22% de verbas não desagregadas, o que nos leva a concluir que o documento além de dar, injustificadamente, prioridade a certos programas e projectos em detrimento de outros, peca por falta de transparência.

Os documentos em apreço apresentam prioridades inexplicáveis e um desajustamento de verbas incompreensível, devidamente evidenciados por todos os parceiros sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve referência ao orçamento.

As despesas correntes sobem 9,6% relativamente ao ano anterior, ou seja, quatro vezes mais do que a inflação e, dentro destas, as despesas com pessoal, tendo em conta grande parte da dotação provisional se destina a reforçar estas rubricas, sobem 12,7%. Os encargos com a dívida, por seu turno sobem 30%.

A máquina governativa engorda todos os dias.

Não se conhece uma única medida que tenha sido adoptada, nestes últimos anos, com vista à desburocratização da administração pública, à redução da máquina administrativa,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é por causa da equiparação das IPSS.

A Oradora: ... à racionalização de processos, à introdução de uma cultura de qualidade e de exigência. Devo acrescentar que o orçamento dos gabinetes dos Secretários Regionais sobem de 2000 para 2001, 12 milhões de contos, ou seja, um milhão de contos por mês.

Criaram-se Fundos e Institutos com competências sobrepostas a Direcções Regionais e com duplicação de encargos para a administração.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Criaram-se institutos?!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Onde é que eles estão?

A Oradora: As transferências anuais do OE e os impostos aumentaram substancialmente, entre 1996 e 2000, porém o equilíbrio das contas públicas está longe de ser atingido.

O financiamento do Orçamento da Região passa pela contracção de um empréstimo externo na ordem dos 18 milhões de contos o que elevará a dívida directa da Região para 55,6 milhões de contos, em cinco anos.

A dívida administrativa da região, incluindo Fundos e Serviços Autónomos não para de crescer, com especial destaque para a dívida da saúde.

Por sua vez, a dívida garantida, constituída pelos avales concedidos, é hoje de 15 milhões de contos, prevendo-se que passe para 22 milhões durante o ano e curso.

Como se tudo isto não bastasse, o Governo prepara-se ainda para importar as práticas de desorçamentação adoptadas pelo Governo de Lisboa, sob a forma de "Project Finance", que não são mais do que endividamento encapotado, que irá onerar fortemente as gerações futuras.

Todos os pareceres apresentados pelos Sindicatos, Federação Agrícola, Câmara do Comércio e Indústria, Universidade dos Açores, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Ordem dos Médicos e organizações ambientais, entre outros são contra este Plano.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E as Câmaras Municipais?

A Oradora: Daí se conclui que os documentos em apreço não servem os patrões nem os trabalhadores.

Não correspondem aos interesses dos agricultores nem dos industriais.

Não interessam a públicos nem a privados.

Estes não são os documentos que o PSD apresentaria aos açorianos

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Obrigada. Fico muito lisonjeada com as palmas da vossa bancada

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eram palmas irónicas!

A Oradora: Termino como comecei, citando um dos pareceres dos parceiros sociais.

“Os Açores precisam de mais” e acrescento: merecem muito melhor.

Muito obrigada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Essas palmas foram fraquinhas!

Deputada Berta Cabral (PSD): Faltaram as vossas!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria pedir um primeiro esclarecimento à Sra. Deputada Berta Cabral e que é o seguinte: o que é que a Sra. Deputada entende por orientação ou divisão estratégica? Também gostaria de saber se as contas que fez, em termos de orientação estratégica, se limitam às apresentadas no Capítulo III, página 1 do Plano ou se teve também em conta as que se referem, e já um bocadinho mais para a frente, aos outros fundos e têm a ver com a estrutura de financiamento?

Eu pergunto, porque se assim o tivesse feito, notaria certamente que os objectivos gerais definidos pelo Governo apresentam, por exemplo, ao nível da dinamização do crescimento e da competitividade da economia regional a parcela de investimento do PMP é de 27,8%, mas se somarmos a esta os investimentos realizados pelos outros fundos, chegamos à conclusão de que estes representam 41% e é neste objectivo geral que se inclui o fomento agrícola a diversificação do sector agrícola, o turismo, os sistemas de incentivos, o comércio e toda a actividade produtiva.

Se isto não é orientação estratégica, o que é para si orientação estratégica?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É tudo menos isso.

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem!*

A Oradora: A nível de efeitos multiplicadores, e referiu a verba excessiva que está afecta à Ciência e Tecnologia, eu penso que este é um sector que efectivamente pode produzir efeitos multiplicadores em todos os outros sectores da actividade, incluindo o comércio, a indústria, a energia, o turismo, todos esses sectores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Eu sei que acredita na iniciativa privada e no apoio à iniciativa privada.

O investimento dos sistemas de incentivos não é representativo dessa aposta do próprio Governo na iniciativa privada? O que é isto para si?

Para já são estas as minhas questões.

Vozes das bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência)

Presidente: Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Andreia Cardoso:

Orientação estratégica é a forma como nós queremos que evolua o desenvolvimento económico e social duma sociedade.

A nossa visão é esta. Não é investimento directo do Governo no sectores, apesar de ter os sectores produtivos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Afinal são investimentos produtivos. Fica registado.

A Oradora: A questão que se põe aqui é uma questão de orientação de investimentos. Não se excite, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Estou calmíssimo.

A Oradora: A questão que está aqui é uma questão de orientação de fundos, orientação de investimento, capacidade de aplicação desse investimento, que deve ser feito pelo sector privado e não directamente pelo sector público.

A questão que aqui está é que todo o Orçamento e todo Plano e todos os de investimentos, embora investindo em sectores, dirigem-se à sociedade ou acha que se dirigem ao umbigo do Governo?

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Muito bem! É assim mesmo!

A Oradora: Para esses estão os tais 12 milhões dos gabinetes dos Secretários. Para esses estão as viaturas e todas as despesas correntes do orçamento.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Outra vez!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas essa questão já foi esclarecida pelo Sr. Subsecretário Regional.

A Oradora: Em termos de investimento há que fazer opções claras entre pôr esse dinheiro na mão da iniciativa privada para ser ela a investir ou deixar esse dinheiro na mão dos sectores públicos para serem estes a investir.

Esta é que é a questão de orientação estratégica que nós adoptamos, que nós defendemos, contrariamente àquela que está explicitada neste documento.

Este documento, embora agregue as verbas de acordo com uma terminologia que faz pensar que se está a investir nos sectores produtivos, embora adopte uma terminologia que tende pôr na dinamização da actividade económica determinadas verbas, não corresponde ao titular da aplicação das verbas. O titular de grande parte das verbas contidas neste documento é o Governo Regional, não são as empresas privadas.

A grande diferença é esta:

O Governo Regional aplica essas verbas em investimentos públicos, na sua maioria construções que levam ao desenvolvimento sectorial, designadamente a construção civil e de outros, criando emprego nesses sectores, esse emprego não é sustentável, porque tem a ver com variações conjunturais desses sectores. Esse investimento não é reprodutivo e muito dele sai dos Açores, como muito bem sabe, porque as empresas não são açorianas. Muito desse investimento fica apenas em termos de aumento de poder de compra e não em termos de desenvolvimento e crescimento de produtividade. É esta a questão.

A questão que pôs em termos de orientação estratégica, devo dizer que a nossa orientação estratégica é que deve haver uma desgovernamentalização da sociedade açoriana. Deve haver um menor intervencionismo do Governo na sociedade açoriana. Esta é que é a questão...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É uma questão de 20 anos!

A Oradora: ... que é indesmentível e bem patente neste documento.

Em termos de outros fundos, como sabe Sra. Deputada, os fundos extra-Plano são possibilidade de investimento, são indicações de verbas disponíveis que não passam pelo orçamento regional, não constituem compromisso de despesa pública e, portanto, estão à disposição de quem apresentar as suas candidaturas para os aplicar da forma que entender.

Aquilo que nós estamos aqui a discutir é o orçamento público e o Plano de Mário Prazo 2001/2004. Portanto, se quiser juntar tudo tem que fazer a proporção em relação a tudo. Eu fiz a proporção como deve ser feita em relação aos documentos que nós vamos aprovar aqui nesta Casa, porque não

vamos aprovar intenções de investimento seja de quem for, nem fundos que estão à disposição através de outras entidades de fora da Região, porque esses ou já estão aprovados em termos de pacote ou não estão e a empresas candidatar-se-ão a elas se entenderem por bem fazê-lo.

Isto são questões meramente indicativas que não estão neste momento em discussão.

A propósito disto gostava ainda de saber as intenções do Sr. Secretário Regional das Finanças em fazer inscrever todos os investimentos no orçamento, e que em 98 dizia que apenas tinham reflexo nas contas de ordem, como é o caso de alguns projectos de empresas públicas, autarquias locais, Juntas Autónomas dos Portos, projectos novos como o cabo de fibra óptica e a geotermia, etc.. Não estão nem podiam estar. Isto foi uma afirmação de quem pensava que, na altura, se andava a esconder fundos, mas a verdade é que estes fundos não estão e não podem estar. São meramente indicativos e não fazem parte – podem fazer como anexos – integrante dos documentos que estamos aqui a discutir e a aprovar.

Esta é que é a questão e isso em nada invalida a questão de orientação estratégica, quaisquer que sejam os fundos que estejam à disposição dos chamados fundos extra-Plano. Os fundos que aqui estão devem ter uma repartição diferente, mais orientada para as empresas, mais orientada para a intervenção da sociedade civil na economia. É esta a questão principal que este Plano continua a reflectir, ou seja, um enorme intervencionismo do Governo na sociedade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O facto da terminologia a que se referiu há pouco, de facto utiliza-se terminologia. Isso é certo. Agora, também é certo que quando falamos de dinamização do crescimento temos correspondência nos programas, nos projectos e nas acções do PMP para 2001/2004.

Quando eu me refiro, neste caso, à dinamização do crescimento, a Sra. Deputada sabe muito bem que este inclui 10 programas, entre eles o fomento agrícola, o apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas, a diversificação agrícola, o desenvolvimento florestal, mas inclui um, quanto a mim fundamental, que é o programa 10 – Sistema de Incentivos, mas não era por aí que eu queria ir.

Deputada Berta Cabral (PSD): Nós estamos a falar de coisas diferentes. Por amor de Deus, não confundam!

A Oradora: Penso que é importante a terminologia para sabermos o que é que está incluído e o investimento para onde é que se direcciona e por aqui podemos obviamente chegar lá, mas quando refere que os outros fundos são um indicativo, pois todo o Plano é um documento indicativo, não é um documento coercivo. Portanto, relativamente a isto tanto são indicativos os outros fundos como o próprio Plano. Se fossemos entrar por aí então não chegávamos a conclusão nenhuma.

O que nos interessa é que, de facto, designadamente ao nível do fomento agrícola, para além dos cerca de 13 milhões de contos de investimento do Plano, temos a crescer cerca de 24 milhões de outro fundo. São muito significativas estas verbas, daí que eu tenha falado nelas e penso que devemos todos reflectir sobre elas, senão estamos a enganarmos a nós próprios e a quem nos ouve e acho que não chegamos a conclusão nenhuma por essa via.

Obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral:

Parece que eu tive a falar para o boneco.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Victor Cruz (PSD): Não. Estava a falar para o Partido Socialista.

O Orador: A sua interpretação e a leitura que faz da Região continua a ser minimalista, porque sabe muito bem que as condições de insularidade, de ultraperifericidade a que nós somos sujeitos, sabe muito bem que os sobrecustos de investimento, que as economias de escala permanentemente manifestadas em todos os investimentos, que o elevadíssimo risco do investimento privado nos novos micro-mercados desta Região não possibilitam que a iniciativa privada...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há 20 anos atrás era assim!

O Orador: ... construa matadouros, faça promoção turística sem pedir auxílio ao Governo, construa caminhos rurais e agrícolas, compre rebocadores e gruas para os portos. Portanto, querem privatizar o lucro e tornar público o que dá prejuízo.

O que eu lhe pergunto é que num quadro e numa realidade destas como é que a Sra. prevê que se possam colmatar os défices de desenvolvimento e como é que prevê que o nosso território possa constituir uma externalidade para as empresas.

Vozes dos Srs. Deputados João Ponte e Hernâni Jorge (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

No seu texto disse que o endividamento da Região ascenderia a 18 milhões de contos.

Eu também vi aqui no quadro um número, mas além de olhar para o número eu li o texto e 12 milhões desse montante referem-se apenas a uma operação de reestruturação e de gestão da dívida pública para as operações sempre convenientes quando daí resulta uma revisão da carga dos juros a pagar sobre os empréstimos contraídos.

Portanto, relativamente a isso, e para quem estiver menos atento ao número que apontou, até parece que o ano passado os empréstimos foram de 5 milhões e que este ano passam para 18 milhões e não subtrai os tais 12 milhões. Efectivamente o endividamento da Região será de 6 milhões de contos, ou seja, mais um milhão de contos do que o ano passado. Isto é o endividamento previsto.

Relativamente ao dinheiro gasto na Região e que sai para o exterior e os efeitos multiplicadores, nós aqui teríamos uma grande história, porque, como eu disse na minha intervenção, importa distinguir duas coisas, pelo menos do ponto de vista da estrutura económica é importante que se faça isso entre aquilo que é o curto prazo e aquilo que é o longo prazo. Não que isto seja demasiado importante. Eu sei que são palavras, mas é importante e quero dizer que é através das palavras que a gente se entende e é através das palavras que a gente se desentende e por vezes interessa clarificar o que é que está em causa.

O conceito de crescimento económico, não é um conceito de curto prazo, é um conceito de médio e longo prazo.

Obviamente que numa Região pequena como os Açores, e acontece em todas regiões, os recursos são gastos em investimento, ou seja, um montante financeiro sai para o exterior.

Mas uma coisa é também verdade: a capacidade produtiva, e essa é que importa, instalada na Região, seja ao nível de capital físico, seja ao nível do capital humano, que irá potenciar o crescimento da Região, esse fica. Portanto, penso que o que está aqui não é só uma questão de efeito multiplicador, porque nós sabemos que uma parte desses recursos saem da Região, o que está aqui é uma questão de aumentos de expansão da capacidade produtiva. Acho que são duas coisas bastante diferentes e que interessa clarificar.

Eu sei que em determinada altura se pensava que o aumento da despesa pública, na chamada perspectiva queneziana, aumentava o rendimento da Região, isso não é necessariamente verdade e nós vimos aos longo de muitos anos que a capacidade produtiva da Região não se terá expandido como deveria.

Portanto, o que interessa aqui é o investimento em infraestruturas e essas estão claras, estão no Plano. O investimento em capital humano também é claro e está no Plano.

Estamos a fazer uma avaliação a jusante. Daqui a alguns anos temos hipótese de fazer uma avaliação mais realista. Penso que os números não irão enganar nessa altura.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente, Sra. Deputada Andreia Cardoso, voltamos ao mesmo assunto.

É uma questão de orientação estratégica, é uma questão de opções de quem executa ou não executa o investimento. Ser o Governo a injectar directamente ou não o dinheiro na economia, é ele o dono das obras, o dono do investimento, o dono do dispêndio das verbas que estão à disposição da Região.

Outra situação completamente distinta é haver um maior equilíbrio entre quem executa uma parte e quem executa outra. Essa é que é a orientação estratégica que nos distingue.

Sr. Deputado Cabral Vieira, e deixo o Sr. Subsecretário para o final, a capacidade produtiva pode estar a aumentar, mas cuidado porque ela pode não ser sustentável.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O problema agora já não é aumentar!

A Oradora: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. não sabe do que é que eu estou a falar...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que coincidência!

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Há muita gente aqui que não sabe do que é que está a falar.

A Oradora: ... e aí respondo-lhe como o Sr. Deputado Francisco de Sousa: “daquilo que não sabe não se meta”. São palavra do Deputado Francisco de Sousa. Citei.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Fica-lhe muito bem. Continue assim que vai arranjar muitos amigos.

A Oradora: Já estou em idade de que os amigos que eu tenho, tenho e os que não tenho já não os vou arranjar. Tenho muitos e esses chegam.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe a arrogância.

A Oradora: Pois é, mas eu ainda estou muito longe da arrogância apresentada pelo Partido Socialista. Ainda estou muito longe dessa.

Sr. Deputado Cabral Vieira, capacidade produtiva para crescer tem que ser sustentável, caso contrário estamos também a falar de curto prazo.

Sr. Subsecretário Regional, já ouvi falar em concessionário de serviços, já ouvi falar em estabelecer contratos programa, já ouvi falar em privatizar, já ouvi falar em ceder património mediante determinadas contrapartidas.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo) Não sabe do que está a falar. Eu falei de investimento e não de funcionamento.

A Oradora: Quer que eu lhe diga inúmeras formas de transferir para a iniciativa privada. Pois vou ler-lhe um relatório feito pelo Governo Regional, do Partido Socialista, em 1997 sobre as privatizações, relatório esse que nunca mais foi editado, foi apenas este, a que se referiu o artigo 10º. do Decreto Legislativo Regional n.º 9/A/97/A, e que diz o seguinte:

“A privatização da EDA deverá concretizar-se ainda no decurso do presente mandato do Governo.

A SATA, o início da privatização desta empresa deverá ocorrer após o concurso público para a exploração do transporte aéreo – e já vamos para o segundo – entre os Açores e o Continente Português, o qual deverá ocorrer em 1998” e por aqui fora estão muitas outras tais como a TRANSMACOR, a LOTAÇOR, etc..

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo) Continue.

A Oradora: Não posso, porque já me deram um papel a dizer-me que já gastei 38 minutos.

(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Vou continuar, porque quero chegar ao fim.

Paralelamente a esta questão das privatizações e da sua alienação está a ser desenvolvido um estudo de trabalho com a finalidade de proceder à identificação dos serviços assegurados pelo sector público administrativo regional para serem transferidos e prestados por sectores públicos, privados e cooperativos.

Após a definição da metodologia de trabalho, foi efectuado, por sectores do Governo, um levantamento daqueles serviços, foram definidas áreas de possível intervenção designadamente

cantinas, bares, escolas, hospitais, centros de saúde, matadouros, casas de matança, serviço de classificação de leite, lavandarias, etc..

Presidente: Sra. Deputada, eu peço que abrevie, pois o seu tempo já terminou.

A Oradora: Na sequência destes resultados serão desenvolvidas algumas experiências piloto visando melhorar o conhecimento existente em matéria de reacções e comportamentos dos utentes. Entretanto passaram 3 ou 4 anos, o que é que fizeram?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só queria que a Sra. Deputada me dissesse se sabe qual é a diferença entre investimento e funcionamento das infraestruturas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Naturalmente que sei, Sr. Subsecretário.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Não parece.

Presidente: Srs. Deputados, o debate está animado. Ainda bem, mas peço-vos que procurem respeitar o tempo para esclarecimentos.

Pata uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um Plano não pode ser um mero enunciado de intenções, mais ou menos realisticamente quantificado sem qualquer correspondência temporal. Pelo contrário. O elemento fundamental de avaliação dum Plano é exactamente, a par do realismo da programação financeira, o rigor da calendarização temporal.

Por muito nobres que sejam os objectivos dum executivo, quando não existe um mínimo de compatibilidade daqueles com a capacidade de execução, não há metas que resistam.

Por isso, a principal falha dos Governos Socialistas tem residido precisamente a este nível, embora estes Governos e os que o antecederam tenham disfarçado as suas incapacidades, privilegiando as chamadas boas execuções financeiras das verbas orçamentadas para Investimento.

Porém é óbvio que não se pode confundir capacidade de gastar dinheiro com capacidade de execução dum Plano.

Para a avaliação da boa governação, importa ter presente a execução material do Plano, seja ele anual ou quadrienal.

Nessa perspectiva os sucessivos desvios da governação, face aos seus propósitos estabelecidos nos diversos Planos, têm sido a nota predominante dos executivos do PS.

Resta-nos a dúvida se estamos perante um problema de incapacidade técnica e ou política, ou se estamos apenas perante uma repudiável postura ética, que leva à consciente inscrição de projectos e acções nos Planos anuais e quadrienais, sem qualquer possibilidade prática de virem a ser executados.

Neste segundo caso estamos claramente perante uma situação que configura uma fraude política, que visa sistematicamente iludir os destinatários dos respectivos projectos e acções, que na prática são as populações das diferentes Ilhas e as suas instituições representativas.

Importa denunciar este tipo de irresponsável atitude governativa, que acaba por envolver directamente a credibilidade da própria Assembleia Legislativa Regional, que ao aprovar, de boa fé, os documentos dos Planos Governamentais, fica co-responsável pelos mesmos e obrigada a zelar pela eficaz execução daqueles.

Ora, neste particular, o que se verifica é um crescente descrédito das populações açorianas nos Planos apresentados pelos Governos Regionais do PS, cuja concretização de muitos dos projectos e acções previstas não ocorrem no período determinado, havendo casos em que passam de um Plano de Médio Prazo para o outro.

São inúmeros os exemplos deste tipo de situações, nos diversos sectores e nas diferentes Ilhas da Região.

Para não ser fastidioso, vou enumerar alguns casos que se têm verificado no meu círculo eleitoral, a Ilha Terceira, e que por isso são do meu conhecimento quotidiano.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Na minha rua!

O Orador: Nessa perspectiva o Plano de Médio Prazo e o Plano para 2001, do Governo Regional do PS, no que diz respeito à minha rua, ao meu concelho, à minha ilha, ao interesse daqueles que votaram em mim e oxalá não se arrependam dos votos que deram maioritariamente a outros 6 que dizem aqui representá-los e vamos ver se o zelo e o empenho que colocam, é o mesmo que colocavam quando eram deputados da oposição...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não tenha dúvida!

O Orador: ...e faziam aqui, a custo, lentamente (a gasóleo) a defesa dos projectos da sua ilha.

Ora, é exactamente desses projectos que os Srs. Deputados do Partido Socialista, os mais antigos, alguns que quando cá estavam durante anos e anos atacaram os governos e os planos do PSD, pelo facto deles serem sistematicamente adiados, eu hoje, para infelicidade daqueles que aqui nos colocaram, vou ter possibilidade de citar esses mesmos projectos e se tiverem memória e paciência para ouvir, lá chegaremos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Paciência há pouca!

O Orador: Desde logo, nos primeiros dois anos, os Planos limitam-se, quanto aos projectos mais significativos, no geral, a dar andamento a acções e projectos que estão em curso e que já deveriam ter terminado no mandato anterior e, por outro lado, retomam promessas que sistematicamente foram inscritas nos Orçamentos anteriores sem que a respectiva execução se tivesse iniciado.

Neste capítulo, para os Terceirenses e os Açorianos mais conscientes, este repudiável estilo de Governação Socialista na sua política do não cumprimento do anunciado e até do programado, em nada se distingue da prática dos Governos anteriores, profundamente criticados por esta Assembleia.

O caso do Matadouro Industrial da Ilha Terceira já estava previsto pelos Governos Sociais Democratas.

Entretanto passou a constituir um compromisso eleitoral do Partido Socialista, que o inscreveu no seu Plano de Médio Prazo para o concluir na Legislatura, pondo cobro aos graves prejuízos daí advenientes para a economia regional local e para a própria população, já que o actual corria sérios riscos de encerramento.

Na verdade o Governo Socialista iludiu novamente os agricultores e a economia Açoriana e Terceirenses, dotando no Plano de Médio Prazo anterior (1997-2000) o Matadouro da Terceira com 988.258 contos; vejam o requinte de chegar à unidade de milhares de escudos, estratégia que notoriamente visa dar a ideia de alguém que sabe o que está a fazer e que domina minimamente a técnica da programação. Pura ilusão!

No Plano anual para 1999 o Governo Socialista mantém a ilusão, ao inscrever no orçamento uma dotação de 193.264 contos para a construção do Matadouro da Ilha Terceira.

Claro que os Deputados do Partido Socialista, de boa fé, na altura tecem louvores ao seu Governo, dizendo que agora é que tínhamos um Governo capaz, bem diferente dos anteriores,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Em 4 anos foi só crescer!

O Orador: ... que cumpria com as promessas inscritas no Plano de Médio Prazo.

Mas, os socialistas não desanimaram e garantem que as promessas são para se cumprir!

Vem o Plano para 2000 e o Governo Regional quer aumentar a confiança nos Açorianos e nos Terceirenses e para isso nada melhor do que também fazer crescer a dotação para o Matadouro Industrial da ilha Terceira com o apoio claro dos deputados do Partido Socialista da Terceira.

Volta a dotar o Matadouro da Terceira deste feita não com os 794.994 contos, inscritos no PMP, mas com cerca de metade, 409 mil contos. Porém este acto magnânimo do Governo Socialista não obsteu a que a obra não arrancasse.

Conclusão: como se diz na "dança" a "porca comeu" um milhão de contos que estavam destinados ao Matadouro da Terceira e como o Governo Regional tem sempre execuções financeiras de 100%, alguém que não tinha projectos aprovados nos Planos Regionais lá viu a sua vidinha a andar para a frente, perante a frustração deste Parlamento e o desespero dos empresários agrícolas da Ilha, que

continuam sem Matadouro, sem certificação da sua carne e sem um matadouro privado que entretanto não foi apoiado.

Deputado João Cunha (PSD): Grande razão tem essa dança!

O Orador: É óbvio que perante este fracasso da administração socialista, o próximo Plano de Médio Prazo tem que trazer para a Terceira novamente uma dotação, que atinge, por estranho que pareça, apenas 325 mil contos, para um projecto que esteve para ser feito no passado por 1 milhão de contos. Entretanto a ilha fica duplamente prejudicada. Ainda não tem o Matadouro e perdeu a afectação de um verba de um milhão de contos.

Estamos assim perante uma nova versão do “milagre das rosas”.

Isto é: os socialistas vão fazer em 2001-2004 por 325 mil contos o que se propunham fazer em 1997/2000 por 988.258 contos,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): São rosas, Senhor, são rosas!

O Orador: ... o que é bem sintomático das expectativas existentes sobre o ritmo de execução que se espera para este estruturante projecto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Num Matadouro que está para ser feito nos próximos quatro anos, o Governo do PS inscreve uma dotação que corresponde a 1/3 do que estava previsto para a sua construção há quatro anos atrás e em relação ao Matadouro de S. Miguel, que já foi feito no mandato anterior e já foi inaugurado, o Governo Regional, do Partido Socialista, inscreve para o próximo Plano de Médio Prazo uma verba de 1,8 milhões de contos, que corresponde a 75% do custo total previsto no PMP anterior.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E esta?!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que está para ser construído tem inscritos no orçamento 325 mil contos; o que já está feito tem uma dotação de 1,8 milhões de contos.

Isto não tem ponta por onde se lhe pegue, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

(Risos da bancada do PSD)

Será que isto corresponde a alguma lógica, a algum modelo de boa gestão, a algum sistema de planeamento, a alguma eficácia administrativa?

(Risos da bancada do PSD)

Será que isso resulta da convenção para a Nova Autonomia?

Será que não estamos perante um exemplo acabado de irracionalidade, de má gestão, de improviso absoluto e de irresponsabilidade administrativa geradoras dum enorme descrédito financeiro e político?

Se o Governo Regional do Partido Socialista está a pagar com o próximo PMP as obras que fez no PMP anterior, que crédito merecem estes documentos?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Qual PMP anterior?

O Orador: Será que já não tivemos experiências no passado com consequências bem nefastas para a nossa Região e para a própria Autonomia?

Como o Secretário Regional da Agricultura já admitiu que estes 1,8 milhões de contos inscritos no Matadouro de S. Miguel se destinam ao pagamento de compromissos já assumidos, é caso para perguntar quantos mais milhões de contos neste PMP se destinam ao pagamento de dívidas com execuções feitas no passado?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mal feitas!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Foi esclarecido nas Comissões.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No caso, por exemplo, das infraestruturas da Educação, a situação que se vive é desastrosa e bem reveladora da incapacidade de execução deste Governo Regional do PS, decorridos mais de 4 anos do seu mandato.

Vamos aos exemplos que melhor conhecemos:

A grande reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, estava contemplada no Plano de Médio Prazo 1997-2000 com uma dotação de 461.788 contos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Esse PMP não valia!

O Orador: O relatório de execução de 1997 refere que se procedeu ao início do processo do concurso público.

Em 1998 os Socialistas inscreveram e fizeram aprovar, pelos seus Deputados nesta Câmara, uma dotação de 125 mil contos, criando a expectativa de que as obras iriam arrancar em força. Entretanto nada se fez.

Em 1999 o Governo Regional, do PS, dá um sinal claro quanto ao objectivo de arrancar com as obras naquela Escola e aumenta a dotação para 150 mil contos. Iludindo tudo e todos acaba por também nada se fazer.

Para o ano 2000, embora tivesse baixado a dotação para 100 mil contos, perante esta Assembleia Legislativa comprometeu-se a começar as obras ainda antes do início da pré-campanha eleitoral. Nem isso cumpriu!

Estamos pois perante mais meio milhão de contos que, segundo a "dança", a "porca comeu" à Ilha Terceira,...

Deputado João Ponte (PS): Devia mandar essa porca para S. Miguel!

O Orador: ... sem que a Escola Francisco Ornelas da Câmara visse um centavo, o que deve ter dado um jeitinho a alguém, já que o Governo, como costuma anunciar, tem sempre uma execução financeira de 100%.

É evidente que quem não foi capaz de iniciar em quatro anos a execução que se propunha, tem que inscrever de novo para os próximos quatro anos o projecto da grande reparação daquela Escola. Agora com 2 milhões de contos.

Só que, por incrível que pareça, nem se propõe arrancar com as obras em 2001, como havia prometido, já que não inscreveu qualquer dotação para o presente ano.

Outro projecto regional requeitado, ainda do tempo dos Governos do PSD, diz respeito à Escola EB 2,3 + Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, prometida também pelo Governo anterior do Partido Socialista, que a inscreveu no PMP 1997-2000 com uma verba de 708.567 contos. É o tal preciosismo do planeamento.

Acabei de ouvir nesta Câmara o Sr. Subsecretário do Planeamento afirmar que o Governo se gabava, inconsciente e irresponsavelmente, porque não fez a análise dos documentos, de ter executado na plenitude o que constava da sua Proposta de Plano de Médio Prazo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Proposta do Plano de Médio Prazo que os Srs. chumbaram!

O Orador: E muito bem chumbada, como agora se vê, porque foi uma proposta que não foi efectivamente cumprida da forma que era exigido.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos continuar a esclarecer e a chamar a atenção para as incapacidades deste Governo.

No Plano Anual de 1998 criaram-se grandes expectativas com a inscrição de 150 mil contos para a obra da Escola Secundária e Artística de Angra do Heroísmo. Nada fizeram!

Em 1999, voltando a enganar os Açorianos e os Terceirenses, o Governo e o seus Deputados tornaram a incluir no Plano uma dotação para aquela obra de 150 mil contos. Também nada se fez!

Para não fugir à regra, o Governo Socialista, o ano passado, voltou a colocar no Plano uma dotação de 250 mil contos para arrancar com a obra da Escola, no início da pré-campanha eleitoral, como aqui foi referido. Nem isso cumpriu!

Será que isto corresponde a alguma lógica, a algum modelo de boa gestão, a algum sistema de planeamento, a alguma eficácia administrativa?

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não será que estamos perante um exemplo acabado de irracionalidade, má gestão, improviso absoluto e irresponsabilidade administrativa geradora dum enorme descrédito financeiro e político?

Estamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, perante uma situação em que dos 100% de execução financeira este ano há 0% de execução material.

É evidente que quem não foi capaz de iniciar em quatro anos a execução que se propunha, tem que voltar a inscrever de novo, para os próximos quatro anos seguintes, o projecto daquela Escola. Agora com 3,5 milhões de contos.

Só que, em relação a este ano de 2001, que se desenganem os Deputados. A dotação proposta é de apenas 50 mil contos. Logo não teremos o arranque da Escola nem em 2001.

Esta análise poderia ser feita para outros projectos de Construção de Escolas Secundárias, por toda esta Região fora, como é o caso da Horta que, apesar de ter estado dotado com 225 mil contos no PMP anterior, com verbas anualmente inscritas, também nada se fez.

Agora, o Governo do Partido Socialista tem o desprate de no novo Plano de Médio Prazo nada incluir para o ano de 2001. Nada incluir para 2002 e nada incluir para 2003, transcrevendo 500 mil contos para o ano de 2004, para o lançamento da 1ª pedra antes das eleições. O Faial que faça cruzes quanto à nova Escola Secundária.

Mas os Socialistas não revelaram apenas uma total incapacidade no arranque da construção dos grandes projectos escolares em algumas ilhas dos Açores. Também nas pequenas construções do 1º ciclo, excepto o que foi entregue às Câmaras Municipais, no âmbito da cooperação financeira, e que foi um êxito, paira incompetência e incoerência total.

Vejamos o caso da Escola Básica do Porto Martins,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Essa não passa na minha rua!

O Orador: ... prometida pelos Socialistas no início do mandato, foi esquecida durante dois anos, aparecendo de novo em 2000, com uma dotação de 5 mil contos.

Estamos perante um caso semelhante à chamada "Flor Humana", que ora aparece ora desaparece!

É um sistema de planeamento próprio da Nova Autonomia para o Novo Século, tão do agrado do sector mais fundamentalista desta maioria parlamentar.

Curiosamente o projecto da Escola do Porto Martins volta a desaparecer em 2001, para tornar a aparecer com dotação em 2002.

Esta forma de governar e de fazer planeamento parece, de facto, brincadeira de miúdos!

O mesmo se pode dizer quanto à Escola da Serra de Santiago, que estava dotada no PMP anterior, ou em relação às promessas quanto ao Porto dos Biscoitos.

Talvez não aconteça em S. Sebastião porque há-de haver um histórico capaz de sensibilizar o Governo para resolver os grandes problemas de S. Sebastião.

(Risos da bancada do PSD)

No que se refere à Escola, em 1998 o Governo Regional inscreveu uma verba de 5 mil contos, mas nada se fez!

Só por coincidência é que vieram aqui os exemplos da Educação, que tanto incomodam o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não incomoda.

O Orador: Podia vir com os exemplos das estradas, mas lá chegaremos.

Em 1999, para variar, o Governo Socialista abandonou o projecto.

Os Srs. sabem do que é que eu estou falando? É de escolas primárias.

(Voz inaudível da bancada do PS)

O Orador: Eu sei que já não interessa, já não interessa a escola. Isso foi no ciclo anterior.

Em 2000, relativamente à dita escola, o Governo volta a lembrar-se e torna a inscrever o mesmo montante de 5 mil contos.

Deputado Francisco de Sousa (PS): É chapa 5!

O Orador: É chapa 5 mil contos.

Como nada fez no mandato anterior, os socialistas, com o apoio dos incondicionais e fervorosos deputados, recomeçam neste PMP 2001-2004 tudo de novo, volta tudo à estaca zero, volta até a inscrever o projecto. Agora é que vai.

Porém, houve um lapso que julgo que não foi corrigido pela folha milagrosa do vírus do computador do Sr. Subsecretário, que mais uma vez se esqueceu de garantir qualquer dotação para o presente ano de 2001.

Portanto, em relação àquelas escolas, uma entra nos anos pares, a outra entre nos anos ímpares.

(Risos da bancada do PSD)

Pelo que vem do passado, já vimos que o desfasamento médio – e é um dado importante para os mais novos - entre o que o Governo Regional do PS anuncia e promete e o eventual arranque da sua execução, em regra, são quatro anos. Façam as contas, mas em média para esses projectos são 4 anos.

Continuemos no sector da Educação e vamos verificar que todas as grandes promessas inovadoras do Partido Socialista para este novo mandato, em matéria de construções Escolares anunciadas, com pompa e circunstância, durante a campanha eleitoral e propagandeadas pela tentacular máquina informativa do Governo Regional do PS, não encontram nenhuma tradução credível neste PMP. E repito: Pela tentacular máquina informativo do Governo Regional do PS.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Mais um instrumento para pagar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Televisão que o Sr. paga agora 130 mil contos.

O Orador: Isso já foi. Agora já não conta. Já lá vai o tempo.

Oxalá que ainda restem jornalistas fora do controle governamental

Senão vejamos:

Quer a Construção da EB 2,3 do Ramo Grande, quer a Construção da EB 2,3 de São Sebastião, - aí está uma que S. Sebastião não a protegeu - quer a Construção da EB 2,3 do Livramento, quer a Construção da Escola Secundária de Vila Franca do Campo, quer a Construção da EB 2,3 das Velas, quer a Construção da Escola Secundária Geral Básica da Horta, não têm qualquer verba inscrita no Plano de 2001, nem no Plano de 2002, nem no Plano de 2003. Só a poucos meses da eleições de 2004 é que vão aparecer 900 mil contos para estas seis construções escolares de grande importância e urgência para o nosso sistema escolar. Estamos entendidos.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Quer queiramos quer não, é evidente que já estamos perante mais seis promessas requeitadas para a próxima Legislatura e para o respectivo Plano de Médio Prazo 2005-2008.

Mas também no campo das obras públicas podemos prosseguir esta constatação de que, em muitos aspectos, este Governo Regional do PS se propõe voltar a fazer em 2001-2004, aquilo que se comprometeu a fazer nos últimos quatro anos.

Voltemos por exemplo à análise dos principais projectos que na área das estradas estão previstos para a Ilha Terceira onde o baixo grau de execução neste sector também tem sido alarmante.

Os socialistas, à total semelhança de situações do anteriores, nestes últimos 4 anos foram entretendo os Terceirenses com o avanço, a ritmo de caracol, da estrada Lajes - Santa Bárbara e da via rápida Angra/Praia.

Na construção de novos troços, em 1998, dos 2,2 milhões de contos para os Açores, foram apenas gastos naquela ilha 229 mil contos, cerca de 10%.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para 9 ilhas, 10% está bem bom!

O Orador: Espero que os deputados eleitos pela Terceira concordem com essa sua posição.

Em 1999, dos 2,05 milhões de contos gastos os Açores, foram apenas utilizados 270 mil contos na Terceira.

Para 2000 manteve-se a inaceitável disparidade neste tipo de verbas, cabendo àquela Ilha, num conjunto de 1,5 milhões, 0,1, isto é, cerca de 8%.

Foi esta a consideração que o PS e o seu Governo Regional tiveram para com aquela Ilha e para com aquela população.

Mas vejamos o grau de eficácia do planeamento regional em matéria rodoviária:

A ligação da via rápida ao Porto da Praia, foi inscrita em 1997 no Plano Regional, por iniciativa do Partido Popular e aprovada também com os votos dos Deputados do Partido Socialista.

Naquele ano de 1997 nada foi feito.

Durante 1998 e 1999 também nada foi feito.

No ano 2000 e a pensarem na pré-campanha eleitoral, lá inscreveram 50 mil contos. Prometeram faixas de rodagem. Tiraram faixas de rodagem, mas, na prática, voltaram a nada fazer!

É evidente que quem não foi capaz de iniciar em quatro anos a execução que se propunha, tem que inscrever no novo PMP o mesmo projecto, o projecto da conclusão da via rápida Angra/Praia.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por incrível que possa parecer, não existe qualquer verba para este projecto no Plano para 2001!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não é para fazer em 2001!

Deputada Berta Cabral (PSD): O melhor é rasgar este Plano!

O Orador: Moral da história: - como diz o Sr. Deputado e muito bem, não é para fazer em 2001 - o Governo Regional comprometeu-se a arrancar com o troço da ligação da via rápida em 1997.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Já está pronta há muito tempo.

O Orador: Enganou a Assembleia Legislativa Regional, incluindo os seus próprios Deputados; enganou o povo dos Açores, e só sete anos mais tarde, isto é, em 2003, se propõe avançar efectivamente com aquele projecto, quando grande parte da restante via já se encontra em elevado estado de degradação.

Será que isto corresponde a alguma lógica, a algum modelo de boa gestão, a algum sistema de planeamento, a alguma eficácia administrativa, a alguma seriedade política?

É bem verdade que os Governos do PSD foram duramente criticados pelo facto de irem fazendo a via - rápida ao ritmo de 1 Km por ano. Mas que dizer agora, Sr. Presidente, deste Governo dos Socialistas que não consegue, ou não quer, avançar com a referida via rápida a mais de 500 metros por ano? Quando os Srs. gostam de comparar a sua acção com a acção do PSD, é dramático, quando o PSD andou naquela via a 1 km por ano, os Srs. não passam dos 500 metros por ano. É uma tristeza!

(Risos da bancada do PSD)

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos)

O Orador: Tivemos agora consciência de que o Sr. Secretário das Obras Públicas está da sala. Ainda bem que é bom lembrar-lhe algumas. Vamos a elas, Sr. Secretário:

A reabilitação e pavimentação da Estrada Silveira - Cruz das Cinco (6-2a), como o Sr. gosta de dizer, tinha 60 mil em 1999. O Sr. nada fez. A 6-2ª tinha em 2000 uma dotação de 150 mil contos. O Sr. não foi capaz de fazer alguma coisa. A 6-2ª desaparece em 2001, desaparece em 2002. É o tal fenómeno da “flor humana”, e reaparece em 2003, com apenas 25 mil contos. Sr. Secretário, reveja as folhas do computador. Isso está tudo enganado.

Vamos a mais:

A reabilitação da Estrada 1-1a Cruz das Cinco-Silveira,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é um carnaval!

O Orador: É, de facto. É triste!

Mas vamos a outra, para abreviar:

A Serretinha, que os Srs. Deputados bem conhecem, tinha uma dotação de 60 mil contos em 99. Nada se fez, Sr. Secretário.

A Serretinha tinha 2000 contos postos pelo Governo do PS, que anda, de facto, a brincar aos Planos. Isto é a prova evidente de que quando nós ouvimos as macro-análises feitas aqui pela macro-estrutura e depois caímos na realidade, isto é pior do que o império do Carlinhos Papagaio. Os Srs. lembram-se dele.

(Risos da bancada do PSD)

Com estes amigos estamos pior que no tempo do império do Carlinhos Papagaio, muito pior.

Vamos à estrada da Serretinha:

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu continuo quando os Srs. deixarem.

Eu sei que isto é doloroso, mas têm mais para ouvir.

Voltando à estrada da Serretinha, tinham 100 mil contos no ano de 2000 e nada fizeram. É óbvio que também passou para este PMP com três anos de atraso, o seguinte:

O troço Lajes - Santa Bárbara, agora encontra uma nova componente, porque já têm vergonha de pôr no Plano Lajes-Santa Bárbara, agora é Serreta - Santa Bárbara, com 45 mil contos em 2000. Foi mais uma situação de fracasso da política rodoviária do Governo Regional em matéria de ritmo de execução, em matéria de cumprimento do prometido. Claro que também vem no novo PMP.

Finalmente o troço Lajes - Praia teve uma dotação de 50 mil contos em 2000, mas não arrancou, nada fizeram....

Deputado João Cunha (PSD): Mas gastaram o dinheiro!

O Orador: Quando se esperava que naturalmente surgisse bem dotado no primeiro ano deste novo PMP, o Governo Regional, do PS, inscreve uma verba ponderadíssima de 10 mil contos. Em 2002, com um desvio novamente de três anos, é que aparece uma dotação de 150 mil contos. Será que os restantes Srs. Deputados, os dos Açores em geral e os 10 dessa ilha, em particular, têm noção disso? Até na estrada do Pico Gordo - Altares, que estava dotada com 120 mil contos para arrancar em 2000, acabou por nada se fazer, passando naturalmente para este ano de 2001. O que é que os Srs. andaram a fazer durante estes anos neste domínio?

Deputado João Cunha (PSD): A gastar o dinheiro!

O Orador: Para o primeiro ano do PMP nada existe programado para a estrada do Cabrito, que se encontra em péssimo estado e o trajecto S. Sebastião - Barraca, continua sem dotação no PMP.

Está assim demonstrado que o panorama da actuação deste Governo Regional do PS, em matéria de reabilitação da rede rodoviária, também foi de molde a desacreditar totalmente a sua capacidade de programação.

Aliás, idêntico exercício poderia ser feito para outras zonas e ilhas da Região. Obviamente fiz mais em relação à minha ilha onde me é particularmente mais acessível fazê-lo, mas espero bem que outros Srs. Deputados, e estou crente que isso vai acontecer, vão demonstrar aqui, ilha a ilha, o panorama lastimoso da acção governativa neste domínio.

Mas há áreas como o económico em que se constata-se também a ausência duma política de valorização, de dinamização, de infraestruturas, para as quais havia um compromisso, como é o caso do Porto da Praia da Vitória, bem como a persistência na sua não dotação em equipamentos básicos, já nem me refiro ao rebocador que vem com 4 anos de atraso e que afecta a sua operacionalidade e o crescimento do Turismo da Ilha.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já foi adjudicado!

O Orador: O que eu quero significar é que estas coisas se vão fazer. Os Srs. têm 200 milhões de contos no seu conjunto e um Plano com uma dotação expansionista.

Como eu já disse aqui, gastar é fácil. Agora o que se verifica, e como comprovadamente aqui se vê, é que não há nenhuma correspondência entre aquilo que se propõe fazer, entre os compromissos assumidos perante esta Assembleia, perante os Srs. Deputados e aquilo que fazem depois. É essa incapacidade que tem que ser revista sob pena, repito, de pôr em causa a credibilidade do Parlamento, a credibilidade da própria Autonomia.

Deputado Francisco de Sousa (PS): O rebocador vai chegar!

O Orador: O rebocador vai chegar. Ora, o que mais faltava era que o Sr. Deputado Francisco de Sousa dissesse aqui que não autorizava que ele fosse para lá. Era o que mais faltava!

Agora, fazer em 2002 e 2003 o que era para fazer em 2007, isto é que é lamentável

Tudo isto passa agora para o novo PMP, sem honra, Srs. Deputados, e sem glória!

De nada nos serve o reconhecimento feito por Carlos César sobre o efectivo esquecimento da algumas ilhas no passado e no caso concreto da Terceira, quando ele e o seu Governo continuam a prosseguir uma política de esvaziamento daquela comunidade e que tem consequências e impactos

que vão desde os horários da SATA Air Açores, quer no plano interno, quer nas ligações com o continente americano.

No passado, tal como agora, mais do que as promessas, falharam as obras e a prática política.

Não se trata dos volumes globais de investimento previsto, trata-se da incapacidade de execução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Numa breve análise ao Orçamento Regional para 2001, importa desde logo referir que as receitas fiscais previstas apresentam bom ritmo de crescimento, o que confirma a perspectiva de que a redução dos impostos em vigor nos Açores não impediu o crescimento das receitas fiscais próprias da Região.

Por seu turno as despesas correntes inscritas no Orçamento continuam a crescer a uma taxa bem superior à da inflação. Efectivamente crescem 7% em relação ao orçamento revisto do ano anterior; mas se compararmos com o valor inicialmente orçamentado, a subida já é de 15%. É óbvio que os aumentos das pensões e dos complementos de remuneração não explicam estes valores.

Aliás, desde que o PS chegou ao Governo Regional, constata-se que, entre 1996 e 2001, as despesas correntes passaram de 62,6 milhões de contos para 94,4 milhões. Isto é: um aumento de 51%, correspondente a um acréscimo de 32 milhões de contos em 5 anos de governação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como eu noto que o Sr. Secretário das Finanças e o Governo gostam, de facto, de fazer comparações com governações anteriores, nomeadamente no período em que a governação anterior foi, efectivamente, menos conseguida, eu segui a orientação do Partido Socialista, foi a única matéria em que eu segui essa orientação, e fui ver nos últimos 5 anos de governação do PSD como é que tinham evoluído as despesas correntes respectivamente, vejam, Srs. Deputados, o que se constatou:

Entre 1991 e 1996, as despesas correntes subiram de 41,1 para 62,6 milhões de contos, isto no tempo do PSD, o que corresponde a um crescimento de 52%,...

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): A preços correntes.

O Orador: Tal como a vossa.

... para uma subida de 21,5 milhões de contos, numa altura em que a taxa de inflação era bem maior do que agora, o que penaliza a sua situação, Sr. Secretário. Se o PSD nos últimos 5 anos que foram os 5 anos em que a situação do orçamento regional sofreu o maior desequilíbrio, teve um crescimento das despesas correntes de 52% com uma taxa de inflação elevado, o Sr. no mesmo período de tempo tem um crescimento de 51% com uma taxa de inflação menos de metade da outra. Isto é de pôr as mãos à cabeça!

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): O Sr. está a contemplar os aumentos das pensões de reforma e dos complementos ou não?

O Orador: Isto num parágrafo põe por terra o vosso enquadramento e a perspectiva do equilíbrio orçamental e do controle da despesa corrente. Isto é uma ilusão que não corresponde à realidade. Os Srs. estão a caminhar para uma situação de derrapagem, para uma situação de desequilíbrio, para uma situação preocupante.

Felizmente que os aumentos das pensões foram feitos.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Mas não estão aqui.

O Orador: Estão aqui, estão muito bem e devia estar mais. Devia estar um aumento maior.

Eu vou explicar, Sr. Presidente:

O aumento das pensões devia ser maior.

(Voz inaudíveis do Sr. Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: O Sr. exerça disciplina sobre o seu Grupo Parlamentar que isso já se resolve.

Já que a questão foi colocada, tem que ser esclarecida aqui.

Os Srs. atribuem todos os males da situação orçamental da Região àquele magro aumento das pensões de reforma.

Quero dizer aos Srs. Deputados, olhos nos olhos, que para nós, Partido Popular, o aumento devia ser maior. Todos sabem isso. Devia ser de 1.500\$00 mensais. Agora a nossa opção não é só fazer crescer. Nós temos alternativa e vou dizer-lhe qual é:

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Tem está aí na tribuna!

O Orador: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa acabou de apoiar uma política governamental que atribui 250 mil contos a 11 jogadores de futebol.

Deputado Francisco de Sousa (PS): É mentira!

O Orador: Os Srs. apoiam a entrega de 250 mil contos a 11 jogadores de futebol. A alternativa é mesmo essa. 250 mil contos dá para pagar pensões a 18.940 pensionistas dos Açores a 1500\$00 por mês. Façam as contas. A nossa alternativa é esta: entre entregar 250 mil contos a 11 jogadores de futebol que vem 10 meses à Região, nós preferíamos, se fôssemos governo, pegar nesse dinheiro e entregá-lo a 18.940 pensionistas. Aqui está a diferença entre o PP e o Partido Socialista. Aqui é que está a diferença.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Uma outra matéria que deve ser vista aqui, envolve o sector da saúde.

É do domínio público que o Serviço Regional de Saúde já reconheceu, pelo menos, uma dívida de cerca de 12 milhões de contos.

Ora, sabendo-se que as despesas do sector estão em perfeito descontrolo, Sra. Secretária, como se explica que as dotações orçamentais para aquele serviço só cresçam genericamente neste orçamento 3,9%?

Este Governo do PS está a proceder, sob o ponto de vista financeiro, em relação ao sector da Saúde, exactamente da mesma forma como o Governo do PSD que o antecedeu, e que, por isso, tantas e fundamentadas críticas sofreu.

Deputado Victor Cruz (PSD): Está a fazer pior!

Deputada Berta Cabral (PSD): Está tudo esquecido!

O Orador: Certamente por isso não será necessário o Partido Popular recomendar a este Governo do PS o que deve fazer. Não vai ser necessário.

Nós só lamentamos é que os Socialistas se tenham esquecido das receitas que propuseram ao PSD na altura nesta Assembleia, porque, Sr. Presidente, a doença não é a mesma, a doença agora é bem pior.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O PS teve grande preocupação, no início da anterior legislatura, de avaliar as dívidas que herdava do Sector da Saúde. Os Srs. lembram-se? Já que apreendeu, espero que seja mais fácil encontrar agora uma solução para o seu caso.

Só nos resta uma dúvida:...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É que haja saúde!

O Orador: ... é que o Secretário que tinha a tutela do sector do 1º Governo do PS, comprometeu-se perante esta Assembleia a liquidar essa dívida em dois ou três anos. Sr. Secretário Álamo Menezes, o Sr. lembra-se? Como neste momento a dívida representa quase ou mais do dobro da dívida herdada, como é que a actual Secretária pensa vir a pagá-la, se para o efeito não consegue introduzir verbas no Orçamento?

Eu só tenho pena é de não estar hoje aqui a questionar o Secretário Álamo de Menezes, mas se há coisa que ele sempre revelou foi esperteza nesse domínio e ele cavou enquanto era tempo. Ele pôs-se a andar e deixa agora uma pobre duma ex-colega nossa que aqui, e muito bem, na altura atacou a situação herdada do governo anterior e por capricho do destino acaba por estar hoje sentada aí sem saber o que fazer, porque V. Exa., Sra. Secretária, com todo o respeito não conseguiu sensibilizar o seu Governo para meter aqui um escudo para atenuar a dívida da saúde. V. Exa. sabe disso?! Eu também sei! V. Exa. nem conseguiu sensibilizar o seu Governo para inscrever neste orçamento a verba suficiente para manter os gastos deste ano e não aumentar a dívida. Nem isso a Sra. conseguiu.

Estamos todos aqui numa armadilha em que ano a ano essa dívida vai acentuar-se, vai acumular-se e a Sra. daqui a um ano vai estar aqui numa situação, se ainda cá estiver e espero bem que sim, bem mais difícil do que aquela em que se encontra hoje que já não é nada saudável.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Está de perfeita saúde!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos acabar.

(Risos da Câmara)

Deputado João Cunha (PSD): Autêntica manifestação de alívio!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Já não era sem tempo!

O Orador: Olhe que se os Srs. ameaçam eu continuo, porque ainda tenho tempo.

Sr. Presidente, eu vou terminar, e agradeço a atenção de V. Exa. que presumo que já passa um bocadinho da hora regimental, mas queria dizer ainda o seguinte:

Para concluir de forma muito clara e inequívoca, o entendimento do Partido Popular é que os documentos não traduzem uma programação realista, não atendem a prioridades requeridas e sugeridas por importantes parceiros e agentes económicos e sociais que no passado estiveram, é bom reconhecê-lo, inequivocamente ao lado deste Governo, até estiveram demasiado ao lado deste Governo para nosso gosto, mas como a verdade vem ao de cima eles estão a abrir os olhos e hoje estão a ir para o lugar certo.

Por outro lado, não contempla os apoios ao investimento com as dotações necessárias, - são eles que o dizem; são eles que sabem; são eles que reconhecem - não aponta minimamente para a racionalização da administração, que também já vimos, nem indicam uma vontade mínima de diminuir e equilibrar o peso do sector público na economia, não fazem as melhores opções por forma a dar sequer satisfação aos sectores mais pobres da sociedade, como sejam o exemplo dos reformados e dos pensionistas que aqui demonstramos que tínhamos medidas alternativas.

Por tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de forma fundamentada, o Partido Popular vai claramente votar contra estes documentos, porque são maus.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Eu receio que as últimas palavras do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro não se concretizem, porque o seu tempo está quase esgotado. De qualquer forma queria informar o seguinte:

Como compreendem o Sr. Deputado iniciou a sua intervenção 20 minutos antes da hora regimental e não era curial interromper a intervenção, daí termos chegado a esta hora.

Vamos interromper os nossos trabalhos e prosseguiremos às 15 horas e 30 minutos.

Ainda antes de interrompermos os nossos trabalhos pedia ao Sr. Secretário o favor de divulgar os tempos disponíveis.

Secretário: Os tempos disponíveis são os seguintes:

Governo – 258m, gastou 42m

PS – 282m, gastou 22m

PSD – 168m, gastou 42m

PP – 11m, gastou 48m

PCP – 59m, gastou 1m

Presidente: Os nossos trabalhos ficam interrompidos até às 15 horas e 30 minutos.

(Eram 13 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 45 minutos)

Srs. Deputados, não é só o Governo que tem problemas informáticos, nós também tivemos e aquela carta que vos foi distribuída hoje está errada. A data do próximo plenário é no dia 8 de Maio.

Portanto, foi também uma questão informática e peço imensa desculpa e já vem nova carta corrigida para ser entregue aos Srs. Deputados.

Esclarecida esta questão do vírus, dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Para interpelar a Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Berros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, gostava que me informasse se não é aberto nenhum período de inscrições para pedidos de esclarecimento.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu devo-lhe confessar a minha dificuldade em ter acompanhado uma intervenção de 48 minutos que mais me fez lembrar a intervenções do camarada Fidel Castro. Suponho que está a fazer uma concorrência directa com ele.

Mas, pelo que eu percebi isto, ao fim e ao cabo permitiu esvaziar metade do tempo do seu Grupo Parlamentar, mas isso não é um assunto que me diga directamente respeito.

De qualquer modo havia aqui dois ou três pequenos aspectos que eu gostaria de deixar claros.

Em primeiro lugar, este problema dos vírus está a alastrar. Como já aqui foi afirmado o Governo Regional enferma dum vírus, a Assembleia também, mas pelos vistos V. Exa. também terá algum problema no seu sistema informático, isto porque os números que o Sr. referiu nomeadamente aos investimentos que à Terceira diz respeito para o corrente ano e pegando na sua querida estrada 6-2^a, por acaso é um nome engraçadíssimo para a mesma, se verificar, a não ser que o seu sistema informático não o permita, vai identificar claramente que está inscrita uma verba no Plano para 2001 respeitante a essa estrada e a outras que V. Exa. referiu.

Mas, já que falamos em estradas esclareçamos, dum vez por todas, um assunto que de vez em quando vem à baila e que pode ser que assim nós nos entendamos. Refiro-me à questão da famosa estrada Lajes/Santa Bárbara que, convenhamos, entre 1995 e 1996 dum empreitada inicial de cerca de 585 mil contos, isso resultou a construção de 9 km, ou seja, 4,5km por ano com um custo total de aproximadamente 600 mil contos.

Entre 97 e 2000 na mesma estrada foram feitos 27km o que dá uma média de 6,8km por ano, havendo o contrato inicial de 672 mil contos e um custo final de aproximadamente 1.450 mil contos. Não se avançou mais porque pura e simplesmente atingiu 50% de trabalhos a mais do valor da empreitada e convém especificar que esse valor aconteceu devido ao facto desta estrada ter sido adjudicada, como sabe, sem projecto, ou seja, cada metro ou cada km que se avançava tinha que se fazer o projecto, porque o projecto existente não contemplava escoamento de águas, valetas, nem correcção de curvas. Não previa rigorosamente nada.

Enche-se tanto a boa com a história da estrada Lajes/Santa Bárbara, mas quero deixar aqui claro que entre 95 e 96 foram construídos 4,5km e foram construídos 6,8 km, por ano, entre 97 e 2000, o que fez o total de 27 km.

Quanto ao resto, a seu tempo iremos discutir.

Muito obrigado.

Presidente: Quero informar a Câmara que está presente aqui nesta Casa a turma de técnica de higiene e segurança no trabalho, 1º ano, da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo em nome da Assembleia Legislativa Regional.

(Aplausos da Câmara)

Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Ouvi com alguma atenção, apesar de ser longa, a sua intervenção que fez sobre a Terceira.

Particularmente prestei atenção ao que disse sobre as escolas daquela ilha. Falou inclusivamente da Escola Francisco Ornelas da Câmara, uma escola que, de facto, esteve inscrita no Plano a Médio Prazo anterior e congratulamo-nos porque está inscrita e vai ser construída neste PMP.

Eu relembro que a Carta Escolar na página 7 diz o seguinte, referindo-se à forma de organização do modelo da rede escolar adoptado por este Governo, nomeadamente na alínea c): “Substituição do edifício escolar que, pela sua localização ou características construtivas, não mereçam ser recuperados”. Penso que isto vem de encontro à explicação e ao esclarecimento que gostava de prestar.

O processo que se passou com esta escola foi o seguinte:

Havia uma intenção deste Governo de fazer reparações, mas quando este Governo se apercebeu de que esta recuperação, digamos assim, não seria suficiente, o que fez, e penso que fez bem, foi recuar e optar por construir uma escola nova que proporcionasse condições mais condignas aos alunos daquele concelho.

Ora, ao contrário daquilo que o Sr. tinha dito, essa escola, apesar disso, sofreu uma intervenção em 97, que permitiu que continuasse a desenvolver os seus serviços, nomeadamente ao nível de arranjos na cozinha, pintura, enfim, coisas que eram fundamentais.

Agora, julgo que não é o facto desta escola ter estado inscrita e porque surgiram simultaneamente outras prioridades, como a rede escolar do 1º ciclo daquela ilha que foi profundamente remodelada, na ordem dos 90% e que atrasaram, obviamente, processos de maior monta, o que impediu a sua concretização.

Por outro lado, fala ainda na escola de S. Carlos. Pois este processo não foi atrasado. São processos morosos, ao contrário do que nós gostaríamos e o Governo certamente gostaria que isso já tivesse sido efectuado e nós ainda mais.

Portanto, não houve aqui um atraso deliberado do Governo, ouve sim, como sabe, uma escola que tinha terrenos adquiridos para a sua construção e que teve de adquirir mais para que, de facto, se pudesse incorporar a escola na área prevista e todos esses atrasos demoraram o processo. Neste momento a escola está pronta a ser adjudicada, passada a fase do concurso, sendo que as empresas que apareceram a concurso não reuniam as condições necessárias satisfatórias e o processo será adjudicado muito proximamente.

O que eu gostaria, de facto, de dizer é que os terceirenses estão preocupados com estas escolas, mas compreendem também que nós somos uma Região com dispersão geográfica que implica que por vezes também tenhamos que contemplar ilhas que estão em situação pior, como foi o caso de S. Miguel em que se teve que construir escolas de raiz como a Maia que era uma necessidade premente, uma vez que os alunos tinham que percorrer uma distância de 35 km diariamente para ir para a sua escola.

Portanto, há estas prioridades que têm que ser abalizadas e que têm que ser avaliadas e não podemos estar com essa sua perspectiva catastrófica a destruir as boas intenções dum PMP que veio a esta Câmara para ser discutido e julgo que deve ser discutido numa perspectiva de optimismo em relação ao futuro e não numa perspectiva catastrófica como aqui foi feito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Quando se referiu ao matadouro industrial da ilha Terceira, foi pena que não tivesse a oportunidade de estar presente na reunião da Comissão de Economia por altura da audição do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

No dia 5 de Março nessa reunião o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros colocou exactamente a questão ao Sr. Secretário da Economia relativamente ao matadouro da Terceira e à situação desse processo, colocando também a questão da verba inscrita ser insuficiente para a realização dessa mesma obra, tendo obtido a resposta que eu passo a transmitir: “A verba inscrita representa 15% do valor do projecto, uma vez que o restante são fundos comunitários. É uma obra estimada em cerca de 2 milhões de contos e que vai ser realizada nos próximos 4 anos. Proximamente o Governo lançará o concurso dessa mesma obra.”

Era este o esclarecimento que eu gostava de prestar à Câmara.

Obrigada.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Encerrado que foi o primeiro mandato de governação, da responsabilidade do Partido Socialista no sector da Agricultura, eis que se inicia o mandato seguinte, o qual, tudo o indica, virá a ser executado com a mesma transparência, o mesmo empenho e a mesma coerência do anterior.

Foi para incutir a este Governo a responsabilidade de continuar a governar, que o povo açoriano, nomeadamente o do mundo rural onde vivem os agricultores, respondeu nas assembleias de voto, da forma que o fez : atribuindo uma vitória que não fosse objecto de qualquer dúvida, à força política que o suporta.

As manobras desestabilizadoras que alguns partidos da oposição encenaram, não foram esquecidas pela população dos Açores, lembrada que estava da época conturbada por que havia passado a sua situação sócio-económica anterior.

Já longe – mas não esquecidos – vão os tempos, em que entre os agricultores reinava a maior frustração, devido à falta de uma política de orientação para a Agricultura, consentânea com as dificuldades existentes: eram os produtos por escoar; os largos meses com o valor do leite por receber, chegando os produtores das Ilhas do Faial, Pico e Flores a ficarem respectivamente 12, 15 e 18 meses nessa angustiante situação; os preços dos factores de produção a aumentar; a brucelose instalada; os investimentos infra-estruturais só para privilegiados, etc.

Foi toda esta situação que se alterou e até inverteu com a chegada do PS ao Governo.

Durante o mandato que findou, foi reestruturada de forma eficaz a indústria de lacticínios, investindo-se na modernização de várias fábricas e em várias ilhas, casos da UNILEITE, UNICOL e Queijaria do Corvo, processo que ainda decorre no Pico, Graciosa e Faial.

Investiu-se significativamente na diversificação de produtos, possibilitando a conquista de novos mercados.

Baixaram-se acentuadamente factores de produção como o gasóleo, a electricidade, as tarifas portuárias, apoio a fábrica de ração.

Procedeu-se à nova classificação de leite na Terceira e em S. Miguel, tendo também sido implementada pela 1ª vez em S. Jorge, num processo de melhoria da sua qualidade e consequente optimização da qualidade do queijo.

Inverteu-se totalmente o procedimento existente na construção de infra-estruturas nas explorações e no acesso a elas, aumentando-se significativamente os perímetros de desenvolvimento agrário, procurando desta forma abranger o maior número de agricultores possível. Em caminhos agrícolas, abastecimento de água e instalação de rede eléctrica, investiram-se 4,1 milhões de contos, beneficiando-se 7.587 explorações agrícolas e pecuárias.

Aprovaram-se 1.607 projectos num valor de 10.2 milhões de contos.

Formaram-se 2255 jovens empresários agrícolas.

Iniciou-se a reestruturação e modernização da rede de abate regional, tendo-se construído os matadouros de S. Miguel, Flores e Corvo, num valor superior a 3 milhões de contos, estando concluídos os projectos para os da Terceira e de Sta. Maria.

Concluiu-se o processo de candidatura de certificação da carne dos Açores. Para além da melhoria da qualidade deste produto para o consumo interno, estas acções tendem a criar condições para que as cerca de 44 mil cabeças de gado bovino que ainda são exportadas vivas da Região, possam vir a sê-lo em carcaça, se tal vier a ser mais favorável aos agricultores. Pelo menos, ficam assim criadas as condições de opção em termos de exportação de gado bovino.

Na área da viticultura lançaram-se 3 vinhos VLQPRD, e incentivou-se o aparecimento de mais uma adega cooperativa e consequente lançamento de dois vinhos de mesa na Região.

Na floricultura há a realçar a excelente produção de flores existente e a exportação, nomeadamente para a Holanda, o maior mercado de flores do mundo.

Em relação à floresta, arborizaram-se, de 97 a 99, 600 ha de terrenos agrícolas, construíram-se 128Km de novos caminhos rurais, realizaram-se intervenções em 780Km e repararam-se 954Km atingidos pelas calamidades.

Apoiou-se o rejuvenescimento empresarial agrícola tendo sido aprovadas até à data cerca de 1200 candidaturas à reforma antecipada e materializou-se a tão necessária ajuda à compra de terra por rendeiros e para o emparcelamento agrícola, através do SICATE.

Apoiaram-se 3.505 explorações agrícolas atingidas pelas calamidades.

Como nota final, destaque para a criação de mais de 3 mil postos de trabalho nos diversos sectores que envolvem a Agricultura.

Foram assim, respectivamente, mantidas e reforçadas as fileiras do leite e da carne; deu-se cumprimento à diversificação agrícola, e desenvolveu-se a Floresta, sempre no respeito pela paisagem e pelo meio ambiente, numa óptica de aproveitamento das condições naturais em que a agricultura se insere.

Apesar do PMP para os 4 anos anteriores não ter sido aprovado, o que causou enormes contrariedades aos empresários agrícolas que ficaram sem poder programar os seus investimentos, o Governo Regional foi executando ano após ano o que havia planeado.

Foi dado cumprimento ao estabelecido no Programa e Planos do VII Governo Regional durante o mandato de 1997/2000:

Modernizou-se a Agricultura, tornando-a mais competitiva e profissional, tendo como reflexo directo uma inegável melhoria da qualidade dos seus produtos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciemos agora a análise das propostas para o segundo mandato.

A coerência que esteve subjacente às atitudes do VII Governo Regional, volta a estar em evidência quando o Partido Socialista apresenta aos açorianos um Programa Eleitoral que dá corpo ao Programa do VIII Governo e que agora se concretiza na apresentação deste PMP 2001/ 2004.

Assim, importa prosseguir na modernização e diversificação da agricultura e consolidar o desenvolvimento do mundo rural, tendo em conta valores fundamentais como as necessidades dos mercados, a qualidade dos produtos, a segurança do consumidor e a inovação da utilização da floresta como recurso natural económico.

Os objectivos a conseguir traduzem-se na manutenção da fileira do leite e no reforço da fileira da carne como as principais da actividade agro- pecuária; na promoção da extensão rural; nas acções de ordenamento agrário e estrutura agrícola; na melhoria da comercialização dos produtos pecuários; na diversificação da produção agrícola; na redução dos custos de exploração; na garantia e segurança da qualidade dos produtos animais através da execução de planos pormenorizados de despiste de doenças; na valorização dos recursos humanos; no ordenamento das áreas florestais e na demonstração da necessidade da floresta como componente paisagística e parte integrante duma agricultura sustentada.

Para os concretizar, estão inscritos neste PMP 33.964.019cts que potenciarão a utilização de 43.268.374cts de fundos comunitários, totalizando a quantia de 77.232.393cts a investir no sector da Agricultura durante os próximos 4 anos. A verba inscrita significa um crescimento de 21% em relação ao PMP anterior, e encontra-se distribuída por quatro programas diferentes:

O Fomento-Agrícola, com cerca de 13,5 milhões de contos que representam 13,5% de aumento, que inclui os projectos relacionados com infra-estruturas agrícolas, sanidade animal e vegetal, modernização das explorações pecuárias e redução dos custos de produção.

Com este programa pretende o VIII Governo Regional desenvolver acções de construção de 55 Km de caminhos agrícolas, investir 3.800.000 contos na captação e distribuição de água, abrangendo com esta acção 12.000 ha e levar a electricidade a 40 explorações agrícolas;

De manutenção da redução dos custos de produção;

De erradicação da brucelose e de análise laboratorial EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina) a todos os animais abatidos com idades superiores a 30 meses;

De construção do laboratório regional de veterinária na ilha Terceira;

De incentivo a projectos de investimento que visem a modernização, a redução de custos de produção e a generalização de boas práticas agrícolas, bem como o ordenamento agrário através do emparcelamento;

O Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários, com a verba de 12.822.500cts, constituindo um aumento de 37% e onde está incluída a rede de abate regional.

É pois intenção deste Governo proceder à conclusão da rede de abate nos Açores, remodelando os matadouros do Pico, Graciosa e S. Jorge e construindo os da Terceira e Santa Maria.

Pretende-se ainda desenvolver acções de classificação do leite e a regularização dos mercados agrícolas.

A Diversificação Agrícola com 3.815.000cts, mais 2,8% do que o anterior, onde se enquadram os projectos de diversificação da produção agrícola, formação e informação, e renovação e estruturação das empresas agrícolas.

As acções aqui previstas, têm por objectivo a aplicação do SICATE no apoio à compra de terra por rendeiros e para emparcelamento;

A promoção de novas culturas e incentivo à produção biológica;

Implementar a extensão rural;

Promover os produtos regionais no mercado externo;

E desenvolver acções de formação para jovens empresários. Neste Programa está incluído um projecto dedicado expressamente ao desenvolvimento da freguesia de Rabo de Peixe, na área da agricultura.

E por fim **O Desenvolvimento Florestal** com 3.838.700cts e um aumento de 8,6%, inclui os projectos de fomento e gestão dos recursos florestais, infra-estruturas e equipamentos florestais e uso múltiplo da floresta.

No âmbito deste programa prevê-se a concretização de acções de arborização de 1.230ha de terrenos agrícolas, a arborização de 200ha de incultos, a recuperação de 68ha de povoamento degradado e a arborização de 1.000ha.

Em relação às infra-estruturas está prevista a intervenção em 800Km de caminhos rurais, a construção de 80Km de novos caminhos e o revestimento betuminoso de 60Km.

Com um Plano desta natureza, temos a convicção de que os agricultores regionais que anseiam por melhores condições de trabalho e uma maior sustentabilidade económica da sua actividade, estarão ainda mais confiantes no rumo que a Agricultura prossegue.

Por ultimo, uma breve análise ao Plano para 2001, também no que respeita à Agricultura:

Com a dotação de 9.511.040cts e o financiamento de 11.341.110cts de fundos comunitários, o que totaliza uma verba de 20.852.150cts, ele significa uma entrada com passo firme, no PMP que acabámos de analisar, atribuindo-lhe à partida uma grande consistência.

De maior realce nos parecem no Fomento Agrícola o abastecimento de água a uma área de 2.800ha e a construção de 30Km de novos caminhos;

O reforço das organizações agrícolas, o apoio ao rendimento a 4500 explorações através das Indemnizações Compensatórias e os 740 projectos de investimento previstos, sendo 196 respeitantes à instalação de jovens agricultores.

Na sanidade animal, sobressai o propósito de erradicação da brucelose prevendo-se o abate de 700 animais com esta doença, de 400 com leucose, o abate de 3.100 animais coabitantes e o diagnóstico laboratorial EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina) a cerca de 15.000.

Em relação á transformação e comercialização teremos o início das obras de remodelação nos matadouros do Pico, Graciosa e S. Jorge, bem como da construção dos da Terceira e St^a. Maria.

No que respeita à diversificação agrícola e à formação, realce para as 600 candidaturas às agro ambientais e as 14 acções de formação de jovens empresários agrícolas.

A grande aposta na Floresta como componente paisagística e recurso natural económico adquire elevada importância neste Plano, prevendo-se que sejam plantados ou beneficiados 472ha. A construção de 20Km de novos caminhos rurais, o revestimento betuminoso de outros 15 e a regularização e conservação prevista em 200Km completam este quadro inovador que se pretende atribuir ao sector da Floresta.

Os agricultores não têm por isso nenhuma razão para estarem intranquilos como alguém por vezes procura fazer crer.

Têm uma linha orientadora da política agrícola para a Região. Sabem que há dinheiro para investir. Têm um Secretário que já deu provas, em curto espaço de tempo de estar ao seu lado e de merecer a sua confiança e têm um Presidente do Governo em quem se habituaram a acreditar.

Eles sabem que este Governo tudo fará pelo desenvolvimento da Agricultura nos Açores e pelo bem estar dos agricultores.

Por isso estão tranquilos.

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos mais uma vez nesta câmara, centro nevrálgico do debate político, para a análise e discussão de documentos que deveriam traçar o rumo para um desenvolvimento harmónico e assim podermos construir agora no presente, um futuro mais risonho.

Embora seja nesta data que aqui, nesta casa, são discutidos os documentos acima referidos, já foi por mim tornado público, em data achada oportuna, uma primeira análise a este Plano a Médio Prazo 2001-2004 e Plano para 2001.

Alguns socialistas, e digas-se a reboque, como é habitual, vieram muito eufóricos fazer comparações, embora essas comparações são consideradas em meu entender muito ridículas e sem qualquer cabimento, próprio de quem sofre de “miopia conveniente”.

Comparar este PMP 2001-2004 com o último PMP, apresentado há cerca de 9 anos pelo PSD, é próprio de quem não se revê nos últimos cinco anos de governação socialista, não está, nem vive o presente, e muito mais grave do que isso, não tem ele próprio perspectivas para um melhor futuro.

A prova disto é que, várias das obras, que foram promessas eleitorais, ficaram goradas, ou então pergunto, porque é que o PS, não veio publicamente regozijar-se com os documentos agora em análise?

Estes documentos agora em apreciação não correspondem de forma alguma às aspirações dos Jorgenses, nem retratam o que o Partido Socialista prometeu durante a última campanha eleitoral.

Não é este o nosso entender de como se constrói um **desenvolvimento harmónico**.

Senão vejamos:

EDUCAÇÃO:

Foi promessa do PS a construção de uma nova Escola Básica 2,3/S, nas Velas.

Estes documentos, apenas contemplam 60.000 contos para o ano de 2004. Não haverá nestes próximos quatro anos qualquer execução física desta escola.

Continuará assim uma população escolar e docente, por mais quatros anos, sem ter um edifício escolar com dignidade.

PORTOS:

Foi promessa do Partido Socialista, a construção do **Porto de Recreio das Velas** investimento em nosso entender, importantíssimo, para o desenvolvimento turístico da Ilha de São Jorge.

Tanto que é apregoado pelo PS que o turismo é um sector que tem de se desenvolver, e mais quatro anos sem que se construa o referido porto. É inadmissível !!!

Nesta proposta do PMP 2001-2004, não está inscrita qualquer verba para este investimento.

A ampliação do **Porto Comercial de São Jorge (Velas)**, mais que necessário para o desenvolvimento do sector económico da Ilha, e considerando que o existente se encontra manifestamente estrangulado com o movimento que ali é gerado, não está previsto qualquer verba neste PMP, para mais este investimento.

Nos **portos de pesca**, a verba contemplada, de 18.600 contos, para os próximos quatro anos é para inglês ver!!! (a não ser que a se crie uma associação por cada porto ou fajã) e então aí talvez

teremos obras de beneficiação em alguns dos portos como o do Topo, Norte Grande e a criação de melhores condições e espaço para os pescadores no porto das Velas, já que esta tem sido a prática em alguns casos ultimamente, ou seja, a criação de Associações!!!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

REABILITAÇÃO DE ESTRADAS REGIONAIS:

Se é verdade que existe verba contemplada para a reabilitação e correcção da ER 1-2ª Aeroporto/Urzelina, (Obra esta também já prometida há quatro anos, e que nesta data se encontra de tal forma degradada que os buracos já passaram a autênticas **crateras vulcânicas**, e continua-se sem fazer a conservação por uma questão de autentica teimosia, birra e desleixo), não é menos verdade que não há qualquer referência para a repavimentação do troço de estrada regional **Urzelina-Terreiros-Manadas**, troço este com cerca de 6,5 Kms, com a agravante de passar pela zona habitacional destas freguesias de Urzelina e Manadas.

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos)

O Orador: O Sr. Secretário pode inscrever-se a seguir. O Sr. tem muito tempo, eu é que não tenho. As populações destas freguesias, não terão nos próximos quatro anos uma acessibilidade condigna. Mais uma promessa de campanha eleitoral que não transitou para estes documentos.

TRANSPORTES AÉREOS.

Foi promessa do Partido Socialista a remodelação e beneficiação da Aerogare de São Jorge.

Nos últimos quatro anos apesar de ter alguma verba contemplada, foi o que se viu, (nem uma pequena reparação).

Para os próximos quatros anos existe uma verba de 130.000 contos, para a aerogare. Ficaremos como São Tomé: “VER PARA CRER”!

E ampliação do aeródromo?

Ficou no esquecimento?

Nem uma pequena referência sobre este assunto que é de extrema importância, tendo em conta que este aeródromo é um dos mais penalizados da Região.

Para confirmar e regra, é consultar a estatística dos voos cancelados para aquela ilha nestes últimos meses.

AGRICULTURA:

Falar de agricultura em São Jorge, é falar do sector Cooperativo Leiteiro.

Este sector recebeu um aval, não um saneamento financeiro, repito, não um saneamento financeiro, de um milhão de contos em Junho de 2000.

Este aval não foi mais do que “**um balão de oxigénio**” e não a resolução do verdadeiro problema do sector.

Nesta data o Sector Cooperativo Leiteiro de São Jorge continua com o seu passivo por resolver.

Este passivo como é obvio, são dívidas de investimentos realizados. (infraestruturas e equipamentos).

Segundo declarações recentes do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, algumas das Cooperativas de São Jorge, até poderão fechar.

Consideramos grave, esta falta de perspectiva para o futuro do sector, tendo em conta que cada uma das nossas Cooperativas tem uma importância social muito grande, em cada uma das nossas freguesias, desde logo pelos postos de trabalho que criam, e em Ilhas “**chamadas pequenas**” como é o caso da Ilha de São Jorge o emprego é uma prioridade para fixar os jovens à Ilha.

É uma forma de “**desrespeitar, desenraizar e diluir**” uma organização que ao longo de décadas tem sido a forma encontrada pelos Jorgenses, para rentabilizar o seu produto (O Queijo São Jorge). Então o Governo anterior, que já era Socialista, porque não anunciou esta sua intenção?

Claro está, que estávamos em Junho de 2000, a 4 meses de eleições. Não era conveniente!

Como deputado do maior partido da oposição, tenho alertado ao longo destes últimos quatro anos de governação socialista, para as situações mais prementes da Ilha de São Jorge, sempre de uma forma construtiva.

Como deputado eleito pelo círculo eleitoral de São Jorge, desejo que este governo, governe bem.

Embora seja esta NOVA MAIORIA MUSCULADA, que suporta este Governo Socialista, não pude deixar de trazer aqui, apenas e tão só algumas das promessas que o PS fez em campanha eleitoral e que, depois foi afectado por uma espécie de “**amnésia conveniente**” e não as transcreveu para estes documentos.

Faço votos que, também o **vírus informático** que “comeu” cerca de 200.000 contos, segundo informação da Secretaria Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, do passado dia 2 do corrente, não coma as restantes verbas que estão contempladas para estes próximos quatro anos., porque então aí será o descalabro total.

Os Jorgenses merecem que façamos tudo pela nossa terra.

Os Jorgenses são pessoas de palavra.

Os Jorgenses esperam que os políticos que elegeram, cumpram a sua palavra, por uma questão de honra e verdade.

Disse.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

A sua intervenção resulta de um péssimo trabalho de casa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. nem tão pouco soube ler os documentos, o que é lamentável.

Nas suas declarações à comunicação social diz que, por exemplo, não existe verbas para o Porto de Recreio das Velas. Não reparou que o Plano tem 640 mil contos para duas estruturas desse género, ou seja, para a Velas de S. Jorge e para as Lajes das Flores.

Deputado Mark Marques (PSD): Dê-me a página e o programa.

O Orador: Daqui a bocadinho digo-lhe qual é a página.

Sr. Deputado, gostaria que estivesse atento, porque gostaria de prestar alguns esclarecimentos na sequência da intervenção que acabou de proferir.

O Sr. Deputado fala nos portos de pesca de S. Jorge e digo-lhe que são só dois, ou seja, o porto de Topo e o porto do Norte Grande com uma verba de 18.600 contos. Mais uma prova de que não leu os documentos.

Mas há mais:

Em cima desse valor há mais cerca de 80 mil contos, porque isso representa só 5%. Não sabe ler os documentos.

O Sr. Deputado fala na reabilitação das estradas regionais de S. Jorge e fala na situação caótica em que está o troço entre Manadas-Terreiros-Urzelina, mas o que é certo é que este Governo neste mandato vai compor esse troço de estrada com a repavimentação betuminosa dessa estrada.

Falou nos transportes aéreos. O Sr. sabe que neste PMP estão lá 130 mil contos para a aerogare de S. Jorge.

Falou também nas escolas e o Sr. Deputado que tem uma filha, sabe que quando o seu partido governava, já há mais de uma dúzia de anos que não havia pintura, as caixilharias estavam a cair. Sabia que havia escolas com espeques a aguentar as coberturas e o Sr. Deputado sabe que já foi este Governo que recuperou quase todo o parque escolar do 1º Ciclo e Ensino Básico.

Deputado Mark Marques (PSD): A Câmara Municipal da Calheta!

O Orador: O Sr. sabe que este Governo tem neste PMP 800 mil contos para a Escola do Topo, 420 mil contos para a Escola da Calheta e 60 mil contos para a Escola das Velas? O Sr. também sabe que é ao nível deste manifesto eleitoral que o Projecto de instalação da Escola Básica Integrada vai ser executado? Está aqui o dinheiro para executar esses projectos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É o vírus.

O Orador: O Governo disse que ia fazer a escola e vai dar o seu passo inicial na elaboração do respectivo projecto.

Deputado Mark Marques (PSD): Daqui a 4 anos!

Orador: Quando eu falo à comunicação social sobre o que é este Plano e o que foi o último Plano dos Srs., é precisamente para comparar a gestão de um governo que está agora no exercício de funções com um governo que exerceu as suas funções até 1996 e o Sr. aqui aplaudiu.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não exerceu!

O Orador: Relativamente ao investimento para S. Jorge, Sr. Deputado, a diferença é simplesmente esta: há um aumento de 300% em relação ao Plano que o Sr. aprovou aqui em 1993.

O Sr. fala no sector agrícola, fala no abastecimento de água à lavoura, e esse Plano tinha zero escudos para o abastecimento de água à lavoura e este Plano tem 106 mil contos. Tem cerca de 200 mil contos para caminhos de penetração.

Ó Sr. Deputado, relativamente a estas questões e para ficarmos esclarecidos duma vez por todas, ao nível da dinamização da actividade económica este Plano tem um aumento de 500% em relação ao último Plano que o Sr. aprovou aqui, dum governo do PSD.

Para o turismo temos aqui 395 mil contos no PMP, enquanto os Srs. tinham 33 mil contos.

Deputado Mark Marques (PSD): Já não tem. Os 200 mil contos saíram daí. O vírus comeu esse número!

O Orador: Ao nível do investimento privado os Srs. tinham 90 mil contos, nós temos 776,810 contos.

Para obras escolares este PMP está dotado para S. Jorge com 1.399.800 contos. Os Srs. tinham zero escudos.

Presidente: Sr. Deputado António Gomes, lamento informá-lo que terminou o seu tempo.

O Orador: Ao nível dos transportes marítimos este PMP tem 1.840 mil contos. Os Srs. tinham simplesmente 102 mil contos.

Ao nível da habitação também temos aqui um aumento de 500% em relação ao último Plano do Governo da sua cor política.

Ao nível de infraestruturas portuárias temos aqui um aumento de 2.800%. Era só isto.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia que se circunscrevessem ao tempo dos esclarecimentos.

Eu já fui advertido pelos serviço de que não posso tocar aqui, senão baralha o esquema. Portanto, são 3 minutos para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou ser breve e não vai ser preciso bater no microfone, nem dizer que acabei o meu tempo. Vou ser muito rápido.

O Sr. Deputado refere-se com certeza, quando eu na minha intervenção disse que já tinha manifestado publicamente...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tem um papel cor de laranja!

O Orador: Por acaso é. Alguns escrevem em branco porque não têm cor, mas o meu é cor de laranja.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Diga lá se ele não é imparcial?!

O Orador: É este papel cor de laranja e muitos outros que incomodam a sua bancada e nomeadamente os dois deputados de S. Jorge.

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Agradecia que este tempo fosse descontado, porque apartes não é barulho.

Este documento, muito claro e transparente, como é a minha maneira de ser, é um comunicado que elenca questões que o Sr. Deputado António Gomes respondeu com um comunicado, em papel branco, das tais percentagens dos 500%, do 2,800%, até estou convencido que ele calculou alguma percentagem sobre zero e tenha dado algum número, o que eu duvido.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu esperava que, de facto, quando disse que vinham a reboque, este comunicado foi feito no dia 19 de Março e o do PS saiu no dia 21.

Eu esperava sinceramente um esclarecimento taco a taco sobre tudo o que foi dito aqui e que vinha escrito.

O Sr. Deputado afirmou que a Escola Básica das Velas só tem 60 mil contos. Está a mentir, porque tem isto, isto e isto.

O Sr. Deputado afirmou que o Partido Socialista não ia construir o porto de recreio das Velas. Está a mentir, porque no programa tal, no projecto tal, na acção tal.

Eu esperava que o Sr. Deputado dissesse que a ampliação do aeródromo estava no programa tal, projecto tal, acção tal.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está no Plano!

O Orador: Ó Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu adoro quando falo e os Srs. se irritam. É sinal de que me estão a ouvir.

Continuem, eu gosto muito e não me incomoda nada. Há coisas que não me incomodam e o barulho é uma delas.

Deputado Vasco cordeiro (PS): Não seja convencido!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Vir falar em percentagens, milhões e mais milhões, quero dizer que os 185 mil contos para o turismo desaparecerem do Programa 7.1.

Deputado António Gomes (PS): Não desapareceram. Está a faltar à verdade.

O Orador: Cuidado com o vírus, não vá percorrer mais alguns programa e coma ainda mais alguma coisa.

Olhe, eu quero tirar-lhe o chapéu por uma coisa, embora baixinho, porque o Sr. Secretário está ali na outra bancada, o Sr. reconheceu, de facto, que o chamado caminho novo, ou seja, o Troço Urzelina/ Aeroporto está com autênticas crateras.

Há um mês atrás fiz um requerimento e recebi a resposta ontem em que me dizem que vai ser feita a habitual conservação.

Ó Sr. Deputado, são autênticas crateras e agradeço ter concordado comigo e já agora, se é que tem peso para isso, sensibilize a Secretaria ou a quem de direito a tapar esses buracos.

Relativamente a vir aqui anunciar milhões, eu quero fazer um pequeno exercício de memória: este Governo há 4 anos tinha 300 mil contos para o matadouro, Sr. Deputado, e um dia de manhã o então Secretário da Agricultura levantou-se e fez uma proposta de resolução e diz: já não há matadouro.

Sr. Deputado, vir aqui apresentar estes números todos é muito bonito, mas daqui a 4 anos estaremos cá para ver.

O mais grave é que quando existe um programa, um projecto ou uma acção mal dotado eu ainda lhe dou o benefício da dúvida, porque tem cinco mil contos, talvez para o ano que vem ou para o outro será dotado de mais, agora quando não vem o programa, o projecto nem a acção, como é que o Sr. Deputado quer que eu acredite naquilo que não vejo, quando eu não acredito naquilo que vejo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer ao Sr. Deputado Mark Marques que o peso que falta ao António, realmente eu tenho-o.

(Risos do PS)

Também lhe quero dizer, Sr. Deputado Mark Marques, que o tempo em que o Sr. fazia, punha e dispunha sozinho já acabou.

Quero-lhe dizer ainda que nós, deputados do PS, eleitos por S. Jorge, estamos conscientes que aquilo que prometemos ao nosso eleitorado vai ser cumprido por este Governo, porque é pessoa de bem e porque nunca nos desiludiu e não vai desiludir os jorgenses.

Mais:

Quero dizer ao Sr. Deputado Mark Marques, com toda a sua organização, aquilo que disse o meu colega António Gomes tem toda a razão de existir, tem toda a razão e eu subscrevo por baixo, quando diz: “não soube ler o Plano”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É simplesmente para dar uma ajuda ao Sr. Deputado Mark Marques relativamente à leitura dos documentos.

Se o Sr. Deputado pegar no PMP, na página 3-18, nos investimentos da Junta Autónoma dos Portos diz o seguinte:

“Empreitada de construção dos núcleos de recreio náutico de Velas e Lajes das Flores”.

O Sr. acabou de dizer neste plenário que isto não estava no Plano e estão aqui 640 mil contos.

Deputado Mark Marques (PSD): Qual é a dotação para o porto de recreio?

O Orador: São dois núcleos idênticos. Naturalmente é dividir isso por 2.

Relativamente aos portos de pesca, o Sr. corrija, porque não são 18.600 contos, são cerca de 100 mil contos para os portos de pesca de S. Jorge, porque há investimentos da LOTAÇOR. Já este ano são 400 mil contos para obras portuárias. Foi uma falha sua e, portanto, corrija essas coisas, para poder informar convenientemente, que bem merecem, os eleitores jorgenses.

Relativamente ao matadouro o Sr. ainda anda com essa fobia do matadouro. O Sr. não sabe que o matadouro está em fase de construção?

Deputado Mark Marques (PSD): Mais grave do que isso, está em fase de documento.

O Orador: O Sr. não sabe que foi assinado a consignação dos trabalhos? Não sabe que o Plano para 2001 tinha a dotação para essa obra?

Quanto ao que foi prometido pelo Partido Socialista, tenho aqui o manifesto eleitoral e o que diz relativamente à Escola das Velas é que se vai elaborar esse projecto, porque entretanto no anterior mandato este Governo já fez obras de beneficiação por forma a que aquele imóvel aguentasse mais uns anos, enquanto se dava prioridade a outras situações mais carenciadas.

Relativamente à questão do estudo de viabilidade da ampliação do aeródromo de S. Jorge, não é preciso estar aqui especificada essa questão, porque é um estudo que está aqui no manifesto eleitoral e que este Governo certamente o irá fazer.

Sobre esta matéria é o que tinha a acrescentar.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e apenas para fazer uma abordagem em matéria de construções escolares da ilha de S. Jorge, na medida em que aqui foram produzidas afirmações que não correspondem à verdade, desde logo porque foram feitas promessas eleitorais em que foram assumidos compromissos nos Planos aprovados nesta Casa desde 1998 que ainda hoje continuam por ter qualquer execução material.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Desde 95!

O Orador: O projecto da escola das Velas já vem anunciado desde o ano de 1998. Diz-me agora o Sr. que no ano de 2004 é que se vai elaborar o projecto. Ele já estava no Plano de 98 e nesse mesmo ano de 98 o Plano do Governo Regional, daqueles Srs. que ali estão,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Aqueles Srs., são o Governo!

O Orador: ... do Sr. Secretário da Educação que habitualmente quando se toca nos assuntos da sua área sai da sala, nesse ano de 98 para a Escola das Velas já se dizia: “início da empreitada”. No Ano de 2004 os Srs. ainda não terão dinheiro suficiente para pagar o projecto.

Relativamente à da Calheta, pois essa também já vem com a elaboração do projecto desde 1998. Em 1999 o Plano do Governo, os planos são vossos, não são nossos, dizia: “início da empreitada”. Em

2000 repetia: “início da empreitada” e desaparece do Plano deste ano. No próximo ano, em 2002, a verba que lá está nem dá para pagar um quinto do projecto.

O Sr. Deputado sabe quando é que as obras dessa escola, e não é fazer uma escola nova, é apenas obras de remodelação e ampliação, devia estar concluída? Em Setembro de 2000. Em 2004, passados 8 anos de governação socialista, nenhuma dessas escolas, das obras que necessitam, estarão concluídas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Precisam de obras porque os Srs. não concertavam as escolas.

O Orador: Levante-se e fale. O Sr. tem medo de falar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(Vozes inaudíveis entre as bancadas do PS, PSD e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, deixem falar o Sr. Deputado que está inscrito.

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, o Sr. tem memória curta. Naturalmente já se esqueceu que quando fazia parte dum elenco governativo visitou a Escola das Velas, sabia que ela estava em significativo estado de degradação, com peças de betão a estalar por tudo o que era sítio e, de facto, era uma situação preocupante para um edifício escolar.

Não sabe, porque não se informou, que o anterior Governo do PS fez um investimento nesse imóvel de dezenas de milhares de contos para lhe dar a segurança mínima por forma que pudesse acudir a outras situações mais prementes na Região Autónoma dos Açores e ao nível do parque escolar.

O Sr. Deputado também na sabe que este Governo não fez investimento na escola da Calheta pelo facto do projecto não estar convenientemente elaborado por forma que fosse posta a concurso a respectiva obra. Foi simplesmente por essa razão que não se fizeram obras na Escola da Calheta, porque o que se pretende é fazer um investimento ao nível da recuperação daquele imóvel que sirva a comunidade escolar. Foi simplesmente por essa razão que a situação está no ponto em que está.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente para lhe dizer, Sr. Deputado, que as dezenas de milhares de contos...

Deputado António Gomes (PS): Dezenas de milhares de contos, Sr. Deputado!

O Orador: ... que o Sr. anunciou na escola das Velas eu vou-lhe dizer quais foram: em 1998, de 25 mil contos o governo regional gastou ali 549 contos, ou seja, 2,2%; no ano de 1999, de 100 mil contos, gastou 21 mil. São estas verbas as dezenas de milhares de contos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): E o fundo escolar?

Presidente: Creio que não há mais esclarecimentos sobre S. Jorge.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP ao participar neste debate tem, legitimamente, objectivos que definiu previamente e que é importante serem clarificados.

O que está em causa neste debate e como consequência dele, não é a aprovação, reprovação, ou substituição destes documentos propostos. A correlação das forças presentes neste hemiciclo determina à partida que estes documentos irão ser, no essencial, aprovados.

Esta não é, como todos sabemos, uma situação nova, pois durante os 20 anos de poder regional do PSD foi essa, salvo um pequeno período, a situação que se viveu.

Assim sendo, que está em causa neste debate é saber, se, sim ou não, o poder regional actual está disponível para, do debate, retirar algumas ilações que possam contribuir para reequilibrar, em termos de orientação e de opções concretas, aspectos importantes do que é proposto.

Dentro desta linha de orientação, iremos intervir, colocando questões e iremos apresentar, no momento próprio, algumas propostas de alteração que julgamos oportunas e úteis.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Finalmente!

O Orador: Dentro desta linha de actuação estamos, depois, em condições de definir uma posição final sobre estes documentos.

Convém contudo dizer desde já que os documentos apresentados nos suscitam algumas preocupações importantes que adiante explicitarei, como convém também esclarecer que, para nós, os defeitos principais destes documentos não se situam naquilo que é chamado de "intervencionismo de Estado".

A natureza insular distante e dispersa desta Região, obriga na nossa óptica, a que seja realizada uma política de investimento público que ajude a promover ritmos de desenvolvimento adequados às necessidades e que devem visar basicamente a criação de condições para o fortalecimento dos sectores produtivos essenciais e devem criar também condições para uma eficaz concretização das prestações sociais básicas nas áreas da saúde, da educação, segurança social e contribuir para a formação cultural, qualidade geral de vida e a qualidade ambiental.

As nossas principais dúvidas, críticas, preocupações sobre estas propostas centram-se realmente no plano da orientação que é imprimida aos vários sectores e é nesta área que vamos fazer incidir os nossos esforços.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Ss. Membros do Governo:

Gostaria de colocar de forma totalmente clara as dúvidas que temos, desde a aprovação do Programa de Governo, sobre aquilo que é, ou que vai ser, a política agrícola deste Governo.

O sector agrícola em geral e a agro-pecuária em especial constituem o sector produtivo para o qual esta Região tem maior aptidão. Na nossa óptica qualquer política de desenvolvimento e de convergência passa pelo aproveitamento dessa potencialidade própria. De acordo com estudos económicos recentes, o desempenho da cadeia de valor da Agricultura depende em 2/3 da rentabilidade da produção agro-pecuária e em um terço da transformação e comercialização, sendo certo que o desenvolvimento dos Açores depende em 45% do desempenho dessa Cadeia de Valor da Agricultura.

Fala-se em diversificar, fala-se em reconverter, fala-se em substituir.

A incerteza das palavras definem a flutuabilidade e pouca segurança da orientação que se quer imprimir.

Na nossa óptica há lugar à diversificação agrícola mas esse conceito, para nós, não é conflitual com a importância da agro-pecuária, da produção de leite e da produção de carne e respectivas transformações.

Pretender que outros sectores, nomeadamente o turismo sejam substitutivos da agro-pecuária, no contexto da economia regional é o mesmo que querer aceitar, sem qualquer razão objectiva, pôr de parte a principal e a maior aptidão económica regional. Encarar o turismo como uma importante actividade é absolutamente essencial, mas há que saber compreender que essa importância é, necessariamente, complementar, do peso real que as actividades produtivas têm que ter.

Como já aqui disse por várias vezes não defendemos o crescimento, nem da área nem do encabeçamento na pecuária regional, defendemos sim o completo aproveitamento da capacidade produtiva regional neste sector.

Pensamos que esse aproveitamento da capacidade produtiva instalada só será conseguido quando se modificar o limite máximo, imposto pela Comunidade para a produção de leite, pois com o encabeçamento que hoje se tem, associado ao crescimento da qualidade animal, pode-se produzir mais. Quando se produzir mais leite poder-se-à transformar mais e hoje, ao contrário do que acontecia há alguns anos, a evolução europeia do mercado consumidor é favorável a essa expansão. Temos que ter em conta que qualquer hesitação nesta área pode marcar negativamente a evolução da economia regional por muitos anos.

Se é certo que, neste sector, as orientações estão indefinidas é também certo que os Planos apresentam soluções para a Agricultura que podem eventualmente ser caracterizadas como de continuidade, de manutenção, mas não de renovação modernização e apoio claro.

A insuficiência das verbas para caminhos e outras questões infra-estruturais; a exiguidade das verbas para reformas antecipadas; a inexistência das medidas de apoio à qualidade são reveladoras da desaceleração que o Governo resolveu fazer neste sector.

Os agricultores estão, de facto, intranquilos, todos o sabemos, por muito que possamos dizer ao contrário, e estão intranquilos porque está muito por definir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Ss. Membros do Governo:

Procuraremos abordar outros sectores económicos e sociais ao longo do debate, mas nesta primeira intervenção é necessário deixar claro alguns outros aspectos essenciais.

Estes Planos são marcados por uma programação excessiva, muito virada para a satisfação, à partida, de certas reivindicações; estes Planos continuam muito marcados por uma insuficiente ligação entre o resultado previsível das acções e os objectivos enunciados; estes Planos seguem uma metodologia antiga que interessaria renovar muito mais.

O crescimento do investimento ao longo do quadriénio e o excessivo número de obras previstas para terem início ou projecto aprovado em 2004, o pagamento da obra já realizada com verbas deste ano, são outras tantas características, que sendo embora herança de uma prática anterior e antiga, não são abonatórias das propostas.

Áreas como a saúde, a educação, a compensação dos trabalhadores pelos custos da insalubridade e problemas concretos de diversas ilhas irão merecer a nossa atenção nestes 3 dias. Esperamos poder influenciar num bom sentido, por forma a que, para além das distorções na planificação, se possam conseguir algumas orientações mais equilibradas.

A nossa luta e acção política visa sempre contribuir para a realização de melhores políticas. Assim faremos agora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Ss. Membros do Governo:

Pensamos e com clareza o dizemos que a prestação de determinados serviços públicos essenciais devem ser feitos por entidades ou empresas no sector publico. Concretamente não vemos qualquer vantagem regional na privatização da SATA, da EDA, ou mesmo da LOTAÇOR, que é um instrumento de intervenção num sector importante.

Apoiamos de forma inequívoca e clara a política de incentivos ao sector privado, mas pedimos garantias de que esses incentivos sejam criteriosamente concedidos e rigorosamente aplicados. Num investimento de meios públicos não basta parecer que se está a fazer bem; têm mesmo que se fazer bem.

Como dissemos no debate do Programa do Governo, se o Governo quiser, mas não puder, contará com o nosso apoio; se o Governo puder, mas não quiser, contará com a nossa oposição.

Estes documentos reflectiram à partida o que o Governo pode. Esperamos, no fim do debate, poder concluir seguramente sobre o que o Governo realmente quer.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota versou essencialmente o tema da agricultura e por isso mesmo merece naturalmente um debate mais particular sobre as questões que levantou.

Concordo consigo e com a explanação que fez sobre o que é fundamental na agricultura. Não há dúvida nenhuma do Governo Regional de que o sector do leite e o sector da carne são e continuarão a ser as fileiras fundamentais no investimento do sector agro-pecuário.

Como V. Exa. sabe a única limitação que temos na produção do leite é a quota que nos é imposta pela Comunidade Europeia. Mesmo essa, como se recordará, lancei o repto, se calhar em desafio seu, de fazermos um debate interno nos Açores com todas as forças políticas, no sentido de eventualmente reivindicarmos todos em conjunto esse aumento da capacidade produtiva dos Açores.

Portanto, nesta matéria, Sr. Deputado, penso que existe sintonia de posições com V. Exa., ou seja, os sectores fundamentais do investimento na agricultura residem na fileira do leite e na fileira da carne. Porquê na fileira da carne? Pensamos que esse complemento vai naturalmente compensar e complementar em muitas das circunstâncias e em muitas ilhas o próprio sector leiteiro. Com o

limite de quota imposta pela Comunidade, é na carne que se podem arranjar complementos de produtividade e complementos de rendimento para os agricultores.

Há aqui só duas ou três questões particulares que penso que o Sr. Deputado não verificou bem no Plano. Trata-se do apoio ao investimento que disse que não era o suficiente. Devo dizer-lhe que para a proposta do Plano 2001 essa rubrica aumenta 44%, ou seja, é das que em todo o programa agrícola aumenta mais consideravelmente. Nós entendemos que a estrutura da empresa agrícola deve ser apoiada no sentido do seu reforço e da conveniente estruturação, daí ser uma das áreas suficientemente dotadas.

Quanto à reforma antecipada, Sr. Deputado, como sabe resulta do plano de desenvolvimento rural onde está inscrita a verba de 10 milhões de contos. A reforma antecipada, e concordo consigo também, é um bom meio de fazer rejuvenescer a agricultura, mas não se esqueça que a reforma antecipada é uma medida excepcional no domínio da política agrícola comum. Esta reforma antecipada, não é uma reforma, ela é antecipada, ou seja, dos 50 aos 65 anos os lavradores podem-se reformar e, portanto, é uma medida excepcional. Como medida excepcional e na Região tendo uma dotação de 10 milhões de contos, penso que só por si é significativa. Se quiser comparar, nós temos nos Açores, como há pouco o Sr. Deputado Francisco referiu, cerca de 1.200 lavradores reformados. No Continente há 700 e tal reformados.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Como sempre, Sr. Presidente, excedo-me no tempo.

Só para concluir, Sr. Deputado, penso que não estamos muito longe nem divergimos grandemente. De resto, não era possível divergir num sector tão importante da economia açoriana e penso que aquilo que essencialmente disse está contemplado no Plano deste Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura, muito obrigado pelas suas respostas.

Eu queria apenas dar um esclarecimento e também dizer que estava à espera da sua intervenção, e sei que vai ser hoje, para lhe colocar algumas questões.

De qualquer maneira o esclarecimento é o seguinte:

Eu não falei, de facto, no investimento. Falei na questão das reformas antecipadas, sabendo que há uma disponibilidade, também parece-me que há um tecto demasiado baixo, pelo menos na fase inicial do quadriénio em relação àquilo que aparece, não direi como necessidades, mas como pretensões objectivas da lavoura.

Fala-se na possibilidade duma média anual de 50 ou 650, quando levantarmos um pouco a situação, apenas nalgumas ilhas, rapidamente ultrapassamos isso e tenho a ideia que isto tem a ver com a situação objectiva e com um processo acelerado de modernização em curso na nossa agricultura e, portanto, há que não desincentivar e desacelerar, mas pelo contrário procurar acelerar.

De qualquer maneira gostava de lhe pôr uma questão concreta: estou satisfeito com a sua resposta no que respeita ao limite da produção do leite e satisfeito por ter lembrado que é necessário discutir este problema em profundidade e sabe que pela nossa parte estamos disponíveis para essa discussão.

Gostava só de lhe pôr um problema mais de pormenor, mas também de importância dentro desta linha ou destas necessidades políticas. Trata-se das questões do contraste leiteiro. Como se sabe é um tipo de procedimento absolutamente essencial para um actual maneio, para uma actual gestão das explorações rurais em termos modernos e gostava de saber qual é a perspectiva de se poder realizar em todas as ilhas? Permita-me também concretamente perguntar isto: nesta ilha do Faial, que já teve e que agora não tem, qual é a perspectiva, de facto, de voltar a ter?

Ainda ontem tive oportunidade de falar com produtores agrícolas, jovens conhecedores e que me fizeram sentir a profunda diferença que lhes faz não ter a possibilidade de dispor desse tipo de análise regular.

Portanto, deixava esta questão ao Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão concreta que coloca, gostaria de lhe dizer que o Governo Regional entende que o contraste leiteiro é uma mais valia indubitável para as explorações pecuárias. Nas ilhas onde é possível transferir para as Associações Agrícolas meios técnicos para fazerem esse contraste, assim se fará. Nas ilhas onde isso não é possível, naturalmente, que o apoio será dado directamente pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário de cada ilha, que têm competência para essa matéria.

Contudo, Sr. Deputado, não quero também lhe dar expectativas que não possa cumprir, ou seja, a expectativa de todas as Associações Agrícolas é que nós possamos transferir técnicos para essas associações e que o Governo Regional pague a totalidade desses técnicos. É uma modalidade que nós entendemos não ser a mais adequada.

Nós estamos naturalmente disponíveis para apoiar esse tipo de situações, de transferir essas responsabilidades, mas também entendemos que essa mais valia que se reflecte directamente nos Srs. lavradores pode ser ligeiramente comparticipada por estes. Isto é, quando uma riqueza que aparece para o devido conhecimento da exploração agrícola, para conhecer os animais, para conhecer a sua capacidade, para ter uma ideia real da exploração e que se trata duma riqueza e duma mais valia para essa mesma exploração, pensamos que cada um dos Srs. lavradores poderá participar, ainda que ligeiramente, mas para corresponsabilizar nesse processo. Sempre assim aconteceu, sempre que alguém entender que precisa dum apoio e não do pagamento integral desse serviço, nós ou transferimos a responsabilidade e apoiamos ou fazemos nós com a participação dos próprios lavradores.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, agora sem o limite dos 3 minutos de tempo.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa Regional propõe-se hoje apreciar e debater as propostas de Plano e Orçamento para 2001 e as propostas de Plano a Médio Prazo para o quadriénio 2001/0004, enquanto instrumentos fundamentais a implementação da estratégia de desenvolvimento económico e social, definida pelo VIII Governo Regional dos Açores .

Tentando, na medida do possível, seguir as regras da clareza, da correcção e da síntese, passo de imediato às questões que me trazem a esta tribuna, para realçar e reforçar a importância e a dimensão que o sector primário tem na nossa economia e na distribuição da população, quer em termos ocupacionais, quer em termos geográficos.

No que directamente diz respeito ao sector das pescas, julgo não ser de mais lembrar que servirão de pouco os nossos esforços - do Governo e da iniciativa privada - se não soubermos interpretar os sinais e respeitar as regras que nos impõe a Natureza.

É nosso dever participar activamente na luta pela preservação dos recursos piscícolas, respeitando o mar que nos rodeia e tendo sempre presente a necessidade de manter o equilíbrio ecológico, para assim garantirmos o nosso futuro.

Podemos e devemos daqui, deste recanto de Portugal, constituir um exemplo concreto de não participação na rota humana para a poluição dos mares e destruição das espécies marinhas.

Embora reconhecendo que na Região não são utilizados meios depredadores na arte de pesca, o VIII Governo Regional iniciou já um conjunto de medidas que visa a prevenção de eventuais excessos. Neste sentido e a par do reforço da fiscalização, foi determinado, internamente, o limite máximo de 1400 toneladas para a pesca do "Goraz", que é uma medida preventiva tendo em vista a gestão sustentada deste recurso.

Por outro lado, interditamos as embarcações de maior porte a pesca, dentro do limite das três milhas da costa, ao redor de cada ilha, também e fundamentalmente como forma de melhorar a gestão e a sustentabilidade dos recursos. Recusaremos, por outro lado, até onde nos for possível, o uso na nossa zona económica exclusiva de artes depredadoras.

Só assim dispostos de autoridade moral e obteremos maior capacidade de reivindicação para pugnarmos pelo direito que nos assiste - o direito à preservação dos nossos recursos - e por um

dever que é, afinal, de toda a humanidade - o dever de respeitarmos a Natureza enquanto fonte de vida.

Mas é incontestável que a gestão das pescas não se faz apenas com restrições, mesmo que elas tenham como objectivo único prevenir no presente, para não se remediar no futuro próximo. A gestão das pescas faz-se também com a prática de uma política de desenvolvimento global e sustentado, visando a construção e modernização das infraestruturas, apoiando e dignificando os pescadores e consolidando a indústria directa ou indirectamente ligada ao sector.

Não rejeitamos as responsabilidades que nos tocam, quer no que respeita à defesa dos recursos e do património, quer no dever que temos de procurar as alternativas e as melhores soluções para o progresso e desenvolvimento da actividade pesqueira nos Açores.

Neste pressuposto e com a colaboração das entidades regionais e nacionais, com competência nesta área, reforçaremos no decurso deste ano, a fiscalização dos recursos pesqueiros, aumentando em 50% o número de horas em relação ao ano de 2000.

Por seu lado, a criação da Inspeção Regional das Pescas, como organismo especificamente vocacionado para a protecção das águas dos Açores, não dispensa o reforço dos meios que lhe permitam aumentar a sua capacidade e assegurar o cabal desempenho das suas funções. E este é mais um passo a dar e mais um objectivo a conseguir.

Assim, e no seguimento das principais linhas de orientação estratégica previamente definidas para o sector das pescas, apostamos na monitorização e modernização da frota pesqueira açoriana, procurando não só adaptá-la às novas realidades e às necessidades de valorização do produto, mas propiciando, por via disso, maior permanência no mar, naturalmente com as compensações devidas no que toca a melhores condições de segurança e de trabalho a bordo. Devo aqui registar, que existe já uma verba significativa inscrita em Plano, no sentido de facilitar o processo aos pescadores e armadores que pretendam participar nesta iniciativa de renovação. Aqui faço um parêntesis, porque vejo que genericamente das bancadas da oposição, com excepção da bancada do PCP, que o documento do PMP não foi interpretado por V. Exas. designadamente no que diz respeito à estrutura do financiamento.

Ouvi a Sra. Deputada Berta Cabral, relativamente às pescas, referir que descia consideravelmente a percentagem.

Devo confessar que a Sra. ao referir a estrutura de financiamento esqueceu duas ou três grandes linhas que são financiadoras da pesca e devo dizer-lhe que para um recurso de Plano a Médio Prazo de 1.920 mil contos, existe a nível nacional para a modernização da frota de pesca 3.161 mil contos e que isso potencia um investimento comunitário de 5.947.651 contos, ou seja, para a modernização da frota existe disponível para o sector cerca de 12 milhões de contos para o próximo quadriénio.

Portanto, o Governo dispõe de todos os meios para que os Srs. pescadores possam investir nessa área. O nosso receio é que tenhamos até verba a mais neste sector.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sempre houve!

O Orador: Convém ver as fontes de financiamento para não vir aqui dizer que há uma redução substancial nas pescas. Não há, a Sra. está enganada e convém que leia todo o documento para, pelo menos, aqui corrigir os seus erros.

Julgamos também de todo o interesse para a Região, e naturalmente para os pescadores e armadores, a abertura de outros mercados para os produtos não tradicionais, que nos permitam obter rendimentos superiores aqueles que actualmente retiramos dos recursos que temos a nossa disposição. Importa, por isso, estimular a cooperação com outros parceiros, nomeadamente com países africanos, nomeadamente Guiné, Angola, Cabo Verde e Moçambique, certos de que desta cooperação deverão resultar vantagens para ambos os lados.

Paralelamente, não podemos deixar de reiterar a defesa dos nossos interesses piscatórios no seio da Comunidade Europeia, por mais adversa que seja a realidade e por mais difícil que seja a negociação. O nosso exemplo de cumprimento com as regras e de compromisso responsável com o futuro, há-de traduzir-se em justiça e constituir a base de apoio de que necessitamos para fazer prevalecer os nossos pontos de vista fora de portas.

Mas a evolução deste ou de outro sector, não dispensa a formação profissional e a valorização individual de todos os intervenientes no processo. A actividade da pesca só atingirá o seu objectivo

se a formação nesta área for uma realidade activa e permanente. Garantimos, por isso, o reforço da formação profissional, na criação de um centro de apoio a actividade que assegure níveis superiores de formação, e no fomento de condições para aumentar a capacidade e a qualidade de intervenção das organizações de produtores, como parceiros indispensáveis ao desenvolvimento. E é imbuído deste espírito que o VIII Governo Regional prossegue no melhoramento das infraestruturas de apoio à actividade da pesca onde variadíssimos projectos já foram aprovados neste primeiro trimestre.

Neste esforço regional de investimento, onde pretendemos concluir a modernização da base industrial, adequando-a as exigências necessárias para o controlo da qualidade, temos já na sua fase terminal a definição de critérios para atribuição de um fundo salarial de apoio, de modo a compensar o pescador nos períodos de mau tempo ou de escassez de peixe, desta feita, de forma estrutural e não conjunturalmente.

Por outro lado, e para terminar no que se refere ao sector das pescas, resta-me reafirmar que o contributo da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, neste processo de desenvolvimento, que com certeza todos pretendemos contribuir, será sempre de abertura e de procura constante do equilíbrio económico e social das comunidades piscatórias, para a melhoria das suas condições de trabalho e estabilidade financeira e para elevar o grau de cooperação empresarial e o associativismo de todos os profissionais e agentes económicos do sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao sector agrícola, é fundamental continuar a desenvolver as condições necessárias ao sucesso dos empresários no mercado de livre concorrência em que nos encontramos e onde a conjuntura de produção (o preço dos factores de produção, e em especial a qualidade dos produtos obtidos), constitui um conjunto determinante do seu êxito.

Relativamente aos documentos em análise e iniciando pelo PMP, verifica-se que em comparação com a proposta de PMP 97/2000 as verbas destinadas ao sector agro-pecuário sofrem um acréscimo de cerca de 13 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 15% a preços constantes de 2000.

Neste caso concreto, os maiores destaques vão para os projectos de título "*Modernizar as Explorações Agro-pecuárias*", "*Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-pecuários*" e "*Fomento e Gestão dos Recursos Florestais*" que também a preços constantes de 2000 crescem respectivamente, 38, 45 e 85%.

Durante os próximos quatro anos serão, assim, afectos ao sector agro-pecuário cerca de 78 milhões de contos de despesa pública, conjugando verbas do PMP, PDR e do PRODESA. Em média, esta área de desenvolvimento económico da Região absorverá cerca de 20 milhões de contos em cada ano.

A aposta continuada no sector da transformação e comercialização, permitirá consolidar, a jusante, a fileira do leite e criar condições para a fixação na Região de mais valias provenientes da fileira da carne. Devo, aliás, salientar que, em conjunto com as Associações Agrícolas da Ilha de S. Miguel, iniciamos o processo de disponibilização dos terrenos do PECA, com o objectivo de transformarmos uma exploração vocacionada para a produção de leite, numa exploração directamente dirigida para a fileira da carne e para a sua certificação.

Creio que estes factos representam o exemplo que queremos dar a iniciativa privada, já que na sequência da construção do matadouro de Ponta Delgada, seguir-se-á a construção do matadouro da Ilha Terceira, cuja obra deverá iniciar-se ainda este ano, concluindo assim a Rede Regional de Abate.

Só deste modo poderemos substituir a exportação de gado vivo pela exportação da carcaça ou da carne embalada, aumentando por essa via as mais valias regionais, certificando e credibilizando a carne de origem açoriana, como produto efectivamente genuíno e de qualidade. Desta forma as características da carne dos Açores, produzida à base de erva, poderão evidenciar-se positivamente num mercado nacional e europeu, onde a massificação da produção de bovinos tem levantado graves problemas sanitários e de saúde pública

Ainda no que respeita ao "*Apoio à Transformação e Comercialização*" verifica-se também nesta rubrica um montante de 4.695.000 contos. Este valor surge, porque as grandes áreas deste programa resultam, por um lado, do apoio a reestruturação do sector nas Ilhas Flores, Pico e S.

Jorge, apoio esse que reverteu a favor dos produtores, enquanto por outro lado, é de referir a beneficiação e construção da Rede Regional de Abate e ainda a amortização de empréstimos, alguns que vêm desde o ano de 1993, que só agora se vencem e outros contraídos mais recentemente.

A existência de estruturas de abate adequadas, a criação de condições para acabamento final de engorda de grande parte dos animais nados na Região, e uma vez assegurado e implementado o processo de certificação da carne, ficam criadas as condições para que a fileira da carne se apresente como uma área de investimento economicamente viável.

A isto, ainda acresce o sistema de incentivos à extensificação, contemplado na política agrícola da União Europeia e que se ajusta de modo particular ao sistema de produção de carne predominante na Região Autónoma dos Açores.

Numa perspectiva, e apesar de serem estas as duas fileiras que sustentam e suportam a economia deste sector, promovemos a sua competitividade, noutra perspectiva, e sempre que possível, deverá potenciar-se a diferenciação e diversificação da produção, induzindo a uma maior solidez e vitalidade do sector.

A diversificação das actividades produtivas deste sector, além das produções horto-fruti-florícolas, envolverá também as culturas industriais e merecerá, por isso, a atenção do VIII Governo Regional, sobretudo no que se refere à beterraba e ao tabaco, sem esquecer a motivação necessária dos privados para a recuperação da cultura e transformação da chicória. De qualquer maneira estamos sempre a falar de valores residuais relativamente àquilo que é estruturante no sector agrícola.

Ao nível do ordenamento agrário, pretende-se adoptar uma filosofia de acção que alargue os seus benefícios e vantagens, designadamente no que se refere a caminhos e abastecimento de água, a um maior número de agricultores, de modo a promover a realização de obras nos perímetros agrários, e fora deles, em todas as ilhas e também conservando os caminhos já intervencionados.

Esta estratégia, visa abranger pelos benefícios do ordenamento agrário, o maior número possível de agricultores que, como agentes do desenvolvimento regional, decididamente perceberam e entenderam a importância destas acções, não só no que se refere à redução dos custos de produção, mas especialmente no que se refere à melhoria da qualidade do produto final.

Note-se que para abastecimento de água, caminhos e electrificação agrícola, o Plano a Médio Prazo prevê a dotação de 2,6 milhões de contos, exclusivamente no âmbito das competências do Instituto Regional de Ordenamento Agrário, que potencia uma significativa despesa pública para este fim, na ordem dos 16 milhões de contos e, em simultâneo, mantemos os investimentos em caminhos rurais a executar pela Direcção Regional dos Recursos Florestais.

Importa, ainda, fazer uma especial referencia à sanidade animal, dotando-a das verbas necessárias ao programa de erradicação da brucelose e, simultaneamente, criar um quadro desmotivador de importação de animais.

Já basta os problemas sanitários que temos, dispensamos perfeitamente a importação de outros.

Na verdade, problemas sanitários como os provocados pela febre aftosa, teriam repercussões de extrema gravidade em ecossistemas tão sensíveis como o arquipélago dos Açores. Neste sentido, creio que todos temos a consciência de que se a nossa realidade atlântica nos cria constrangimentos de ordem estrutural e económica, o Oceano que nos rodeia constitui uma importante área de protecção natural, que nos evita estes e outros inconvenientes que tem assolado a Europa.

Sem querer repetir-me, o Governo Regional não pode proibir genericamente a importação de animais, todos conhecemos as imposições de um mercado livre e aberto, nomeadamente no que concerne à circulação liberalizada de pessoas e bens. Mas é nosso dever o controlo de entradas, através de um progressivo rigor nas medidas sanitárias. Por isso, o melhoramento genético pela importação de reprodutores de qualidade, deverá dar lugar ao aperfeiçoamento das raças, por via da inseminação artificial.

Com este PMP pretende-se ainda incentivar os projectos de investimento privado que visem a modernização, a redução dos custos de produção e a generalização das boas práticas agrícolas.

Quanto ao Plano, cuja execução já está em curso, e muito rapidamente, saliento apenas os *projectos* "Modernizar as Explorações Agro-pecuárias", "Reduzir os Custos de Exploração Agrícola", "Transformação e Comercialização" e "Diversificação da Produção Agrícola", como aqueles que reflectem dotações superiores em relação ao ano 2000, com aumentos sempre superiores a 25%.

Destaco, contudo, os Projectos 2.1, "Transformação e Comercialização" que aumenta consideravelmente pelas razões que atrás tive já oportunidade de esclarecer.

Apesar das verbas para o sector aumentarem cerca de 3 milhões de contos o que corresponde a dizer (38%) relativamente às propostas de Plano de 2000, existem, no entanto, acções que são penalizadas em favorecimento de outras. Neste sentido, acções como Infraestruturas que têm a ver com o Laboratório de Veterinária que irá ser construído, prejudica naturalmente essa área do investimento, mas temos outras acções como a "Silvicultura Ambiental e Protecção", com uma dotação inferior à proposta do ano transacto.

Porém, estas acções são por vezes compensadas no Plano plurianual, como sucede com as "Infraestruturas Veterinárias", onde o Laboratório Regional de Veterinária, na Ilha Terceira, será uma realidade durante esta legislatura.

Com estes objectivos e dotações financeiras, estamos convencidos que o sector primário sai reforçado, correspondendo assim a um objectivo mais genérico do VIII Governo Regional dos Açores que é o fortalecimento dos sectores produtivos.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Devo dizer que ouvi com atenção toda a sua exposição e ficámos, de facto, maravilhados com o potencial desenvolvimento que se apresenta neste Plano.

Vozes do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Muito obrigado.

O Orador: Porém, quando começamos a fazer uma análise um bocadinho mais detalhada, essa ideia desvanece-se, porque verificamos, efectivamente, que há uma exiguidade de verbas nalguns programas que não permitem fazer a mudança que se esperava que este Plano fizesse.

E apontarei apenas um único programa que V. Exa. citou na sua intervenção, o Programa – Apoio à Comercialização e Transformação dos produtos agro-pecuários que, de facto, tem uma dotação de 12 milhões de contos, mas quando começamos a verificar as verbas sectoriais nesse Programa, verificamos que 50% dessas verbas são destinadas à satisfação de compromissos assumidos anteriormente. Aliás, quando ouvimos V. Exa. na Comissão de Economia e quando eu referi que estranhava a existência da rubrica “Regularização de Mercados Agrícolas”, considerando que as organizações comuns do mercado têm as seus próprios mecanismos de regularização de mercado e que não faria sentido existir regularização de mercados na Região, V. Exa. informou-me que essas verbas, creio que num montante de 4 milhões e não sei quantos mil contos, eram, de facto, destinadas a satisfazer compromissos anteriores.

Acresce ainda a verba destinada à conclusão de matadouro de S. Miguel que, já concluído, ainda absorve neste PMP uma verba de 1.800 mil contos que, para mim, é um bocadinho difícil de perceber e digo que é difícil de perceber, porque olhando para os Planos anuais anteriores, em 1998 o matadouro de S. Miguel teve uma dotação revista de 100.700 contos; em 1999, 990.700 contos; em 2000, 1 milhão de contos, todas elas com uma execução financeira de 100%, de acordo com os documentos oficiais, o que quer dizer que o matadouro de S. Miguel já canalizou cerca de 2 milhões e 91 mil contos dos recursos da Região Autónoma. Se somarmos mais 1.800 mil contos, estamos a falar numa verba de 3.800 mil contos para uma obra, cuja adjudicação foi feita por 2.135.580 contos e que é suposto ter tido um financiamento, a fundo perdido, dos fundos estruturais que não deve ter sido inferior a 75%.

Portanto, pergunta-se quanto é que custou o matadouro de S. Miguel?

Isto só para referir que, de facto, quando descontarmos a esta verba de 12 milhões, os 6 milhões de contos são para satisfação de compromissos anteriores.

(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado concluir a sua intervenção.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Presidente: As filas da frente não deixam o Sr. Deputado concluir a sua intervenção.

O Orador: Também me chamou a atenção a existência de uma acção sobre “Resgates de quantidade de referência”, dotada com 73 mil contos nos primeiros 3 anos deste PMP. V. Exa., Sr. Secretário, informou-nos que esta verba se destinava ao pagamento dos resgates feitos anteriormente. Entretanto sou surpreendido pelo Açoriano Oriental de hoje que nos diz: “Outro compromisso considerado importante, assumido pela Secretaria Regional da Agricultura, foi enquadrar no próximo Plano anual um resgate regional para colmatar a situação do déficite em relação à reforma”.

Portanto, pergunto se, de facto, houve uma mudança relativamente a esta questão de resgate de gestão de quotas leiteiras, que obrigaria a uma revisão das verbas inscritas neste Plano ou não?

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Eram estas as questões que queria pôr ao Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito obrigado, Sr. Presidente, por me conceder a palavra.

Eu começaria por perguntar ao Sr. Deputado por que é que acha que este Governo Regional não deve pagar os compromissos que vem assumidos do anterior?

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Eu não disse isso.

O Orador: Se fosse assim tinha sido um grande alívio para nós em 96.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Devo-lhe dizer mais:

O IAMA, onde V. Exa. foi Presidente, tem que pagar este ano uma dívida contraída em 1993, de 1.500 mil contos e eu tenho que amortizá-la. V. Exa. deve saber que ela existe.

O Sr. Deputado pergunta-me para que é que eu preciso de tanto dinheiro no apoio à transformação e comercialização? Olhe, Sr. Deputado, V. Exa. uma resposta devia saber de imediato: foi contraído no seu tempo, por si e pelo seu Instituto, um empréstimo e só aí são 500 mil contos de amortização. Como sabe foi um empréstimo a 10 anos, que teve 7 anos de carência e que se vence agora.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Tem 3 anos para pagar.

O Orador: No próximo ano são mais 500 mil contos, no outro tem que ser mais 500 mil e, portanto, só para esse empréstimo anterior são 1.500 mil contos.

Deputada Berta Cabral (PSD): E nós vamos pagar as vossas.

O Orador: Mas mais:

De facto o apoio à transformação e comercialização tem essas verbas, e eu posso citar-lhe parágrafo por parágrafo, rubrica por rubrica porque é que elas são necessárias e digo-lhe que tem a ver com pagamentos de empréstimos e juros contraídos. Um ter a ver com o seu tempo e outro tem a ver com o início do VII Governo Regional que é preciso resolver e cumprir os compromissos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Estava dentro do plafond?

O Orador: Depois tem também a ver com várias portarias sobre classificação de leite que vão ser iniciadas em todas as ilhas e está na rubrica “Regularização de Mercados”.

Tem também a ver com a promoção da carne e a promoção de produtos agrícolas dos Açores. As verbas para este efeito estão inscritas na rubrica “Apoio à Transformação e Comercialização”.

Matadouro de Ponta Delgada:

Vamos desfazer esses equívocos de uma vez por todas, assim o espero, e façam fé de que aquilo que o Governo diz é verdade ou pelo menos que os Membros do Governo não vêm aqui inventar nada ou trazer falsas questões.

A verba inscrita para o matadouro de Ponta Delgada corresponde a uma verba não candidatável que

tem a ver com trabalhos a mais do matadouro e esses trabalhos a mais têm a ver, sobretudo, com a estação de tratamento.

(Voz inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: O Sr. é da área da educação e sobre a agricultura a gente não se entende. Eu explico por que é que o matadouro não está a funcionar.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, se não me deixam falar depois o meu tempo tem que crescer um bocadinho.

Presidente: Sr. Secretário, a Mesa tem em atenção as perturbações à sua intervenções. Pode prosseguir.

O Orador: Já ontem tive oportunidade de dizer que o matadouro de Ponta Delgada só não está a funcionar porque foi preciso e está a ser preciso abater milhares de cabeças de gado em S. Miguel, por força do Regulamento 27/77 de 2000.

As pessoas que trabalham no matadouro antigo são as mesmas que têm que ir trabalhar para o matadouro novo. Fazer a transferência do pessoal do velho para o novo implica 15 dias a 3 semanas de paralização ou de grandes dificuldades de operacionalização, daí que neste momento o Governo não pode mandar parar o antigo matadouro de Ponta Delgada para fazer essa transferência na medida em que nós temos que abater mais alguns milhares de cabeças de gado, porque estamos a cumprir um Regulamento comunitário que é salutar para as empresas agrícolas, que tem trazido benefício aos agricultores e entre essas duas questões, dar benefício aos agricultores e fazer um capricho da oposição, nós optámos por beneficiar os agricultores.

A oposição acha que a gente ainda não tomou posse do matadouro porque ele não está pronto, ele está lá para visitarem quando quiserem. Todos os Srs. Deputados podem lá ir ver que ele está todo pronto.

Portanto, o matadouro só não está a funcionar por este motivo.

Por outro lado, Sr. Deputado, fazer aqui no Parlamento intervenções com base em notícias de jornal, basta, porque já tínhamos aqui um deputado da oposição que faz as suas intervenções com base em notícias de jornal.

Sr. Deputado, as notícias de jornal são falta de fundamento para factos políticos.

Nós já sabemos que o PSD gosta de fazer intervenções políticas com base em notícias de jornal.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma nota de imprensa feita pelo Sr. Secretário.

O Orador: É mentira. Não é verdade.

O resgate é aquele que está previsto e admitimos, eventualmente, se no final de 2003 houver necessidade de regularizar algum problema para os Srs. agricultores, que eventualmente possam produzir acima da quota que nós estamos autorizados, então aí sim, mas nunca é por decisão antecipada. Nós não queremos fazer mais nenhum resgate, queremos é que os Srs. lavradores produzam com qualidade e quantidade. Se for preciso e não houver outro remédio lá faremos isso.

Portanto, essa notícia não corresponde minimamente a nenhuma orientação de política deste Governo.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque tenho que gerir muito bem o meu tempo.

Ouvi com atenção o Sr. Secretário Regional e ouvi-o em relação à política de pescas e queria apenas pedir um pequeno esclarecimento, mas que me parece que é importante, muito embora gostava de lhe dizer que no que respeita à política de pescas que está a ser esboçada e desenvolvida, grosso modo, a apreciação que nós fazemos é uma apreciação de concordância e uma apreciação convergente com as atitudes que agora o Governo está a tomar.

Embora saibamos que é uma política difícil de desenvolver, porque pretendendo-se como se

pretende ter como objectivo a rentabilização do sector, tem que se ter como objectivo, como já se discutiu aqui, também a preservação dos stocks e isto cria um processo difícil de gerir e é também difícil de gerir do ponto de vista humano, do ponto de vista das pessoas, porque como se sabe a relação de trabalho predominante da pesca, é uma relação muito antiga e é uma relação de trabalho que não é cativante para a geração mais nova, porque não introduz, à partida, um grau de segurança em relação ao rendimento que as gerações mais novas aspiram, naturalmente, a ter.

Sendo assim, é importante a notícia, daquilo que o Sr. Secretário Regional chamou de “Fundo Salarial de Apoio” que tem sido chamado “Fundo de Garantia Salarial”, etc., mas como pode ter várias configurações, vários figurinos e vários modos de funcionamento, eu pedia ao Sr. Secretário o favor de dar uma pista sobre qual é a ideia que o Governo está começando a desenvolver?

Reentrando na agricultura gostava de fazer uma referência à questão dos caminhos agro-silvo-pecuários que também, como se sabe, é uma área em que houve ao longo dos anos investimento regional e de certa forma também municipal, mas em que não houve, também ao longo dos anos, um cuidado de haver uma política de conservação e de manutenção adequada e hoje temos nos Açores, e penso que em todas as ilhas, centenas de quilómetros de caminhos agro-silvo-pecuários que estão muito degradados e que não podem cumprir a sua função de estrutura de apoio e redutora dos custos das explorações agrícolas.

Assim sendo, pensamos que seria necessário procurar dar um sinal no sentido de planificar melhor esta área, de que é necessário investir mais nela, gostava de saber se o Governo Regional está disposto a que possa haver um sinal nessa área?

Era só, porque não posso gastar muito tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte, Sr. Secretário Regional:

Eu sei perfeitamente que foi feito um empréstimo a 10 anos, com período de carência de 7.

A única coisa que eu digo aqui é que esse empréstimo que, aliás, teve fins muitos claros, muito objectivos, que foi para fazer o reestruturamento do sector cooperativo regional, que permitiu a reestruturação da UNILEITE, permitiu a reestruturação da UNICOL, permitiu a reestruturação da UNIQUEIJO e ainda a LACTOPICO.

Esse empréstimo obviamente que tem que ser pago, agora o que me faz uma certa confusão é que se ponham esses pagamentos, que são para fazer face a compromissos assumidos anteriormente, em rubricas do Plano que tem um conceito de acções novas. Não me surpreenderia nada se visse aqui: satisfação de compromissos anteriores e assim separávamos o trigo do joio e sabíamos o que é que eram verbas viradas para o futuro e o que eram a satisfação dos compromissos anteriores.

Quanto à questão do matadouro não estar a funcionar, Sr. Secretário, o Sr. já nos disse várias vezes e a gente gostaria muito de acreditar, mas a verdade é esta: o matadouro foi inaugurado no dia 25 de Setembro e os abates começaram a 19 de Janeiro. Houve 4 meses para treinar pessoal.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por alguma razão não se está a trabalhar e não é por causa de pessoal, porque podia ter havido todos os cursos e toda a formação durante os 4 meses que medeiam entre a inauguração e o início dos abates da BSE.

Posto isto, gostava de perguntar ao Sr. Secretário se a obra já foi recepcionada pelo Governo Regional? Se não foi, não está pronta.

Uma última questão:

Eu não faço as minhas intervenções com base em recortes de jornal, mas vi-me confrontado com esta notícia hoje de manhã e na sequência da nossa reunião na Comissão de Economia em que o Sr. Secretário tinha dito que não ia haver resgates de quota leiteira, eu vejo aqui isto. Então eu pergunto: Foram ou não distribuídos 28 milhões de litros de leite de quota na Região? Satisfizeram-se ou não 1.500 pequenos produtores? Se eu tenho que acreditar na primeira, por que é que não hei-se acreditar na última?

Portanto, as notícias de jornal fazem-se para informar e eu estou perguntando apenas, Sr. Secretário,

não estou fazendo nenhuma afirmação. Eu só perguntei a V. Exa. se vai ou não haver resgate?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Eu já respondi.

O Orador: V. Exa. já respondeu e eu estou satisfeito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para esclarecimentos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco de Sousa disse em aparte, que é regimental, que o Governo inaugurou e fez esse investimento, obviamente para ganhar votos, para ganhar eleições e por isso é que estavam tantos aqui.

Deputado Mark Marques (PSD): Agora já está no diário.

O Orador: Portanto, na sequência deste aparte que sendo regimental também não deixará certamente de fazer parte dos diários destas das sessões e que expressa, mais ou menos, aquilo que os socialistas fizeram e pensam, mas disfarçam, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta: dessas verbas que foram gastas, como disse o Sr. Deputado Francisco de Sousa em aparte para fazer essa campanha eleitoral, para inaugurar e ganhar votos, e que o Sr. Secretário disse que tinham sido trabalhos a mais, gostava que explicitasse melhor o que é esses trabalhos a mais, a que é que se referem e qual é o valor final da obra?

Por outro lado, em relação às pescas gostaria também de lhe perguntar, Sr. Secretário, o seguinte:

No que toca aos portos de pesca, as verbas que aqui estão previstas nos desagregados para algumas ilhas, para além de insignificantes e de algum modo até ridículas, julgo que não darão para fazer grandes coisas, mas gostaria, no entanto, de lhe perguntar especificamente o que é que o Sr. Secretário está pensando fazer com 20 mil contos para portos de pesca na Graciosa? O que é que está pensando fazer com os 18.600 contos para S. Jorge? Com 14.800 contos o que é que está pensando fazer nas Flores? Portanto, o que é que está pensando fazer nestas ilhas com estas verbas? Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, eu não sei se o aparte do Sr. Deputado Francisco de Sousa ficou registado. Pode ter sido um aparte inaudível.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu partilho das preocupações do Deputado Decq Mota relativamente às questões que aqui colocou relacionadas com a pesca. Também partilho duma preocupação do Sr. Secretário e que tem a ver com o facto de, provavelmente, em termos de investimento ou em termos de frota não se vir a gastar toda a verba disponível. Não só partilho dessa preocupação, como até desejo que isso aconteça se as coisas não forem devidamente enquadradas.

Não sei se os Srs. sabem, naturalmente que o Sr. Secretário sabe e o Deputado Decq Mota sabe de certeza, que o livro verde da Comissão Europeia sobre a reforma da política comum das pescas diz claramente que nos últimos 30 anos a quantidade de pelágicos adultos em águas europeias diminuiu 90% e diz também que em 10 anos as espécies mais consumidas nesses mesmos mares reduziram-se a 50%.

Aqui nos Açores estamos numa situação em que não há sub-exploração generalizada, mas em algumas espécies essa exploração já começa a ser exagerada e há também um declínio generalizado e significativo nas capturas que, apesar de terem crescido em termos de valor económico, diminuíram drasticamente em termos de qualidade.

Chegámos também a uma situação aqui nos Açores em que até o próprio palangre de fundo se está a tornar pouco rentável e porquê? Porque dada a natureza dos nossos fundos e resultado de muitos anos de esforço neste momento estão no fundo milhares de milhas de palangre e milhões de anzóis que lá continuam a degradar, a matar e a destruir os stocks. Por isso temos, efectivamente, que crescer e esta verba é importante para isso, mas não podemos crescer dirigindo esse esforço para as espécies que neste momento dirigimos, porque essas estão a ficar esgotadas.

Temos que conhecer cientificamente essas espécies, saber o que temos e dosear o esforço que sobre estas tem que recair. Só podemos e devemos crescer se dirigirmos esse esforço para novas espécies,

nomeadamente para espécies de águas mais fundos. Se não for neste sentido de aumentar esse esforço para essas novas espécies de águas mais profundas, eu partilho da preocupação do Sr. Secretário, mas até desejo que realmente essas verbas não venham a ser gastas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a questões sérias:

- “Fundo de Garantia Salarial”, o nome, de facto, não é importante, mas relativamente a este Fundo, nós internamente, nos vários departamentos do Governo Regional que com essa matéria têm a ver, já fizemos várias reuniões técnicas no sentido de arranjar uma solução, como disse, estrutural e não conjuntural, ou seja, não é para ser por um ano, é para vigorar de forma consistente para as próximas temporadas e, portanto, envolvemos a Direcção Regional das Pescas por um lado e, por outro, a Direcção Regional da Solidariedade Social, porque entendemos que há aqui aspectos sociais que são relevantes nessa perspectiva e ainda a Direcção Regional do Emprego, no sentido de criarmos alternativas ocupacionais, - e há fundos próprios para essa matéria - uma vez que há períodos de paragem sazonais e nesses períodos podemos encontrar alternativas ocupacionais que trazem rendimento aos pescadores.

Portanto, são estas três Direcções Regionais que estão internamente, sob as orientações dos três Secretários Regionais e a coordenação do Sr. Presidente do Governo, a estudar e a finalizar os seus trabalhos sobre esta matéria.

Logo que internamente esse processo esteja concluído, e está para breve, naturalmente que vamos conversar depois com as organizações de produtores sobre as conclusões que chegámos, sobre as opiniões que temos e com eles acordar a forma de sustentadamente podermos contribuir com esse apoio, porque sabemos que muitas vezes os Srs. pescadores ficam em terra não é por quererem, não é por não quererem trabalhar, mas sim porque o mar os impossibilita e quem quer trabalhar e as condições não o deixam, designadamente as climatéricas, tem naturalmente que merecer a atenção do Governo Regional e isso ficará resolvido de forma definitiva.

Relativamente à proposta que faz o Partido Comunista, no sentido de investir mais em caminhos, Sr. Deputado Decq Mota, venha daí a proposta. Nós estamos disponíveis para aceitar uma proposta do Partido Comunista Português, tendo em conta as verbas destinadas ao sector da agricultura, posso equacionar uma alteração de rubrica ou do projecto nos caminhos rurais.

Estamos abertos e isso foi dito desde o princípio. Nós não estamos aqui com os ouvidos tapados. Nós estamos disponíveis para fazer algumas alterações. Esta dos caminhos rurais parece-me ser uma óptima oportunidade para que os agricultores tenham mais caminhos nas suas explorações agrícolas.

Relativamente às perguntas que me fazem outros Srs. Deputados, nomeadamente sobre as facturas e os recibos do matadouro de Ponta Delgada, para discriminar as obras, como deve calcular eu não as trouxe Sr. Deputado Duarte de Freitas, mas prometo que quando quiser dar um passeio e passar lá pela Secretaria, naturalmente o IAMA terá essas facturas para lhe mostrar, de forma aberta, livre e transparente.

Presidente: Sr. Secretário, está no limite do seu tempo.

O Orador: Tenho pena.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para o seguinte esclarecimento:

Olhando aqui para a questão das verbas orçamentadas no projecto 5.2, isto só prova que o Sr. Deputado Duarte Freiras não olhou à estrutura de financiamento e esses 257 mil contos que aí estão orçamentados para o ano de 2001, permitirão um investimento da ordem dos 900 mil contos.

Portanto, julgo que isso significará, de certeza absoluta, muita obras.

Deputada Berta Cabral (PSD): Só em trabalhos a mais foram 800 mil!

O Orador: Quando aqui há pouco se falou dos compromissos do passado que ainda hoje continuam

a ser pagos, falou-se do saneamento e da reestruturação da UNIQUEIJO e da LACTOPICO, por exemplo, ainda há pouco o Deputado Mark Marques falou...

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não disse isso.

O Orador: ... que o saneamento da UNIQUEIJO continua por fazer e a reestruturação da LACTOPICO deu em quê? Pagamentos em atraso 200 mil contos, correspondente a 14 meses e 100 mil contos de passivo à banca. Isto foi o resultado da vossa reestruturação.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Quero dizer só mais uma coisa:

Comparando agora também números do passado aqui na área da agricultura, o executado em 1996 nos programas da agricultura foi 4 milhões de contos, o executados em 2000 - e estamos a falar nos dois anos terminais das últimas duas legislaturas - foi superior a 7 milhões de contos. A preços de 200 temos aqui um aumento de mais de 60%.

Deputada Berta Cabral (PSD): Preços de 2000!

O Orador: Sim, sim, fazendo-lhe a vontade, temos aqui um aumento de mais de 60%. Isto são valores de execução, Sra. Deputada. Para 2001 temos orçamentado 9,5 milhões de contos.

Pegando agora nas palavras do Sr. Deputado Duarte de Freitas, uns ganham eleições por aquilo que fizeram, pelas inaugurações que fizeram. Outros perderam-nas também por aquilo que fizeram.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Jovem Deputado Duarte Freitas:

Quero-lhe dizer que, de facto, já sou velho de cabelos brancos e sei muito bem o que é um aparte e porque sei o que é um aparte, só que lhe quero dizer o seguinte aparte:

Se a memória não me falha o Partido Socialista existe desde 1973. Foi criada para aí uma tal Constituição que ontem aqui fizemos a comemoração dos seus 25 anos e a partir daí foi obrigatório fazer algumas contas dos partidos e o meu partido não tem memória de não ter apresentado contas e até ao momento tenho a memória de ainda não ter sido condenado pelo Tribunal de Contas para pagar nenhuma coima nas suas campanhas que tem feito.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Isso é um aparte?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostava de fazer aqui referência a algo que foi dito e que me deixa preocupado.

O Sr. Secretário da Agricultura ao iniciar a sua última intervenção referiu-se como sendo uma questão séria a colocada pelo PCP. Acho que essa distinção feita aqui do que são questões sérias e questões não sérias, é reveladora duma postura que alguns já conhecem e outros começam a aperceber-se e que, de facto, penso que devia ser corrigida.

Em relação à questão do matadouro, todas as explicações que foram aqui dadas ainda não me esclareceram e penso que nem à maioria da minha bancada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É para amanhã!

O Orador: O que é certo é que para o matadouro da Ilha Terceira, durante 4 anos, estão previstos 325 mil contos. Para o matadouro de Ponta Delgada, já inaugurado - e parece que foi, porque não foi desmentido - gastaram 1.800 mil. Não percebo, expliquem-me qual é o critério? É de interpretação? Como é que se interpreta duas questões com distintos critérios de apresentação? Se me dizem que relativamente ao matadouro da Terceira estão previstos os 15% e para S. Miguel estão previstos os 100%, expliquem. Não percebemos!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Eu explico-lhe, Sr. Deputado, 10 vezes se for preciso. Você não percebe nada à primeira.

O Orador: Qual é o preço global da obra do matadouro de Ponta Delgada? Não quero saber de facturas, quero é saber o preço final do matadouro de Ponta Delgada.

Outra questão relativamente ao matadouro da Terceira.

O Sr. Secretário Regional referiu aqui que a obra vai iniciar-se ainda este ano. A respectiva resolução do Governo apresenta como prazo de execução da obra 18 meses. O PMP prevê verbas em 2002. Em que é que ficamos? Quando é está pronta a obra?

Gostaria que me esclarecesse sobre esta matéria.

Relativamente a portos de pesca o Plano prevê para a ilha Terceira 52.500 contos em 2001; 16.500 contos para 2002; 22.500 para 2003; e 7.500 para 2004. Gostaria de saber quais são, efectivamente, os portos que vão ser intervencionados na ilha Terceira?

Era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas dois esclarecimentos dirigidos ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

O Sr. tentou mas não creio ter conseguido, sobretudo para a boa inteligência, esclarecer tudo a respeito do matadouro de S. Miguel, mas devo dizer-lhe que fazendo um esforço, e creio que tem esse dever, de humildade e até de solidariedade com o anterior Governo e designadamente com o anterior Secretário dessa área, deveria conhecer que foi dito pelo Sr. Secretário de então, em relação ao matadouro de S. Miguel, o seguinte:

“Não estou disposto a investir dinheiro para depois prestar um mau serviço e mais tarde fazer reparações e incorrer em custos a mais”.

Acabou o Sr. de revelar que afinal esses 1,8 milhões de contos previstos, são para trabalhos a mais, entretanto num investimento já inaugurado.

Mais ainda: A concepção e construção desta obra foi da competência e da exclusiva responsabilidade do Governo do Partido Socialista.

Dizia então o Sr. Secretário responsável pelas obras públicas, José Contente, o seguinte:

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que é o mesmo, para mal dos vossos pecados!

O Orador: Que é o mesmo.

Não tenho pecados!

“Excelência de projectos, condição “sine quo non”. A obra ficará mais onerosa, mesmo antes de começar, se não se optar por obras públicas com base nestes vectores fundamentais. Excelência administrativa, fiscalização mais rigorosa, qualidade nos materiais”. Aonde é que se aplicou qualquer destes vectores, designadamente nesta obra?

Este assunto não ficou esclarecido, nem pelo Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, nem por nenhum deputado da bancada do Partido Socialista e creio que vai ser difícil esclarecer.

Apenas num exercício de humildade deveria reconhecer que correu mal, não foi bem feito, foi inaugurado apressadamente e hoje ainda é preciso fazer muito mais. Vão gastar-se, pelo menos, mais 1,8 milhões de contos nos próximos 4 anos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Numa obra já inaugurada.

O Orador: Temos mais, Sr. Secretário Regional:

Que destino vão ter ou estão a ter neste momento as águas residuais a sair da ETAR do matadouro. Naturalmente a excelência do projecto teve com certeza em conta este cuidado.

Sr. Secretário, outra dúvida:

Não sei se está ao corrente ou não, mas a Câmara Municipal de Ponta Delgada deliberou na sua reunião de Segunda-Feira solicitar alguns esclarecimentos ao Sr. Secretário sobre a perigosidade das vísceras dos animais sob suspeita de BSE...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Isso foi ontem!

O Orador: ... e se o tratamento que é dado até ir para a lixeira não oferece qualquer risco. Entretanto, até ter estes esclarecimentos vai suspender a recepção dessas vísceras na lixeira de Ponta Delgada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É um acto de grande responsabilidade.

O Orador: Sr. Secretário, o que é que se lhe oferece esclarecer sobre esta matéria?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É apenas uma questão que eu gostaria de colocar directamente ao Sr. Secretário Regional.

Pareceu-me ouvir dizer e, aliás, isto é do conhecimento público, que neste momento em S. Miguel já é possível fazer o teste rápido à BSE.

O Sr. Secretário referiu a futura existência na Terceira. Ontem um dos Srs. Deputados do Partido Socialista referiu, e a comunicação social também referiu, que os testes rápidos seriam extensivos no futuro ao Grupo Central e às Flores.

Gostaria de perguntar o que é que se prevê ou qual é a ideia, se é que o governo tem alguma ideia concreta, da altura em que os testes rápidos irão ser feitos nesses locais onde vão ser implementados?

Por outro lado, todos nós sabemos dos inconvenientes e dos prejuízos económicos que tem sido a impossibilidade dos agricultores abaterem, de acordo com a intervenção, os novilhos inteiros e por isso mesmo gostaria de perguntar que mecanismo é que está criado no sentido dos agricultores das 8 ilhas, com excepção de S. Miguel, onde não é possível ainda fazer o teste rápido e que pretendam abater novilhos com mais de 30 meses, qual é o mecanismo que está gizado no sentido de que esses agricultores possam entrar com essa carne no mercado de carne, até porque estamos a aproximar-nos das festas do Espírito Santo e em todas as nossas ilhas vai haver solicitação dos touros com mais idade e das vacas e penso que terá que se equacionar a possibilidade desses abates, porque isso valorizar o produto de venda dos agricultores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte de Freitas.

Deputado Duarte de Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco de Sousa que não está cá e que apesar de ter cabelos brancos como eu, tem muito mais idade parlamentar do que eu e certamente experiência parlamentar também.

Devo dizer-lhe que não negou, como não podia fazer, o aparte que eu aqui comentei.

O Sr. disse concretamente que a obra do matadouro de Ponta Delgada tinha sido inaugurada 15 dias antes das eleições e que se tinha gasto aquelas verbas em trabalhos a mais e que estão a ser pagas agora, por medidas para ganhar votos. O Sr. disse isto e não o negou. Falou em algo que devo dizer-lhe sinceramente que não sei o que é.

Eu sei o que foi que o Sr. disse quando fez o aparte, agora não sei o que é que o Sr. quis dizer quando falou em voz alta.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como fui citado, e muito bem, das palavras que aqui proferi, noutras funções, sobre o matadouro de Ponta Delgada, tenho a esclarecer a Câmara que os trabalhos a mais – não posso precisar ao centavo porque não tenho o dossier comigo e a minha memória não chega a tanto – são grosso modo 790 e tal mil contos e correspondem aos seguintes trabalhos a mais:

Transformação do programa inicial que era a de ter uma unidade de produção de farinhas dentro do matadouro numa inceneradora e que tem a ver com o cumprimento da legislação que veio a ser actualizada no seguimento da questão da BSE e, portanto, aí as palavras que proferi na altura estão perfeitamente adequadas, ou seja, os trabalhos a mais são justificados. Não faria sentido acabar o matadouro no meio do desenvolvimento duma crise da BSE, com legislação, e não fazer a actuação necessária.

Portanto, eu penso que os Srs. Deputados concordarão que são trabalhos a mais bem feitos e, aliás, esses trabalhos a mais no que respeita à inceneradora – a inceneradora entrou agora em testes – foi dito na altura da inauguração que não estava pronta, porque não podia estar na altura.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O problema não é não estar pronta, é ter sido inaugurada.

O Orador: Deixe-me acabar se faz favor.

Depois houve também uma outra reformulação ao programa do matadouro que tem a ver com ritmos das linhas. Os ritmos iniciais previstos não eram suficientes para resguardar as necessidades

futuras de abate. Portanto, houve alteração e, de facto, houve aumento da capacidade das linhas. Não lhe posso citar agora de memória qual foi a alteração, mas é uma alteração significativa. Basta dizer que a capacidade prevista no programa inicial, que vinha do anterior governo, se limitava à capacidade que já existia no matadouro antigo. Neste momento a capacidade instalada é várias vezes superior ao matadouro antigo.

Existe ainda um terceiro grupo de trabalhos a mais que têm a ver com injecções de cimento nos terrenos. Se os Srs. Deputados não sabem, houve um primeiro estudo geotécnico que foi encomendado ainda antes do lançamento do concurso.

Entendeu-se por bem, já depois de adjudicada a obra, voltar a encomendar um estudo, porque havia dúvidas sobre os resultados e pagou-se mais por esse estudo.

Mesmo assim, mau grado se terem feito dois estudos, um antes que foi da responsabilidade do anterior governo e outro que eu assinei e tive responsabilidade nele, surgiram imprevistos em obras, ou seja, a composição do terreno era, de facto, irregular, havia locas e houve necessidade de fazer injecções de cimento e isso foi feito. A obra ficou feita e está bem feita.

Do ponto de vista técnico, quem programou, fiscalizou e acompanhou a obra foi capaz de o fazer e fê-lo com competência.

Portanto, não tenho vergonha de dizer aqui que se gastou mais 790 mil contos para que a obra ficasse bem feita.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Num aparte o Sr. Secretário da Agricultura disse que eu era da educação e devia ter acrescentado que eu tenho educação e por isso delicadamente vou fazer-lhe uma pergunta, na expectativa de que não diga que a resposta é para amanhã.

A pergunta é esta: Quanto vai custar o matadouro de S. Miguel?

O Sr. não sabe e por isso não diz ou não diz porque sabe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa. Recordava que estamos a tratar de agricultura e pescas e não de contas de campanhas eleitorais.

Deputado Francisco de Sousa (PS): É para esclarecer o Sr. Deputado Duarte Freitas que fez um pedido de esclarecimento.

Presidente: Permito-lhe esse esclarecimento, porque foi interpelado nesse sentido, mas estamos a tratar de agricultura e pescas.

Deputado Francisco de Sousa (PS): E eu dentro da agricultura e pescas tentarei responder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas está ausente da sala, mas respondendo à questão que me pôs direi que no caso do matadouro de Ponta Delgada é uma obra que o Partido Socialista fez, que gostou muito de fazer, que inaugurou para efeitos de campanha e vai fazer muitas mais para efeitos de campanha, porque nós estamos aqui para servir os açorianos.

Se essa obra coincidir, quer na sua inauguração, quer no lançamento da primeira pedra, quer na sua execução,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto está lindo!

O Orador: ... com qualquer campanha – e vamos ter campanha para as autárquicas daqui a dias, depois vamos ter para o Parlamento Europeu, a seguir para a Assembleia da República, depois para a presidência da República – será feita na mesma, porque nós estamos a trabalhar para os açorianos e não estamos a trabalhar só para alguns açorianos ou para alguns, muito poucos açorianos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Há pouco era por causa da campanha, agora é coincidência.

O Orador: Estamos a trabalhar para todos e se coincidir com qualquer campanha eleitoral não vai deixar de ser feito.

Agora, tenho muito gosto, Sr. Deputado Duarte Freitas, em dizer-lhe que o Partido Socialista faz a sua campanha eleitoral com as verbas que tem. Não precisa de verbas da agricultura ou das pescas para fazê-la e tem aquelas a que por lei tem direito e há-de utilizá-las bem e tem-no feito.

Neste sentido estamos à vontade, porque não utilizamos nenhuns dinheiros indevidos e as nossas

contas têm ido para o Tribunal de Contas e têm sido visadas e não temos tido, até ao momento, qualquer queixa desse órgão de soberania nas nossas campanhas.

Portanto, vamos continuar a fazer campanha, quando chegar a altura, com os dinheiros que temos. Os dinheiros públicos são para utilizar no bem público.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ora, ai está!

O Orador: Se isso coincidir com qualquer campanha, com qualquer acto eleitoral, há-de coincidir, mas vai coincidir internamente e não é por causa disso que nós vamos deixar de fazer obras, de fazer um PMP, fazer um Plano para 2001.

Porque há eleições autárquicas em 2001, não vamos deixar de inaugurar nem vamos deixar de lançar as primeiras pedras.

Não sei se está esclarecido ou não. Se não estiver eu desta vez não tenho mais tempo para o esclarecer.

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso é que é andar para trás!

O Orador: Não, é para a frente.

Presidente: Foi, de facto, necessário um enorme esforço por parte da Mesa para enquadrar essa intervenção em agricultura e pescas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Continuando nos esclarecimentos que me são solicitados relativamente ao matadouro de Ponta Delgada, Sr. Deputado Bolieiro, não vou tecer mais considerações. Três minutos não são suficientes para continuarmos a discutir um tema que considero encerrado e que já convidei um colega da sua bancada a visitar os serviços próprios e pedir, se quiserem, as facturas, os recibos e tudo isso vos será fornecido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é preciso as facturas, só queremos saber o preço.

O Orador: Por isso é que eu digo que é preciso distinguir coisas sérias de coisas não sérias, ou seja, o Sr. Deputado Clélio Meneses sabe perfeitamente que não é possível eu dizer-lhe em pormenor quais são as obras realizadas ou não, porque não é para isso que um Secretário Regional existe.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não perguntei isso. Eu perguntei qual era o critério e os custos. Foi só isso.

O Orador: O Secretário Regional existe para definir políticas, para vos dar respostas a objectivos políticos, para transmitir as suas orientações, para responder às vossas perguntas.

Há figuras regimentais para pormenorizadamente perguntarem aos membros do Governo aquilo que os Srs. quiserem para nós nos prepararmos. Isto é só para facilitar, porque nós respondemos.

Os Srs. no Plano a Médio Prazo e no Plano para 2001 perguntam-me qual foi o recibo ou a factura do matadouro de Ponta Delgada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém perguntou isso.

O Orador: Era preciso que eu aqui trouxesse todos os recibos e todas as facturas de todos as obras que esta Secretaria tem e todos os meus colegas trouxessem das obras deles.

Olhe, como convenhamos, há limites para tudo e nessa “carrioneta” eu não vou.

Portanto, estamos esclarecidos quanto a esta matéria.

Relativamente à questão do Sr. Deputado Paulo Valadão que falou dos testes rápidos e dos laboratórios.

De facto existem dois, um foi inaugurado à semana passada em S, Miguel, o próximo será inaugurado na próxima semana na Ilha Terceira e há, de facto, a intenção de construir mais dois. No imediato não lhe posso é dizer a data em que isso vai ser feito, porque quando foi destes dois nós encomendamos os equipamentos por volta de Novembro ou Dezembro e só chegaram a meados de Março e, portanto, há, de facto, uma procura imensa desses equipamentos e não lhe posso dar datas certas, agora o que lhe posso dizer é que os equipamentos estão encomendados para podermos instalá-los. Isso é uma questão lógica. As Flores, como sabem, infelizmente, têm problemas de tempo, de aviões, de celeridade às vezes, porque há dois ou três dias em que não há avião e é preciso necessariamente ter lá um equipamento desses a funcionar.

Portanto, aquilo que está preparado é para que, por via electrónica, ou seja, um “modem” instalado

no matadouro das Flores, isto para dar resposta já ao Espírito Santo e aos abates com mais de 30 meses nesse período, através de correio electrónico vamos tentar dar a resposta dentro do prazo de 24 horas. Isto para todas as ilhas e relativamente aos dois laboratórios que estão construídos e que o de Ponta Delgada já funciona e o da Terceira entrará em funcionamento a partir do dia 7 de Abril. Relativamente às festas do Espírito Santo também devo aqui dizer, a talho de foice, que foram abolidas as taxas para o Espírito Santo...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não tem tempo para explicar o que é preciso, mas para isso tem.

O Orador: ... porque se trata duma festa de solidariedade social e, portanto, estão isentas de qualquer taxa de abate. É uma questão que também fica esclarecida para o Espírito Santo em concreto.

No que diz respeito às análises elas são solicitadas e tem que mandar o tronco cerebral que é analisado na Terceira ou em S. Miguel conforme mais facilmente o avião poder transportar.

Como sabe, tem de haver um período de 2 a 3 dias para descanso da carne e tudo tem que ser feito nesse espaço de tempo.

Se tivermos, infelizmente, o azar para as Flores neste período, não tenho outro meio de resposta que não seja este que acabei de lhe dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, o Sr. continua sem responder quanto vai custar o matadouro de S. Miguel? O Sr. das duas uma: ou não sabe e por isso não diz, ou não diz porque sabe.

Já que não consegue fazer o debate em questões na especialidade, ao menos na generalidade responda, na ordem dos milhões, quanto custou o matadouro de S. Miguel?

Deputado Hernâni Jorge (PS): 3 milhões de contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Lamentavelmente o Sr. Secretário continua a insistir numa pretensa habilidade intimidadora para criar as questões.

(Risos da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Muito bem! Se está a fazer um esforço, está a conseguir.

O Orador: Todas as questões que foram aqui pretensamente colocadas e com a habilidade que lhe é reconhecida tenta fugir às questões e das três questões que lhe coloquei nenhuma delas mereceu resposta.

Percebi que há uma relação privilegiada com as perguntas do PCP, no entanto todos somos deputados e penso que devemos merecer a mesma atenção por parte do Governo Regional.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vou repetir novamente as questões que lhe coloquei, porque talvez não tenha percebido. Qual o critério que distingue a forma como estão previstas as obras no matadouro da Terceira e estiveram previstas no matadouro de S. Miguel? Não foi respondida.

O Sr. Secretário sabe, já disse aqui, que a obra do matadouro da Terceira começa este ano e eu perguntei: Estando prevista a execução da obra em 18 meses, e existindo verbas no PMP para 2004, quero que me diga quando prevê a conclusão da obra?

Relativamente aos portos da Terceira o PMP prevê genericamente um montante e a minha pergunta foi a seguinte: Quais são os portos que efectivamente vão ser beneficiados por esse investimento?

São perguntas simples e penso que merecem resposta simples. Se não as tem para dar, diga.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra.

e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente apenas para dar nota de que fez bem o Sr. Deputado Fernando Lopes em ter esclarecido o que esclareceu, aliás, num exercício de honestidade e até de preocupação séria em esclarecer o que era possível nas suas circunstâncias actuais, como deputado e não como membro do Governo, em esclarecer como esclareceu e por isso fica este registo.

Por outro lado, Sr. Secretário Regional, fica também o registo que o Sr. não se confortou no esclarecimento que o seu antecessor fez, mas também não esclareceu,...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Então não esclareci!

Orador: ... porque o Sr. Deputado Fernando Lopes falou de 790 mil contos e estamos a falar, no Plano e no Orçamento, numa previsão de 1.800 mil contos. Portanto, mais do dobro.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Ele disse mais ou menos.

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Clélio Meneses (PSD): O rigor é esse, Sr. Secretário.

O Orador: Mas mais, Sr. Secretário:

Pela consideração institucional e pessoal que lhe tenho, Sr. Secretário Ricardo Rodrigues, não é tão difícil esclarecer o destino das águas que neste momento estão a ter ou que poderão vir a ter, porque isso também envolve uma preocupação ambiental, da qual o Sr. também teve responsabilidades no anterior Governo. É preciso esclarecer isso para tranquilidade de todos.

Depois, antecipando, já que não tinha a informação dessa deliberação da Câmara Municipal, que medidas tem para resolver este problema? São problemas sérios, preocupantes e exigem acção imediata. Faça este esforço de humildade para se confortar no primeiro esclarecimento do Sr. Deputado Fernando Lopes e de respeito institucional para que a gente possa ter resposta. Com certeza que isso envolverá um esforço pela sua parte, mas responda, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para o seguinte esclarecimento:

Convém recordar que no âmbito do II QCA os matadouros eram considerados projectos de investimento com valor económico, logo apenas 50% de fundos do FEOGA.

Houve necessidade, porque este Governo entrando a meio do II QCA, recebeu os fundos do FEOGA quase todos comprometidos, de orçamentar a 100% as obras do matadouro de Ponta Delgada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu só perguntei isso. Agora estou esclarecido, mas o Sr. Secretário não respondeu

O Orador: No âmbito das negociações do PRODESA, que foi uma grande vitória deste Governo e convém aqui realçá-lo, as obras dos matadouros passaram a ser consideradas projectos públicos cofinanciados em 85%, daí que não tenha havido necessidade de orçamentar mais de 15% para o matadouro da Terceira.

Srs. Deputados, isto é tal simples quanto isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgava, na minha humildade, que qualquer um dos Srs. Deputados, olhando para a estrutura de financiamento de cada uma das rubricas e dos programas do Governo ou deste Plano, chegava à conclusão efectiva daquilo que disse o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Portanto, basta olhar para lá e não tenho que justificar minuto a minuto aquilo que o Sr. acha que eu devo justificar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu já percebi isso, Sr. Secretário. Responda às outras 2 questões.

O Orador: Basta que eu lhe diga que olhe para a estrutura de financiamento e facilmente verificará a diferença.

Em resposta à questão dos portos, Sr. Deputado Clélio Meneses, na estrutura de financiamento relativamente a portos, voltamos a ter exclusivamente 15%, matéria que já dissemos várias vezes. Depois temos ainda mais 400 mil contos na LOTAÇOR.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu só perguntei quais são.

O Orador: Está bem, mas eu estou a responder-lhe genericamente aos portos. Já tive oportunidade de responder por escrito a essa pergunta à bancada do PSD.

Relativamente a portos da Terceira também já foi feito um requerimento por um Deputado da ilha Terceira e essa questão foi também respondida expressamente.

Portanto, os Srs. querem é saber particularismos e eu respondo a questões genéricas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não são particularismos. Um porto de pesca é um particularismo?

O Orador: Sr. Deputado Bolieiro, relativamente às águas residuais do matadouro, isso é preso por ter cão e preso por não ter, ou seja, os Srs. não inauguram o matadouro, ele não está a trabalhar, que tratamento é que temos que fazer se o matadouro não está a trabalhar nem a funcionar. Sr. Deputado, se o matadouro não está a funcionar, obviamente que a estação de tratamento também não está a funcionar, logo não tenha nenhum problema com a estação de tratamento. Se calhar vamos ter, mas lá chegaremos. Neste momento o que é que quer que eu lhe diga das águas residuais do matadouro que não está a funcionar?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Para onde é que elas vão?

O Orador: Obviamente que eu não lhe posso dizer nada, ou seja, não vale a pena insistir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Duas perguntas muito breves por limitações de tempo, naturalmente.

Em primeiro lugar gostaria de saber, uma vez que passados 4 anos não foram realizadas nenhuma obra nem tão pouco lançada a primeira pedra do matadouro da ilha Terceira, quando é que se prevê a homologação do actual matadouro?

Também gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional, na medida em que fui questionado há poucos dias por empresários do comércio de carnes, o seguinte: foi-me dito que ter-se-ia verificado, por razões de falta de equipamento de frio, danos graves em carne de vaca e carne de porco, carnes estas que foram para a lixeira. Naturalmente que eu não tinha qualquer informação para prestar a esses empresários e disse-lhes que no local próprio, no Parlamento, iria questionar o Sr. Secretário Regional. Queira pois prestar-nos estas duas informações.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Infelizmente continuo a não ter respostas.

Sei que o Sr. Secretário não sabe quais os portos que vão ser intervencionados na Terceira e a outra nem sequer me respondeu.

Gostava de saber quando é que prevê a conclusão do matadouro industrial da ilha Terceira?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que Sr. insiste muito, vamos a isso:

Paia da Vitória - melhoramento das condições do abrigo da bacia, construção do edifício da DRP, armazém de grossistas, vedação do porto de pescas.

Biscoitos – Consolidação e alargamento do molhe e limpeza dos fundos.

Vila Nova – Melhoramento do porto.

Está esclarecido? Quer mais da Terceira? Está aqui as obras todos concretas sobre essa matéria.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu só perguntei quais eram os portos.

É só Biscoitos e Praia. Tanto tempo para dizer isso.

O Orador: Eu já disse que se os Srs. Deputados resolvem fazer perguntas minuciosas a cada um de nós, não vai restar tempo. Nós estamos aqui para responder a todas as questões, mas as de pormenor

poupem-nos. Perguntem qualquer coisa que a gente informa sempre. Não há problema nenhum em esclarecer.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que acaba o matadouro?

O Orador: Sr. Deputado Bento Barcelos, desconheço em concreto a situação que me coloca. Posso mandar averiguar, porque não sei do que é que está a falar. É uma situação muito concreta Também é um bocado complicado que o Sr. me pergunte se a carne congelada de um abate e não sei mais quê, quando estamos a discutir documentos estruturais para os próximos 4 anos.

Agora se a carne congelada do matadouro foi para a lixeira eu não sei, mas só para corrigir digo-lhe que a Terceira, felizmente, tem aterro sanitário e não lixeira,

Se o matadouro é homologado, desconheço essa designação. O matadouro está legitimado para abater animais e, portanto, pode abatê-los em qualquer circunstância. Naturalmente que o Sr. Deputado querará perguntar sobre a desmancha da carne que a Terceira não tem neste momento, pelo menos o matadouro que é público não tem e por isso mesmo não lhe posso responder. Não tem homologação porque não tem a desmancha. Agora, para abater animais o matadouro da Terceira está perfeitamente adaptado e legal para o fazer. É o que tem feito nos últimos tempos.

Em todas as ilhas, todos os matadouros estão legalmente a funcionar para abater animais.

Portanto, o problema que existe são os matadouros novos que tem a ver com outras condições a jusante do abate e essas são outras mais valias que a Rede Regional de Abate vai conter.

Penso que respondi a todos o Srs. Deputados:

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que pensa acabar o matadouro?

Presidente: Srs. Deputados, desculpem eu ter que intervir aqui, mas tem de haver alguma disciplina no debate.

O Sr. Secretário está a prestar esclarecimentos e os Srs. Deputados estão sucessivamente a fazer perguntas “of record”. Os Srs. Deputados inscrevam-se e formulem de novo as perguntas, porque assim não pode ser.

Portanto, durante uma intervenção não pode aparecer sucessivas perguntas, porque se não nunca mais se sai daqui.

Neste momento está inscrito o Sr. Deputado Clélio Meneses para esclarecimentos. Tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou a ser um bocadinho maçador, mas estou desconfiado que o Sr. Secretário gosta de me ouvir, porque perguntei-lhe já por três ou quatro vezes o seguinte: Quando é que prevê a conclusão do matadouro da Ilha Terceira? É esta a pergunta pura e simples.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Resposta curta e rápida.

Concurso aberto, propostas ainda não recebidas. Conclusão das obras depende do concurso.

(Risos da bancada do PSD)

Deputada Berta Cabral (PSD): Quer dizer que não tem caderno de encargos.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): O Plano é indicativo, toda a gente sabe disso.

(Voz inaudível do Sr. Deputado Joaquim Machado)

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): O Sr. só sabe de educação e mesmo assim...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais do que o senhor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu pareceu-me que V. Exa. disse que a homologação do matadouro dependia da desmancha ou de terem acautelado a desmancha e que os matadouros em funcionamento neste momento na Região estão todos legalmente a funcionar. Não duvido, mas não estão nem são homologados, porque efectivamente um matadouro pode funcionar, pode estar homologado desde que satisfaça todos os requisitos da Portaria 740/99, se não me falha a memória, e não tem que ter incluída a desmancha no matadouro para poder ser homologado e ser aprovado na Comunidade Europeia.

Gostaria que me esclarecesse se realmente a ideia é essa?

Presidente: Srs. Deputados, não há mais pedidos de esclarecimento.

São 18 horas e 20 minutos, vamos fazer um intervalo de meia hora.

(Eram 18 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 19,00 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para apreciação e posterior votação temos, em cima da mesa, as Propostas do Plano a Médio Prazo 2001-2004 e as do Plano e Orçamento para 2001, que depois de aprovadas, por esta casa, serão a pedra basilar da gestão do Governo Regional para os próximos quatro anos; condição, por si só, suficientemente importante para os legítimos representantes do Povo dos Açores conduzirem o seu debate, sobre esta matéria, com a responsabilidade que se impõe.

Sem mais delongas, entro no cerne da minha intervenção, abordando um sector de relevante importância para a nossa Região. Trata-se das Pescas e, no alinhavar destas minhas palavras tive o cuidado de não só equacionar, o Programa do Governo (recentemente aprovado por esta Assembleia) mas ainda efectuar uma aportação ao Plano de Médio Prazo, da responsabilidade do último executivo laranja, tão só por ter a consciência de uma constante mutação que se tem vindo a verificar na área das pescas. Todavia, devo dizer que na abordagem ao último documento, atrás referido, (P.M.P.1993 - 1996) recordei que, (contrariamente à boa gestão e nomeadamente à importante planificação que se exige dos dinheiros públicos) previu, para o sector das pescas um investimento de 4.534.000 contos, dos quais 4.093.456 contos corresponderam a verbas não desagregadas ou seja, o saco laranja representou, nesta matéria, mais de 90%, testemunho óbvio de uma falta de planeamento de médio prazo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Pescas têm vindo a representar 60% do total das nossas exportações mas, se é certo que a nossa Zona Económica Exclusiva (consagrada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, já em Dezembro de 1982) abrange uma área, aproximadamente 938.000 de quilómetros quadrados, não menos verdade é o facto da sua topografia não favorecer o desenvolvimento, em larga escala, de espécies demersais. Sabemos que desse mar imenso só 0,4%, ou seja 3.500 quilómetros quadrados correspondem à nossa plataforma continental, consequência do relevo vulcânico acidentado das Ilhas, à existência de profundas fossas submarinas e de bancos dispersos. Estas condicionantes são incompatíveis com a intensificação do esforço da pesca tradicional, e poderia criar danos irreversíveis ao nível das espécies demersais, se o Governo não estivesse, efectivamente, atento a esta problemática. Temos a noção de que os nossos tradicionais bancos de pesca não suportam a actividade piscatória que se verifica há várias décadas e infelizmente é uma certeza a desmesurada exploração dos stocks, facto que nos sujeita também às imposições comunitárias sobre as capturas máximas permitidas a cada um dos Estados-Membros.

Não apenas pelas razões atrás referidas, já foi criada a Inspeção Regional das Pescas e a presente Proposta de P.M.P. 2001-2004, prevê os necessários meios humanos e materiais, não esquecendo a criação das suas respectivas infra-estruturas. Este projecto designado por “Inspeção e Gestão”

contempla um investimento de 850 000 contos do ORAA e 97.500 contos de financiamento comunitário. No âmbito da fiscalização das pescas serão encontradas novas e mais eficazes formas para um maior controlo da nossa ZEE, muitas vezes procurada por frotas de outras regiões ou nacionalidades que encontram nos Açores um elevado manancial pesqueiro.

Para o mesmo fim o Governo Regional continua a apostar na instalação dos sistemas de fiscalização (SIFICAP) e monitorização da frota por satélite (MONICAP), todavia sem prescindir da colaboração da Força Aérea Portuguesa e da Marinha de Guerra pois, a nossa ZEE com quase um milhão de quilómetros quadrados é bastante vulnerável ao apetite das frotas estrangeiras. Tem chegado ao nosso conhecimento o esforço, com resultados positivos, que o Executivo Regional tem feito junto das autoridades nacionais competentes nesta matéria, por forma a aumentar os meios navais e aéreos, bem como um maior número de horas de operação nas missões de fiscalização, com vista à defesa dos nossos recursos pesqueiros, sendo certo que no ano de 2001 haverá um acréscimo de 50% do número de horas de fiscalização em relação a 2000.

Ao nível da investigação estão dotadas verbas para acções do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores e da gestão das unidades navais de investigação (navio Arquipélago e a lancha Águas Vivas). Estas embarcações continuarão a desempenhar um papel importante na componente científica das Pescas e na experimentação de novas tecnologias pesqueiras, por forma a conhecermos melhor os nossos recursos piscatórios. Lembremos que o sector das pescas, como acima referi, está em permanente mutação, tanto é que a situação de crise de muitos stocks tradicionais, ao nível mundial, já arrastou para a ruína muitos investidores que se deixaram levar por uma visão conservadora sobre esta matéria. O Governo evidencia, neste P.M.P., respostas rápidas para o sector e, por ter consciência no respeito que se impõe às Capturas Máximas Permitidas, aos Estados Membros, em consonância com os pescadores, acabou de definir um limite máximo para a pesca de goraz nos Açores, na ordem das 1.400 toneladas. Ainda baseado nestes pressupostos o Executivo Regional também promoverá, em colaboração com o DOP e armadores, experiências dirigidas a novos recursos, sobretudo de profundidade. A título de exemplo refiro os testes recentes e, com dados positivos da pesca do peixe espada preto, existindo já em Santa Maria um fábrica de filetagem desta espécie que, certamente promoverá uma nova pescaria sustentada.

Acredita-se também que a exploração (já em pequena escala) de alguns crustáceos com referência para a sapateira, caranguejo real e camarão serão também recursos abundantes e praticamente inexplorados.

É assim que este Governo acredita que o futuro das pescas, nos Açores, também passa pelos cerca de 95% de extensão dos nossos mares ainda inexplorados, ou seja, na exploração de espécies de profundidade.

Para a consecução deste objectivo e criação de melhores condições de trabalho aos pescadores, as Propostas em discussão garantem a continuidade no apoio a aquisição de novas embarcações e modernização das existentes, estando previstas verbas significativas, (600.000 contos do ORAA) para o suporte dos apoios financeiros necessários ao pagamento de bonificação de juros e subsídios a fundo perdido das respectivas candidaturas, no âmbito do PRODESA que por sua vez atribuirá, para este mesmo projecto, 4.892.890 contos, existindo para além disso outro financiamento Regional/Nacional de 3.161.000 contos.

Esta disponibilidade financeira não só irá melhorar a frota local, em todas as Ilhas, garantindo meios de subsistência a pequenas comunidades piscatórias (que desempenham um papel importante no abastecimento do mercado local e também contribuem para a exportação) como também permitirá melhorar e substituir palangreiros e atuneiros, por forma a poderem operar em melhores condições na nossa ZEE.

O Programa n.º 6 – MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS engloba os projectos n.º 6.2 - “Transformação, Comercialização e Cooperação externa” que, dotado com 1.050.000 contos do ORAA visa apoiar as organizações de produtores do sector e o estabelecimento de protocolos de cooperação com os PALOP’s, nomeadamente com vista ao alargamento da área de actuação da frota atuneira regional. Para este projecto prevê-se, ainda, um financiamento de fundos comunitários de 340.000 contos.

O projecto n.º 6.3 apresenta-se com a importância de 270.000 contos do ORAA e 714.761 contos de

financiamentos comunitários para investir em recursos humanos com particular destaque para a formação profissional que dispõe de 190.000 contos.

Em termos de meios materiais regista-se já a existência de uma unidade móvel de formação capaz de simular os mais importantes equipamentos de uma ponte de comando e muito recentemente, por ocasião da última Semana das Pescas, assistiu-se à cerimónia do “bota a baixo” de uma embarcação também para o apoio prático da formação profissional. Meios que permitirão continuar a política de descentralização da formação.

Considerando a formação de pescadores e empresários, de capital importância para o suporte da pesca, em particular a do atum, urge reforçar a consciencialização de que a união entre armadores e a alteração de alguns hábitos de pesca relativamente aos pescadores, são uma necessidade crucial que não pode ser protelada. Não podemos esconder uma crise que existe ao nível da pesca industrial e por esse facto todos os factores coadjuvantes são imprescindíveis para uma maior rentabilidade do sector.

É preciso apanhar mais atum porque as capturas, infelizmente, tem sido 1/5 do patamar que se anunciou na década de oitenta!

A situação com que nos deparamos nos Açores, ao nível desta pesca, é deveras preocupante. Sabemos quanto é importante para a nossa Região a indústria conserveira (um pescador que apanhe peixe garante, pelo menos, cinco postos de trabalho em terra) e a nossa conserva de atum tem qualidade reconhecida internacionalmente, nomeadamente no mercado Italiano, sendo certo que não tememos a competição de conservas de peixe de pior qualidade oriundo de outros países, com referência para a América Latina.

Eis a principal razão para mudança de algumas mentalidades que professam hábitos ancestrais!

É desejável que os nossos atuneiros se tornem numa frota coesa e muito solidária entre si, sem esconder que a sua qualidade e autonomia estão subaproveitadas. Não faz sentido que tenhamos boas embarcações, com mais de 30 metros e mais de 500 KW/ unidade instalados para operarem durante cinco a seis meses do ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Projecto n.º 5.2. “ Estruturas Portuárias”, com uma previsão de 1.379.854 contos do ORAA e 3.597.506 contos dos fundos comunitários, permitirá a beneficiação, reparação e manutenção de cerca de 40 portos de pesca dos Açores, bem como a construção de casas de aprestos e de novas lotas. Serão ainda melhoradas as condições higio-sanitárias dos edifícios da lota já existentes, bem como de alguns entrepostos frigoríficos.

Este projecto também contempla a compra de gruas e equipamentos de alagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como acabei de demonstrar as Propostas que o Governo nos trouxe a esta Casa para discussão e aprovação, contemplam, na área das Pescas, um reconhecido esforço de investimento dirigido para três vertentes fundamentais: **frota de pesca, formação profissional e infra-estruturas** (de apoio às pescas e portuárias).

Pelo forte impacto sócio-económico que terão no sector estes três vectores de desenvolvimento são fundamentais para a modernização que se deseja na actividade piscatória da nossa Região.

Estou certo que o Governo traçou o melhor rumo para o sector das pescas, o que nos leva a sair tranquilos deste debate

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. membros do Governo:

Ao abordar alguns dos aspectos da proposta de Plano a Médio Prazo 2001/2004 relacionados com agricultura, gostaria de referir que, em minha opinião, este Plano a Médio Prazo não poderá deixar de ter em conta que as perspectivas de desenvolvimento da agricultura açoriana se encontram fortemente condicionadas. Por um lado, pela própria Política Agrícola Comum e pela sua reforma e,

por outro, pela situação conjuntural dos mercados, onde, no nosso caso, assume uma particular importância a limitação ao crescimento imposta pela quota leiteira e as consequências das dificuldades que se fazem sentir no mercado da carne, decorrentes da BSE.

Consequentemente, deverá procurar privilegiar-se a diversificação do panorama agrícola regional e o incentivo à qualidade dos produtos, a segurança do consumidor, a aposta em novos produtos, em novas formas de estar nos mercados, tudo com vista ao aumento da capacidade de penetração nos mercados e das vendas para o exterior, única forma de se caminhar no sentido do equilíbrio da nossa economia.

De facto, no Cap. 2 do Plano, Prioridades Estratégicas de Intervenção, surge um primeiro grande vector que parece dar satisfação a estes propósitos, quando visa “fomentar e diversificar a actividade produtiva regional”. E no que respeita especificamente à agricultura esta estratégia desenvolve-se, e passo a citar, “cimentando factores de diferenciação dos produtos regionais”, garantindo o “funcionamento eficaz dos sistemas de controlo em termos de manutenção da associação dos produtos regionais às condicionantes únicas em termos de produção de qualidade e ecológica”, “na conciliação entre a produção, a comercialização, a qualidade e segurança dos consumidores, com as exigências em matéria da preservação dos recursos e dos equilíbrios naturais”.

Porém, tudo se desvanece quando entramos no capítulo das estratégias sectoriais para a agricultura. Aqui, parece esquecer-se e passa-se ao lado dos propósitos atrás referidos, apresentando-se um Plano com a mesma estrutura, as mesmas medidas e as mesmas acções dos planos anuais anteriores. Nada de novo, portanto!

Em parte nenhuma se refere o que se espera do sector agrícola regional, designadamente:

- o papel social que para ele se pretende, sobretudo na fixação das populações no mundo rural, na criação de emprego e na ocupação de mão de obra, bem como no nível de rendimentos e de remunerações que se espera poder gerar;
- o peso que deverá representar no conjunto da economia;
- as metas que se pretendem atingir a médio e longo prazo nas suas diversas componentes;
- e, na decomposição dos diferentes vectores que o constituem, quais os que se deverão estimular, para que se possam atingir os fins em vista.

Facilmente nos apercebemos de que as linhas estratégicas sectoriais apresentadas no capítulo da agricultura estão longe das grandes linhas estratégicas do Plano, limitando-se a elencar um conjunto de afirmações que, tal como estão formuladas, podem ser confundidas com outras tantas medidas e acções.

Feitas estas considerações de ordem geral, passo a deter-me em alguns aspectos das designadas “principais linhas estratégicas para o sector agrícola” e nos objectivos para elas delineados.

Desde logo, refere-se a definição “de zonas destinadas à agricultura extensiva e ou intensiva”.

Sabemos que a tendência na UE e as exigências de protecção ambiental levam a que se caminhe no sentido da extensificação da produção. Por outro lado, deverá caber aos produtores, dentro dos parâmetros definidos na PAC, adoptarem os sistemas que julgarem mais convenientes para as respectivas explorações. Interrogámo-nos, portanto, sobre o significado prático de uma tal linha estratégica que implica à partida, julgo eu, o recurso a uma “carta de capacidade de uso dos solos” e de um “código de boas práticas agrícolas”. Será que vamos condicionar o sistema produtivo das explorações por esses critérios?

Logo a seguir, fala-se, e passo a citar, em “compatibilizar áreas de reserva agrícola com o natural crescimento urbano”.

Parece esquecer-se que vivemos em ilhas cujos solos constituem uma verdadeira manta de retalhos sob o ponto de vista geológico, e que a terra com boa aptidão agrícola deve ser intransigentemente preservada para esse fim. Para isso é que se definiu uma reserva agrícola. E, das duas uma: ou aquilo que foi classificado como reserva foi mal classificado e não teve em conta a correcta aptidão dos solos e um correcto ordenamento do território, - e neste caso, o que há a fazer é rever a reserva agrícola - ou então estaremos a negar o próprio conceito de reserva. Por isso me parece que deverá ser o desenvolvimento urbano a ser compatibilizado com a reserva e não o contrário, como parece pretender-se.

Propõe-se também apoiar o emparcelamento e a aquisição de terrenos, falando-se na redefinição de Unidade Mínima Agrícola. Não creio que alguma vez este conceito tenha sido definido, nem estamos a ver o alcance prático de tal desiderato, já que não encontramos qualquer suporte material para todas estas “linhas estratégicas”, quando analisámos os objectivos e as medidas propostas no plano.

Ainda a propósito de emparcelamento cabe abrir desde já um parêntese e referir muito em particular, a exiguidade das verbas destinadas ao SICATE, no valor de 145.000 contos no quadriénio, montante que nos faz duvidar da eficácia deste Programa. Não havendo mais nenhuma outra medida que vise a reestruturação fundiária, pergunta-se onde ficou a promessa do programa deste Governo de, e cito:

“Iniciar projectos nos perímetros de ordenamento agrário nas ilhas identificadas com maiores handicaps fundiários e naturais”.

Um outro exemplo do que me pareceu ser falta de consistência na estruturação do Plano consiste em se constituir como uma linha estratégica sectorial, cito, “construir e melhorar os caminhos de acesso florestal”. Mas, no que respeita às redes de caminhos de acesso às explorações agrícolas, estas não figuram nem na estratégia nem nos objectivos. Surgem, tanto quanto parece, consubstanciadas em duas medidas. A primeira referindo genericamente a construção e beneficiação de caminhos de acesso às explorações agrícolas, que julgamos corresponder à acção 1.1.2. Caminhos Agrícolas, do Programa Fomento Agrícola, com a dotação de 1 675 000 contos. A segunda, mais quantificada, referindo a regularização e conservação de 800 Km de caminhos rurais, a construção de 80 Km de novos caminhos e o revestimento betuminoso de 60 Km. Esta segunda medida parece corresponder à acção 4.2.1. Caminhos Rurais, do Programa Desenvolvimento Florestal, dotada com 1 850 000 contos no quadriénio. Sendo uma medida integrada no Programa de Desenvolvimento Florestal, será que estes caminhos ditos Rurais são os designados nas linhas estratégicas como caminhos de acesso florestal? Neste caso, e não pretendendo desmerecer nas necessidades da rede viária e dos acessos florestais, mas comparando as dotações inscritas nas duas medidas, pergunto se não será lícito interrogarmo-nos sobre se, na vigência deste Plano, não se estará a sub-avaliar as necessidades dos caminhos agrícolas. Ou será que caminhos agrícolas e caminhos rurais são uma e a mesma coisa, sendo a distinção resultante apenas de estarem integrados em acções a cargo de Direcções Regionais diferentes e, se assim for, a verba destinada em conjunto à rede viária agrícola passará a ser de 3.525.000 contos?

De qualquer modo, e continuando a analisar as dotações financeiras de alguns programas e acções relacionados com a agricultura, verifica-se que a verba de 4.268.000 contos, 12,5% da dotação global deste sector, é o montante destinado para as questões fundiárias (aquisição de terras por rendeiros, caminhos, electrificação, distribuição de água). Considera-se que esta verba é manifestamente insuficiente se tivermos em conta, não só as necessidades de novos empreendimentos, mas também e apenas os encargos com a manutenção da rede viária agrícola regional existente, conforme se encontra consignado no Programa do Governo.

Interrogo-me muito seriamente sobre qual a dimensão do que poderá efectivamente realizar-se com dotações médias anuais da ordem dos 30.750 contos na área da electrificação rural, ou dos 143.750 contos na área do abastecimento de água às explorações, mesmo sabendo que estas verbas vão gerar, digamos, o aproveitamento de fundos comunitários.

Em outra área, tenho dúvidas que as verbas destinadas à diversificação, inovação, qualidade, promoção de produtos, etc., embora correspondendo a 29% da dotação global para sector, sejam suficientes, se tivermos em conta, como já afirmei, a extrema necessidade de se fomentar a diversificação da produção, a qualidade e a presença consistente e continuada da Região nos mercados exteriores.

Um outro aspecto que sobressai é o de algumas verbas, em montantes muito consideráveis, serem destinadas à satisfação de compromissos assumidos anteriormente. Veja-se o caso do Programa nº 2 Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários em que me prece que efectivamente 51% das verbas inscritas são a satisfação de compromissos anteriores e não vou referir a questão do matadouro de Ponta Delgada que já foi suficientemente debatida.

Ainda no que respeita a matadouros vejo com preocupação que o Governo Regional não pretende

dotar as ilhas do Pico, São Jorge e Santa Maria com Matadouros novos. Opta por remodelar os dois primeiros e beneficiar o terceiro. Não conheço nem os projectos de remodelação nem o da beneficiação que se pretende para Santa Maria. Admito até que possam ser excelentes, mas serão sempre remodelações em estruturas pré-existentes. Porém, no que respeita ao Pico, e sobretudo a Santa Maria, tudo aconselhava a uma mudança de localização pois as actuais, limitativas de perspectivas de crescimento, colocam problemas de acessos e de escoamento dos produtos, dos detritos e dos efluentes líquidos.

Manter o matadouro de Santa Maria no mesmo sítio não é aceitável, e mesmo que seja esse o desejo da Câmara Municipal de Vila do Porto, conforme informou o senhor Secretário Regional da Agricultura aquando da sua audição pela Comissão de Economia, deveria procurar-se, consensualmente, um outro local e construir um matadouro novo, de raiz, naquela ilha, como aliás já esteve previsto em Planos anteriores.

Um último reparo no que concerne às dotações para investigação e desenvolvimento no sector, matéria essencial quando se pretende promover a mudança.

A acção 1.3. “Modernizar as explorações agro-pecuárias”, apresenta uma dotação média anual de 530.000 contos. Se se considerar que esta verba terá de suportar todos os encargos com o funcionamento do SNIRB, quanto ficará disponível para a experimentação nas áreas de pastagens e forragens, bovinicultura de leite e de carne, floricultura, fruticultura, viticultura e enologia, apicultura e agricultura biológica? E ainda para todas as acções de “divulgação agrária”, incluindo a realização de palestras, edição de folhetos, as emissões de programas de televisão, a participação da Região em eventos agrícolas quer no exterior, quer na Região, a realização anual da Feira Açores, bem como para todas as acções de Melhoramento Animal, que incluem a supervisão dos serviços de Contraste Leiteiro, o Programa de preservação da raça bovina autóctone do Ramo Grande e a manutenção do Centro Cavalari dos Açores (citei o Plano a Médio Prazo e o Plano para 2001). (É um verdadeiro milagre de multiplicação dos pães).

Deputado Joaquim Machado (PSD): Milagre das rosas!

O Orador: Por seu lado, os 141.000 contos de dotação média anual da acção Qualidade e Certificação do Programa 2. - Apoio à Transformação e Comercialização, não permitirão, com certeza, conseguir a eficácia e a dimensão necessárias para o desenvolvimento de projectos de caracterização de produtos agrícolas, de inovação tecnológica nas indústrias alimentares, novas apresentações e embalagens, designadamente na área das carnes, da salsicharia e dos lacticínios, para já não falar dos produtos vegetais.

Totalmente omissa neste plano é a formação profissional de empresários e operários nas áreas da higiene, tecnologia e qualidade da produção agro-alimentar.

Não me alongarei mais.

O que atrás referi são razões que me levam a julgar este Plano insuficientemente inovador e mal dotado para que possa constituir o motor da profunda mudança que o sector agrícola desta Região carece, com vista a vencer os desafios que se lhe colocam no futuro próximo.

Por isso, não lhe posso dar o meu acordo.

Tenho dito

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado.

O matadouro não vai ser feito no mesmo sítio. Vai ser feito no polígono da crosta submarina. Aquela zona vai ser toda requalificada.

Portanto, isso que o Sr. disse não está correcto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do

Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Permita-me repetir a informação que me foi transmitida pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas na reunião da Comissão de Economia.

Quando interpelado sobre essa questão, que é uma questão que me preocupa, porque se há matadouro que eu conheço bem é o de Santa Maria, porque lá tenho trabalhado todos os anos e sei perfeitamente as dificuldades que aquela localização coloca e comecei por uma dúvida de português e o que está escrito no Plano é: “beneficiar” e, portanto, beneficiar é trazer algo de novo, de melhor a um bem existente. (quando eu beneficio o mau automóvel não é comprando um automóvel novo). Portanto, beneficiar pressupõe a manutenção do existente e interpelei o Sr. Secretário nesse sentido perguntando o que é que se pretendia para o matadouro de Santa Maria e o Sr. Secretário informou-me que realmente a Câmara Municipal de Vila do Porto pretendia manter o matadouro no mesmo local. Isso foi dito na Comissão de Economia e por isso é que eu referi esta questão aqui.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é má informação do Presidente da Câmara, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dá-me a impressão que o que o Sr. Secretário deve ter dito é de que a Câmara Municipal de Vila do Porto estava de acordo para se fazer no polígono da crosta submarina. É um edifício que existe e que vai ser beneficiado e adaptado para o matadouro de Santa Maria.

Toda a gente está de acordo. Tem bons acessos, não tem problemas de estar situado na zona histórica. Portanto, está mais que esclarecido.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): O que lá está escrito é beneficiar.

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. Presidente da Câmara não comunga dessa opinião.

Presidente: Eu pedia aos Srs. Líderes Parlamentares para se acercarem aqui da Mesa para conversarmos sobre a programação dos nossos trabalhos. Pedia também ao Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

(Pausa)

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No contexto social em que vivemos a Educação desempenha um papel extremamente relevante. Atrever-me-ia a dizer imprescindível ao bom funcionamento de uma sociedade. A Educação assume-se, actualmente, como um bem fundamental para o ser humano. Aquele que lhe sugere formas distintas de entender o mundo, o que lhe faculta novos caminhos, o que lhe permite alçar-se acima da sua condição económica e social, o que lhe confere a capacidade de entender os outros e a de se entender a si mesmo, o que, em suma, o ajuda a formar-se e a situar-se perante a vida.

Na sociedade em geral e na sociedade açoriana, em particular, a Educação constitui um meio privilegiado de combate à baixa qualificação profissional que esta ainda apresenta, e que é motivada por diversos factores, de entre eles, o ainda significativo índice de iliteracia, o precoce abandono escolar e a fraca valorização da educação por parte de muitas famílias açorianas.

A Educação é basilar na formação de qualquer indivíduo, mesmo daqueles que o negam peremptoriamente, mesmo daqueles que abandonaram a escola convictos da opção que, então, tomavam. O nível de formação ou a falta dele condicionaram, inevitavelmente, o percurso destes indivíduos; daqui decorrendo uma conclusão lógica: a de que a valorização e o investimento no sector educativo devem ser privilegiados, por forma a garantir a progressiva mudança de qualificação dos recursos humanos.

A orientação seguida pelo anterior Governo da responsabilidade do P.S. assumiu, claramente, a valorização da Educação, por considerar que dela dependia, e continua a depender, o desenvolvimento desta Região. Compreendeu a urgência de se propiciar o sucesso educativo dos nossos alunos. Entendeu que, para que a Educação se efectivasse não bastava existirem pessoas interessadas em aprender e outras interessadas em ensinar, mas, tornava-se indispensável criar

condições para que as escolas, progressivamente, se transformassem em lugares acolhedores, motivadores e adequados aos nossos alunos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Discutimos, hoje, nesta Assembleia, o Plano Regional de Médio Prazo e o Plano para o ano em curso. Um plano não deve ser entendido apenas como uma lista de verbas consignadas a um conjunto de projectos ou acções; o Plano deve ser compreendido enquanto reflexo inequívoco da postura assumida por um determinado governo. Enquanto materialização das prioridades subjacentes à sua política de actuação.

Nos últimos quatro anos assistimos a alterações significativas no sector regional da Educação. Alteraram-se prioridades, escolheram-se novas formas de resposta às questões, adoptou-se, em suma, uma postura distinta perante os problemas. E esta postura obteve resultados que importa agora consolidar. Como sejam a qualificação e valorização das pessoas, o sucesso educativo dos alunos e o investimento em construções escolares que tem vindo a assegurar a transformação das escolas em lugares acolhedores e propiciadores de bem estar.

Este Plano a Médio Prazo contempla um conjunto de acções fundamentais ao desenvolvimento do sistema educativo regional. Prevê um investimento singular na construção e conservação do parque escolar, prossegue no entendimento de alargar a rede de escolas básicas integradas, insiste na especialização do ensino secundário, e proporciona a integração no ensino regular do ensino vocacional da música e das artes.

Confirmando a valorização atribuída ao sector educativo no mandato anterior, este Plano a Médio Prazo apresenta um investimento sem precedentes na área do desenvolvimento das infra-estruturas educacionais. Com uma dotação superior a 21 milhões de contos para o quadriénio, que corresponde a 53% da dotação global do programa intitulado «Valorizar e Aumentar os Níveis de Protecção da Sociedade Açoriana», e a 10% do investimento total do Plano Regional de Médio Prazo, este Plano consigna um investimento singular no sector educativo, ultrapassando anualmente os 5 milhões de contos, valor que não só duplica a dotação anual do anterior mandato deste Governo, como não encontra precedentes no investimento assumido por governos anteriores.

O Programa 17 «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais» prevê um conjunto de acções fundamentais para o desenvolvimento educativo. Por um lado, prosseguindo a ordem de prioridades traçada no anterior mandato, por outro lado, assumindo prioridades distintas.

Prevê-se a conservação dos edifícios escolares dos Ensinos Básico e Secundário feita com recurso aos respectivos fundos escolares, em consonância com a autonomia administrativa de que hoje, graças à acção do anterior governo, as escolas desta Região desfrutam. Assim, é-lhes atribuída a responsabilidade pela consecução de pequenas e médias obras e pela gestão do seu orçamento, entendendo que são as próprias escolas as melhor habilitadas para conhecer e atender às suas próprias necessidades.

Na passada legislatura o Governo assumiu a corajosa atitude de plasmar num único documento - a Carta Escolar - as necessidades regionais em termos de infra-estruturas escolares. Este documento, mais do que a inventariação dos edifícios que compunham ou deveriam compor o parque escolar da Região, corresponde a um instrumento orientador do desenvolvimento do sistema educativo. No âmbito das necessidades apontadas privilegiou-se o investimento no 1º ciclo do ensino básico, investimento que se prevê consumado nesta legislatura, e que envolve um montante superior a 2 milhões de contos que assegurará a completa reformulação de todo o parque escolar e deste ciclo de ensino, correspondendo a 10% da dotação global do Programa 17.

Na passada legislatura apostou-se, de facto, de forma convicta na reestruturação e remodelação das escolas do 1º ciclo, que se encontravam em elevado estado de degradação, correspondendo, na sua grande maioria, a edifícios do Plano dos Centenários, propiciando às crianças de então as mesmas condições do que às de há 40 anos atrás. Hoje grande parte destas escolas encontram-se recuperadas, reestruturadas, ou ampliadas, capazes, no fundo, de proporcionar aos nossos alunos condições melhores e mais adequadas ao tempo em que vivem.

Por outro lado, este Plano a Médio Prazo dá continuidade ao levantamento das necessidades apontadas pela Carta Escolar, propondo agora um investimento muito significativo nas infra-estruturas escolares dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Se é facto que alguns dos edifícios escolares dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico sofreram intervenções na passada Legislatura, eles são, nesta Legislatura, assumidos como a grande prioridade. Assim, o investimento total na reparação, ampliação e adequação dos edifícios escolares destes ciclos aumenta substancialmente, a par da aposta em construções de raiz fundamentais para colmatar diversas dificuldades. São disso exemplo as acções de construção previstas para as Escolas Básicas com Ensino Artístico de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, ou da Escola Básica 2,3 dos Ginetes. A construção da EB2,3+Ensino Artístico de Angra do Heroísmo permitirá, por um lado, colmatar as dificuldades de sobrelotação do actual edifício onde funciona a Escola Básica 3/S Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade de Angra do Heroísmo, por outro lado, proporcionará a separação, neste concelho, dos dois níveis de ensino por se consubstanciarem em filosofias distintas, devendo, por isso, ocupar espaços distintos. A construção da Escola Básica 2,3 dos Ginetes permitirá resolver o problema da distância excessiva entre a freguesia de residência e a escola que o aluno frequenta. A evidente aposta na ampliação, remodelação ou construção de Escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário envolve uma parcela substancial da dotação global, que ultrapassa os 14 milhões de contos, correspondendo a mais de 67% do investimento global do Programa 17.

Outra das premissas subjacentes a este Plano a Médio Prazo é a aposta na adaptação funcional de edifícios escolares ao Ensino Secundário. Na sequência do alargamento da rede de escolas ministrando o Ensino Secundário torna-se fundamental proceder à reestruturação destes edifícios, nomeadamente, na criação de espaços laboratoriais adequados. Esta medida tem cabimento dentro da filosofia subjacente a esta política educativa que defende a criação, nas áreas escolares de baixa densidade populacional, de Escolas Básicas Integradas com Ensino Secundário. A adaptação das escolas ao Ensino Secundário envolve, como sabem, custos elevados, já que este nível de ensino requer infra-estruturas diferentes das exigidas pelo Ensino Básico. Assim, o investimento neste quadriénio, destinado à adaptação de edifícios escolares ao Ensino Secundário, que se faz acompanhar, na maioria dos casos, de grandes reparações dos edifícios escolares que o albergarão aproxima-se dos três milhões de contos, correspondendo a 14% da dotação global do Programa 17; contemplando Escolas Básicas de cinco ilhas distintas, começando pela EB2,3 Bento Rodrigues em Santa Maria, envolvendo as ilhas Flores, S. Jorge, Graciosa e o caso particular da Escola Básica 2,3 do Nordeste.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de Médio Prazo que esta Assembleia tem a responsabilidade de discutir e votar contempla um quadro favorável de acções fundamentais no âmbito da educação. Inscreve construções escolares prioritárias para esta Região. Prevê a adaptação de edifícios escolares ao ensino secundário. Calcula, sensatamente, a dotação das necessidades constantes de equipamento escolar e distribui os investimentos de forma equilibrada e proporcional. A criação de novos espaços, a melhoria de outros, a adequação de todos eles à realidade actual constituirão, certamente, um avanço na melhoria do sistema educativo, mas não o garantem por si só. Necessitam de ser coadjuvadas pela valorização das pessoas, particularmente dos alunos enquanto cerne do sistema educativo. E, nesta matéria, já nesta legislatura o Governo do P.S. deu garantias de o saber fazer ao sentar os alunos, como nunca antes se verificara, à mesa das negociações, valorizando a sua opinião e atendendo às suas expectativas. Por valorizar as pessoas e por reconhecer que o sucesso educativo é também condicionado por um espaço escolar adequado e atraente, este governo, à semelhança do que acontecera no mandato anterior, assegura o investimento na melhoria do parque escolar, entendendo-o como veículo privilegiado do sucesso das políticas educativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante a evidência da melhoria significativa do investimento no sector educativo em relação a este Plano em relação aos precedentes, quer da autoria deste, quer da autoria de outros governos, cabe-nos aprovar as suas linhas de intervenção para que se concretizem as acções que nele se encontram consignadas.

Dotado de um investimento sem precedentes na área das infra-estruturas educacionais, reflectindo as preocupações evidenciadas na Carta Escolar, contemplando o desenvolvimento do sistema educativo assegurado, quer pela necessidade permanente de equipamentos escolares, quer pela formação contínua de docentes, este plano a Médio Prazo oferece todas as garantias de vir a ser bem

sucedido. E se vier a ser bem sucedido aí tem, meus senhores, a garantia de que o sistema educativo regional e, com ele, os nossos alunos, terem sido bem sucedidos.

Disse.

Obrigado.

Deputado Francisco de Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Cláudia Cardoso:

Folgo muito em saber que tem sonhos cor de rosa.

A minha pergunta é a seguinte:

A Escola de S. Carlos abre no próximo ano?

A Escola da Levada abre em 2003?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu tenho sonhos cor de rosa e o Sr. fica com a parte dos espinhos.

(Risos e aplausos das bancadas do PS e do Governo)

(Voz inaudível do Sr. Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Não me interrompa, Sr. Deputado. Eu ainda não comecei e o Sr. já me está a interromper. Isto começa a ser uma confusão aqui dentro.

O Sr. como deputado tem trazido, e muito bem, está a fazer o seu papel, a esta Casa preocupações legítimas.

Recordo-me da sua intencionalidade permanentemente literária, uma vez epistolografia,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado.

A Oradora: ... outra vez o diário e outras vezes os recortes de jornal. Portanto, essa variedade com que nos tem brindado, julgo que lhe deve também fazer perceber que eu trago aqui também as minhas preocupações legítimas e o que eu disse naquela tribuna é, de facto, aquilo em que acredito e acredito sinceramente. Penso que o Sr. também, se ler com atenção a dotação de verbas que estão neste Programa, acreditará que este é, sem dúvida, um Plano de investimentos, em termos de infraestruturas escolares, sem precedentes.

Portanto, julgo que a pergunta que me fez sobre a Escola de S. Carlos e sobre a Escola da Levada eu não posso garantir, porque, como sabe, não sou empreiteira, ...

(Risos da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): **Pela sua intervenção parece que é.**

A Oradora: Parece que sou? O Sr. disse foi que eu tinha era sonhos cor de rosa, não disse que eu parecia.

O que interessa agora aqui é que eu não lhe posso dar uma resposta sobre isso, como deve calcular. Não lhe posso dizer que abrirá no dia tal, porque não sei. Agora, o que sei é que neste mandato, com certeza, qualquer um desses edifícios escolares se concretizará, disso tenho a certeza.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Cláudia Cardoso:

Eu também tenho sonhos cor de rosa com quem quero.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Ainda bem!

O Orador: Não sendo a Sra. empreiteira, mas tinha, pelo conhecimento que lhe reconheço que tem nestas matérias, a capacidade suficiente para saber se uma escola que ainda nem sequer foi iniciada se está ou não pronta no ano que vem.

Mas vou dizer-lhe que acabou de fazer uma afirmação que não é verdadeira e eu lamento muito ter de lhe dizer isso, porque a Escola da Levada nunca ficará concluída antes do ano 2006 e sabe porquê? Porque há um documento da Secretaria Regional da Educação e Cultura que estabelece as áreas pedagógicas de Ponta Delgada e freguesias limítrofes e esse documento diz, é um despacho assinado pelo Sr. Secretário, na sua última página, na alínea b) o seguinte: “No ano escolar 2005/2006, a EB 2,3 Canto da Maia, mantendo, para além dos alunos do seu território, os da Fajã de Baixo e Fajã de Cima, até ser construída a EB 2,3 Natália Correira (Levada).

Portanto, no ano de 2006 a Escola da Levada não está concluída.

Muito obrigado.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Isso é a sua conclusão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Será concluída no mandato do PS.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário aplaudiu 2004 e escreveu 2006.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

De facto eu tenho conhecimento dos atrasos sucessivos que houve em determinadas obras, mas deixe-me dizer-lhe, como sei que sabe também, que esses atrasos se verificam normalmente em qualquer tipo de obras de grande vulto. Já se verificavam no passado e continuam a verificar-se agora.

Infelizmente algumas das infraestruturas escolares que na Carta Escolar tinham uma data de execução, arrastaram-se, como sabe. Agora, penso que faz uma interpretação bastante redutora da Carta Escolar. A Carta escolar é um documento orientador...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Isso está escrito em dois lugares no documento.

A Oradora: ... que com grande coragem este Governo assumiu e que anteriormente outros governos não tinham assumido, mas é também importante perceber que não vincula este Governo a terminar determinadas acções. Portanto, é um documento indicativo e orientador. Não é uma promessa e muito menos com datas fixas.

Portanto, o que lhe queria dizer é que devia interpretar este documento na sua verdadeiro acepção.

Entretanto o que acontece em relação à escola da Levada é que se ela ficar concluída em 2006, não é neste mandato e o Sr. tem toda a razão, mas recorda-se, com certeza, da altura em que também fez parte do governo, como gosta inclusivamente de mencionar, que houve muitas escolas que não ficaram completadas num único mandato e nessa altura também sei que houve alguém que lhe disse que não iam ficar e o Sr. afirmou que iam.

Portanto, as coisas muitas vezes não acontecem como nós queremos e desejamos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a ver!

A Oradora: Sr. Deputado Joaquim Machado, não podemos ver as coisas redutoramente. Trata-se duma Carta Escolar que engloba imensos investimentos e não vamos ficar só pela ilha de S. Miguel. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Já que estamos a falar de cartas eu também tenho nas minhas mãos uma carta que data de 1992 e que se chama “Plano de 1992”.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Era uma carta a Garcia!

O Orador: Era uma carta que não tinha a ver com Garcia, mas com João Bosco da Mota Amaral e que dizia assim:

“- Construção de uma escola tipologia C+S/30 turmas na Maia, 1992;
Construção de uma escola tipologia C+S/35 turmas na Ribeira Grande, 1992;
Construção de uma escola tipologia C+S/30 nos Ginetes, 1992;
Construção de uma escola tipologia C+S/35 turmas na Povoação, 1992”.

Portanto, estamos a falar de cartas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A minha lista é maior do que a sua e vou-lhe provar isso.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vir a esta tribuna, no contexto parlamentar em que nos movemos e sobrevivemos, pode ser rotina para uns, desobriga para outros, cumprimento de dever para uns tantos, paixão democrática para mais alguns. É que tudo está feito pelo governo como, aliás, lhe compete, tudo merecerá o amen do PS, coisa que lhe fica muito bem e receberá as críticas da oposição, como é justo e salutar.

Do Pico falarei e do que nos está reservado para os próximos quatro anos de PMP, um conjunto de intenções, segundo se diz e para o ano em curso – 2001, um conjunto de programas e acções passíveis de serem concretizados, porque se perfilam em horizonte mais curto e com verbas mais apropriadas a uma eventual execução .

À cabeça de todas as intenções **a ampliação do aeroporto** e a criação das infraestruturas necessárias para a operação de aviões de médio e longo curso. Criadas que foram tantas expectativas em 1996 e 1997, que prosseguiram em 1998 e 1999 com alguma concretização em 2000, aguardamos com muita esperança o início de tão importante obra anunciado para o corrente ano. Terminada a obra, que tornará o Pico mais acessível ao mundo, será grande o nosso regozijo. Acreditamos que pode ser um passo importante para o desenvolvimento do Pico, desta subregião, dos Açores.

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Economia)

O Orador: Ouço vozes e penso que é o Sr. Secretário da Economia que durante este debate tem estado muito engraçado. Deve estar a aprender aí com o Sr. Secretário José Contente.

(Risos da bancada do PSD)

Já agora, Sr. Secretário da Economia, é pena não olhar para os outros dois Srs. Secretários, o Sr. Secretário Álamo de Meneses e a Sra. Secretária Fernanda Mendes que têm estado todos o debate com um ar sorumbático e meditando, naturalmente fazendo contas acerca da dívida da saúde.

O Sr. devia era de estar também meditando e sorumbático, porque também tem algumas contas para fazer.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Mas continuemos naquilo que interessa.

A seguir, igual preocupação, ou talvez maior, para **a consolidação do Porto Comercial de S. Roque** porque ninguém sabe quanto tempo resistirá,...

(Voz inaudível do Sr. Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Para o Sr. Deputado Dionísio de Sousa vou usar de caridade cristã dada a sua idade, idade de vetusto do tempo que já tem nesta Casa. Caridade Cristã!

... bem como para o ordenamento da baía, incluindo o porto de passageiros. **O Porto da Madalena**, local por onde nos Açores transita o maior número de passageiros – mais de três centenas de milhar - está também à espera que das intenções se passe à realidade.

Nas **estradas repavimentadas** “consola a andar” mas para cumprir a promessa de “fechar o anel” falta ainda muito, o que esperamos seja para esta legislatura. Não vislumbramos o necessário tratamento para a estrada transversal e para alguns ramais em estado acentuado de degradação. Nem uma palavra, nem um escudo, para a importante Estrada Cachorro-Barca. Será que vai mesmo em conjunto com as obras do aeroporto ou do porto da Madalena, como chegou a ser anunciado e, diga-se, tem todo o sentido pois que liga os dois maiores pólos de entrada e saída de pessoas da ilha?

Defender a Orla Costeira das Lajes é imperioso. Aqui, desde o sermão presidencial proferido em 1997 do alto da muralha da Vila, que temos visto de tudo: avanços poucos, recuos vários, paragens muitas. É um baralhar para dar de novo.

De verbas planeadas para tudo isto – e serão necessários muitos milhões – não vale a pena falar que são curtas... Hão-de aparecer as que faltam – vão-nos dizendo... E assim nos planeiam! E assim nos governam!...

A agricultura será sempre um sector importante do nosso viver colectivo. Por isso, vemos com agrado a nova Fábrica de Laticínios e os novos postos de recolha de leite a tomar forma, verbas destinadas à remodelação do Matadouro (um novo seria bem melhor!) que o converterá numa estrutura que, para além do abate, permitirá a certificação da carne, mas vemos com muita apreensão o abandono a que estão votadas as pequenas fábricas de queijo típico do Pico a que não é alheio o não funcionamento do Laboratório do IAMA apto a trabalhar desde 1997 e anunciado para essa data, por decisão do Conselho do Governo.

Água à lavoura não parece para breve, apesar dos anúncios pouco convincentes do Secretário do sector. Para construir três reservatórios onde estão as verbas, como se abastecerão, em que locais se vão instalar? Sem as respostas a estas perguntas não podemos crer.

Não só precisamos de mais caminhos de penetração, mais que isso, os nossos lavradores têm de conseguir passar naqueles que de há muito têm vindo a ser abertos. A conservação deixa muito a desejar!...

Da Vinha e do Vinho direi simplesmente da necessidade da segunda fase da reconversão da vinha e da urgente remodelação e ampliação da Adega Cooperativa, com os indispensáveis apoios também ao marketing na procura de novos mercados e ao desenvolvimento de novos produtos.

A pesca será cada vez menos actividade exclusiva na vida daqueles que ainda se dedicam ao mar.

A pesca industrial vive maus momentos por falta de peixe, por falta de gente, por falta de vontade e, agora, segundo alguns iluminados, por inadequada dimensão da frota. Importa sustentá-la e à indústria que lhe está a jusante, pelo contributo importante às nossas exportações e pelos muitos postos de trabalho que absorve.

Da pesca artesanal pouco mais se pode esperar porque a gente está velha e cansada, os novos não querem, as condições logísticas não ajudam. As casotas de aprestos pouco trouxeram. As pequenas obras nos portos, esses sim, essenciais à actividade vão-se arrastando, sempre inacabadas...

Estou a imaginar alguns a aguçar os neurónios para debitar resmas de falhas dos tais vinte anos de pretensa “escuridão”! Os poucos que ainda têm memória recordar-lhe-ão a obra feita. Os que, como eu, mais esquecidos lembrar-lhe-ão um passado mais recente de promessas não cumpridas, de omissões várias e dilações tantas, de tentativas vãs para tudo justificar.

Enquanto isto, dir-vos-ei mais: aquele coelho que o Secretário da Educação tirou da cartola em 1997...

(Risos da bancada do PSD)

...– **o da nova Escola das Lajes** – sem que ninguém lho tivesse pedido, está sem terrenos, sem projecto, sem verbas, atirado sabe-se lá para quando (que nem o Secretário sabe)...

Ao **património cultural e ambiental** continua a não se dedicar a devida atenção pois que as verbas são nuns casos poucas, noutros inexistentes: Museu do Pico - dos Baleeiros (ampliação), da Indústria Baleeira (musealização), do Vinho (sem mobiliário e sem recheio), aquisição das casas dos botes, recuperação do vasto património baleeiro (algum já irrecuperável) mereciam mais

atenção nestes planos. Aqui, também, como no forte de Santa Catarina, no Convento de S. Pedro de Alcântara, na reconstrução das igrejas afectadas pelo sismo de 1998, vamos continuar a marcar passo.

Intenções, boas intenções para as paisagens protegidas da Vinha e da Montanha, para o nosso património espeleológico que os entendidos sublinham como do melhor. Para a recuperação da Fábrica da Baleia das Lajes e instalação do Projecto Científico da Biologia do Cachalote, se o meu contentamento não é com as verbas que não vão chegar, é com o assumir dum projecto – estou contente, como viram, com algumas coisas que estão feitas - que pode complementar várias acções que se devem cada vez mais desenvolver neste verdadeiro santuário da baleação que é as Lajes do Pico.

Algumas **estruturas de apoio social** aos idosos, à infância e juventude, à comunidade em geral estão em curso e esperamos dotadas de verbas suficientes: Lar de Idosos de S. Roque e Lar de Jovens da Candelária têm entrada em funcionamento prevista para 2002. Outras são necessárias e, segundo o PMP, há intenção do governo avançar para a Remodelações no Lar da Madalena, para um Centro de Ocupação de Deficientes, este para avançar em 2001.

Não se pode esquecer os polivalentes...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Mais ainda?!

O Orador: ... para as freguesias da Piedade e Santo Amaro e o edifício sede de Segurança Social na Madalena (este para iniciar-se já em 2001) e que não se podem ver no Plano porque financiados por verbas extra.

Tenho, frequentemente, referido a **prática desportiva** na nossa ilha com o envolvimento de muitos jovens praticantes, dirigentes e treinadores. Prática com resultados excelentes a nível regional, nacional e até internacional. O Pico é a 2ª ilha com mais praticantes desportivos per capita, só ultrapassado por Santa Maria. A Associação de Ténis de Mesa do Pico, isto são só alguns exemplo, é a 2ª maior do País. Todas as freguesias do Pico têm atletas federados em várias modalidades e podíamos continuar com outros dados que configuram a necessidade de, no Pico, ser pelo Governo estruturado um Parque Desportivo à semelhança das sedes actuais da tripolaridade que se “estilhaça” quando convém e se mantém quando dá jeito.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A multipolaridade tem sido mais uma canção de embalar... Mais apoios para instalações e meios de transporte é, no mínimo, uma questão de justiça, de justiça equitativa.

Se **os Bombeiros** da Madalena vão ter, brevemente, um novo quartel, os das Lajes e S. Roque reclamam obras de remodelação e ampliação. Os esforços desta gente para bem da comunidade reclamam melhores condições de trabalho.

Diz-se do novo fôlego na **reconstrução**. Pudera! Depois de três anos a encher os pulmões...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não têm falta de ar.

O Orador: ... não podíamos esperar outra coisa. Foi muito tempo desperdiçado, mesmo admitindo os realojamentos e os projectos. Isto e mais todas as asneiras que foram feitas (os alertas surgiram de muitos lados) e todo o tempo perdido não podem ser abafados pela maior celeridade que o tempo se há-de encarregar de julgar.

Em suma, parafraseando o meu colega Duarte Freitas, “somam-se as obras com dotação às promessas sem verbas, multiplica-se pelos anúncios sucessivos e como resultado passa-se mais um ano, dois, três e quatro com metade do que se prometeu, mas com a vantagem de se poder continuar a falar do mesmo”.

Até que vos deixem...

Disse. Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputado, atingimos a nossa hora regimental. Os pedidos de esclarecimentos ficam para amanhã de manhã, pelas 10,00 horas.

O Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos disponíveis dos diferentes partidos e do Governo.

Secretário (Raúl Rego): Tempos disponíveis:

Partido Socialista – Tempo gasto 96m, tempo disponível 204m

Partido Social Democrata – Tempo gasto 102m, tempo disponível 108m

Partido Popular – Tempo gasto 48m, tempo disponível 12m

Partido Comunista Português – Tempo gasto 18m, tempo disponível 42m

Governo – Tempo gasto 84m, tempo disponível 216m

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 5 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

António Bento Fraga Barcelos

José Joaquim Ferreira Machado

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido Social Democrata (PSD)

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

O Redactor, José Rodrigues da Costa.